



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEA

TARYK ROBERT DE ARAÚJO MACIEL

**AMAZÔNIA E GLOBALIZAÇÃO: PERVERSIDADES E FLUIDEZ DOS USOS DO
TERRITÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES –
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

BRASÍLIA, DF

2024



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEA

TARYK ROBERT DE ARAÚJO MACIEL

**AMAZÔNIA E GLOBALIZAÇÃO: PERVERSIDADES E FLUIDEZ DOS USOS DO
TERRITÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES –
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia. Área de Concentração: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientador: Dr. Everaldo Batista da Costa

Co-orientadora: Dra. Brígida Norma Baeza

BRASÍLIA, DF

2024

TARYK ROBERT DE ARAÚJO MACIEL

**AMAZÔNIA E GLOBALIZAÇÃO: PERVERSIDADES E FLUIDEZ DOS USOS DO
TERRITÓRIO NA CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES –
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Defendida em: agosto de 2024

Banca examinadora formada pelos professores:

Dr. Everaldo Batista da Costa – Orientador
Universidade de Brasília – UnB – Brasil

Dra. Brígida Norma Baeza – Coorientadora
Universidad Nacional de la Patagonia San Juan Bosco – UNPSJB – Argentina

Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
Universidade Federal do Pará – UFPA – Brasil

Dr. Rafael Sánchez Acuña
Pontificia Universidad Católica de Chile – PUC – Chile

Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho
Universidade de Brasília – UnB – Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Taryk Robert de Araújo Maciel

DEDICATÓRIA

Desci os morros, chapadões centrais cristalinos e mesas para, abastecido da pureza das nascentes de meu cerrado e de nossos rios encachoeirados, vivenciar, sentir e analisar a vida na Amazônia.

Deleitando-me de amor por essas terras e rios de planície, lanço meu olhar curioso sobre o mundo, para num esforço de vida tentar compreender o Brasil e a América Latina.

Para isso, eis a Geografia como orientação do pensamento, para com meu olhar aguçado latino-americano, ajudar a vociferar os anseios de nossos povos para o mundo.

Assim, dedico a presente dissertação ao povo amazônica, aos mundiados que para lá migraram – se abraçando àquela terra de gente e alma tão linda –, aos diversos povos da floresta e, sobretudo, aos povos originários da América-Latina que secularmente lutam e nos inspiram; essa dissertação é dedicada a todos vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, eu não sei nem dimensionar o quanto ela foi fundamental para mim nesse momento de minha vida, sem ela nada seria possível. Meu amor de filho é o mais lindo e puro que se possa imaginar e agradeço cada olhar e ajuda que a senhora me deu. Imagino que não deve ser fácil pensar que muitas vezes estive “sozinho” em campo, mas a senhora é tão sábia que sabe que sempre estive cheio de proteção e rodeado de boas pessoas que vou encontrando no caminho. Por que isso acontece? Não sei, apenas confio no que sinto e assim caminho sob as bênçãos e proteções de minha mãe.

Agradeço ao meu orientador. Acho que eu elevo a capacidade de paciência dele, me desculpe pela dificuldade em muitos momentos, por não saber falar o que eu precisava, por sentir tanta responsabilidade. Ele me acha dos mais calmos e serenos orientandos, e eu muitas vezes estava explodindo por dentro. Mas ele soube me encorajar e sei que nos aproximamos muito mais nesse período. Espero que possa e queira me apoiar na construção de uma futura tese, não veria pessoa melhor para meu doutoramento. Obrigado professor Everaldo, de fato, nada é por acaso.

Agradeço a todos os brasileiros, bolivianos, peruanos, argentinos e venezuelanos que me ajudaram em campo. Cada conversa, cada olhar, cada um que enxergou em mim mais um aliado para a luta em prol dos povos latino-americanos da floresta amazônica e que colocou suas demandas e olhares sobre a batalha de viver nesse mundo, meu mais sincero e fervoroso muito obrigado. Confesso, foi um privilégio e desafio imenso, mas saibam que a cada conversa, a cada passo que dei tentando entender tudo o que a minha vista alcançava naquela fronteira, os fazia com amor e respeito a cada cidadão; e tenho a certeza de que todos que me ajudaram perceberam e sentiram isso de alguma forma.

Em todos os dias de campo eu me sentava à beira do rio Acre e pedia as divindades da floresta para me trazerem a clareza e interpretação necessária para aqueles povos e para aquelas terras. Sejam professores da UAP ou da UFAC, sejam subversivos Hermanos que migraram pela América do Sul e se fincaram ali, todos estão, para sempre, em minha memória e coração. Obrigado por me receberem em suas casas, por me fazerem entender que o sentimento de

pertencimento a Amazônia é muito maior que as divisas colocadas pelos Estados-nação e que, portanto, somos todos irmãos descendentes de originários indígenas.

Agradeço demais ao Lailton, um amigo, sem ele eu não teria ido aos ramais amazônicos, não teria visitado pequenos criadores de gado, muito obrigado por encarar horas pilotando uma moto na lama para me levar para dentro da reserva extrativista Chico Mendes e poder conhecer gente tão incrível quanto Francisca. Agradeço ao High pelas melhores conversas filosóficas a beira do rio Acre e do igarapé Bahía, sob a luz do luar e de uma fogueira e por me emprestar uma velha bicicleta que se tornou minha companheira para tudo, com ela guardo na memória lindas e cansativas pedaladas. Alfega e sua família linda eu jamais esquecerei tamanha clareza de percepção crítica e cidadã, que bonita a forma que cria seus filhos. Sílvia que me possibilitou conhecer parcelas da floresta amazônica no lado boliviano da fronteira, que me possibilitou acessar compreensões filosóficas amazônico-bolivianas tão ricas e profundas, que me acolheu, muito obrigado.

Agradeço demais à Rosemira, extrativista e agricultora, obrigado por me receber em suas plantações e na sua barraquinha nas feiras de Brasília e de Epitaciolândia. Agradeço aos sindicatos dos trabalhadores rurais dessas duas cidades, em Brasília foram os primeiros a me receber e me ajudar. Agradeço também aos órgãos públicos locais (estaduais, municipais e federais) que me atenderam em suas secretarias, que me forneceram dados e entrevistas, contribuindo enormemente para essa pesquisa. Sejam da jurisprudência, da saúde, da educação, do meio-ambiente, enfim, todos foram fundamentais.

Agradeço ao Núcleo de Estudos Amazônicos da UnB (NEAz – UnB) por me proporcionar os primeiros passos na Amazônia lá em 2016 e assim transformar minha vida completamente. Desde então tudo se desenrolou de uma forma que eu jamais esperava e eis que estou aqui, me desafiando a estudar a grande floresta tropical novamente. Agradecimentos eternos ao professor Manoel Pereira de Andrade e a professora Enaile Iadanza, muito obrigado! O NEAz estará sempre em meu coração.

Por fim, eu diria que todos os cidadãos, todas as famílias bolivianas e brasileiras que me receberam com meu portunhol arranhado, são todos vocês cientistas, vocês é quem devem ditar o modo como devemos usar e conceber a

floresta e os rios amazônicos. Obrigado por acreditarem que essa pesquisa é importante e necessária, por perceberem que eu estava do lado de cada um de vocês. Percebi, naqueles dias de outubro de 2022 e de janeiro e fevereiro de 2024, que aquele era um dos meus lugares no mundo: em campo, na Amazônia, com meu querido povo latino-americano. Vale a pena sonhar e se dedicar a algo que acreditamos, vale a pena vociferar a visão dos povos amazônicos para o mundo. Novamente, só tenho a agradecer, muito obrigado! Ousemos continuar lutando por nosso povo latino, ousemos nos integrar e defender os povos da Amazônia!

RESUMO

A presente pesquisa analisa uma singularidade fronteiriça na América Latina, a fronteira Brasil – Bolívia localizada na região do Alto Acre na Amazônia. Esse território é formado por uma conurbação entre três cidades fronteiriças: Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija, no qual as duas primeiras são municípios do sudoeste do Acre, Brasil, e a terceira é capital do Departamento de Pando, norte da Bolívia.

Denominada Alto Acre da Amazônia, essa região se tornou destino de distintos migrantes em busca do látex, matéria-prima retirada da árvore seringueira (*hevea brasiliensis*), para a produção de borracha; que se tornou essencial no contexto mundial da industrialização no final do século XIX e início do século XX. Esse ciclo econômico da borracha constituiu povos brasileiros e bolivianos de forte identidade amazônica, sendo compostos de indígenas locais e de migrantes que se adaptaram para resistir no território.

De forma a caracterizar os atuais usos do território na fronteira Brasil-Bolívia ativados após os ciclos da borracha, objetivo central dessa pesquisa, utilizar-se-á da metodologia de análise do espaço geográfico e dos usos do território proposta por Milton Santos e seus seguidores. O conceito de território usado é o principal conceito que rege as análises acerca dos diversos usos do território nessa fronteira em estudo, evidenciando-se os territórios como recurso e como abrigo na fronteira.

Os resultados alcançados revelam usos do território contraditórios ao lugar na Amazônia, ou seja, revela usos do território exógenos e orientados pelo capital internacional, sobretudo no que tange a sobreposição da floresta por pastagens e economias agropecuárias. Entretanto há, também, resultados que apontam para iniciativas de cooperação entre agroextrativistas e entre os povos fronteiriços urbanos e rural-florestais que resistem nesse emblemático território de fronteira latino-americana na Amazônia.

Palavras-chave: Amazônia e Globalização; fronteira Brasil-Bolívia; fronteira na Amazônia; território usado na América Latina.

RESUMEN

Esta investigación analiza una singularidad fronteriza en América Latina, la frontera Brasil – Bolivia ubicada en la región del Alto Acre en la Amazonía. Este territorio está formado por una conurbación entre tres ciudades fronterizas: Brasiléia, Epitaciolândia y Cobija, de las cuales las dos primeras son municipios del suroeste de Acre, Brasil, y la tercera es la capital del Departamento de Pando, al norte de Bolivia.

Llamada Alto Acre da Amazônia, esta región se convirtió en destino de diferentes migrantes en busca de látex, materia prima extraída del árbol del caucho (*hevea brasiliensis*), para la producción de caucho; lo cual se volvió esencial en el contexto global de industrialización de finales del siglo XIX y principios del XX. Este ciclo económico del caucho constituyó pueblos brasileños y bolivianos con fuerte identidad amazónica, estando integrados por indígenas locales y migrantes que se adaptaron para resistir en el territorio.

Con el fin de caracterizar los usos actuales del territorio en la frontera Brasil-Bolivia activados luego del ciclo del caucho, objetivo central de esta investigación, utilizaremos la metodología de análisis del espacio geográfico y usos del territorio propuesta por Milton Santos y sus seguidores. . El concepto de territorio usado es el concepto principal que rige los análisis sobre los diferentes usos del territorio en esta frontera en estudio, destacando los territorios como recurso y como refugio en la frontera.

Los resultados alcanzados revelan usos del territorio contradictorios con el lugar en la Amazonia, es decir, revelan usos del territorio exógenos y guiados por el capital internacional, especialmente en lo que respecta a la superposición del bosque con pastos y economías agrícolas. Sin embargo, también hay resultados que apuntan a iniciativas de cooperación entre agroextractivistas y entre pueblos fronterizos urbanos y rurales-forestales que resisten en este emblemático territorio fronterizo latinoamericano en la Amazonía.

Palabras-clave: Amazonía y Globalización; frontera Brasil-Bolivia; frontera en el Amazonas; territorio utilizado en América Latina.

ABSTRACT

This research analyzes a border singularity in Latin America, the Brazil – Bolivia border located in the Alto Acre region in the Amazon. This territory is formed by a conurbation between three border cities: Brasiléia, Epitaciolândia and Cobija, in which the first two are municipalities in the southwest of Acre, Brazil, and the third is the capital of the Department of Pando, northern Bolivia.

Called Alto Acre da Amazônia, this region became a destination for different migrants in search of latex, a raw material taken from the rubber tree (*hevea brasiliensis*), for the production of rubber; which became essential in the global context of industrialization at the end of the 19th century and beginning of the 20th century. This economic cycle of rubber constituted Brazilian and Bolivian peoples with a strong Amazonian identity, being made up of local indigenous people and migrants who adapted to resist in the territory.

In order to characterize the current uses of the territory on the Brazil-Bolivia border activated after the rubber cycle, the central objective of this research, we will use the methodology for analyzing geographic space and uses of the territory proposed by Milton Santos and his followers . The concept of used territory is the main concept that governs the analyzes regarding the different uses of the territory on this border under study, highlighting the territories as a resource and as a shelter on the border.

The results achieved reveal uses of the territory that are contradictory to the place in the Amazon, that is, they reveal uses of the territory that are exogenous and guided by international capital, especially with regard to the overlapping of the forest with pastures and agricultural economies. However, there are also results that point to cooperation initiatives between agroextractivists and between urban and rural-forest border peoples who resist in this emblematic Latin American border territory in the Amazon.

Keywords: Amazon and Globalization; Brazil-Bolivia border; border in the Amazon; territory used in Latin America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Rio Acre e a Ponte Internacional da Amizade Wilson Pinheiro; essa ponte está localizada em Brasiléia e Cobija, é a principal ponte da fronteira binacional Bolívia-Brasil..	33
Figura 2 - Migrantes brasileiros do Nordeste do Brasil chegando ao Acre para trabalhar no Mercado da Borracha em seu segundo ciclo econômico (1943).....	57
Figura 3 - Típica casa amazônica, erguida sobre estrutura de trapiches, em meio à densa floresta tropical úmida e a rios e igarapés amazônicos.	69
Figura 4 - Ação política de fechamento da fronteira binacional Bolívia-Brasil (Cobija-Brasiléia). Os manifestantes eram trabalhadores do setor da saúde pública de Cobija. Dentre outras pautas, reivindicavam o pagamento de salários atrasados que já contabilizava seis meses de atraso em fevereiro de 2024.	82
Figura 5 - O fechamento da fronteira como principal ação política direta de intervenção na fluidez fronteiriça.....	82
Figura 6 - Fronteira Epitaciolândia-Cobija, também fechada pelos manifestantes. Nessa ponte, sobre o igarapé Bahía, é por onde passam grandes quantidades de mercadoria, no qual atuam os organismos de fiscalização do comércio transfronteiriço Brasil-Bolívia.....	83
Figura 7 - Trecho da estrada do Pacífico BR-317, a <i>Carretera Interoceânica</i>	88
Figura 8 - Posto da VIGIAGRO – vigilância agropecuária – vinculado ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e da SUFRAMA (Área de Livre Comércio de Brasiléia e Epitaciolândia), localizados em Epitaciolândia, na ponte limítrofe entre Brasil e Bolívia.....	89
Figura 9 - Agente da VIGIAGRO fiscalizando cargas brasileiras com solicitação de entrada na Bolívia.	91
Figura 10 - Registro de uma sobreposição de pixos em spray de facções criminosas rivais, no qual em plena ponte que divide os dois países há a disputa entre o PCC e o Comando Vermelho	95
Figura 11 - Roda de conversa com venezuelanos, colombianos e peruanos alojados num abrigo para refugiados em Epitaciolândia, Acre.	99
Figura 12 – Enchente do Rio Acre sobre a cidade de Brasiléia, no Acre. Fonte: Prefeitura de Brasiléia, 2024.	102

Figura 13 - Enchente do Rio Acre com ponte entre Epitaciolândia e Brasiléia em evidência. Fonte: Marcos Vicentti/Secom, 2024.....	102
Figura 14 - Rota da Estrada do Pacífico (BR-317) de Rio Branco (capital do Acre) até Assis Brasil (tríplice fronteira).....	113
Figura 15 - Pastagem, rebanho bovino e floresta amazônica (ao fundo); foto retirada em trecho da estrada do pacífico em Brasiléia.....	113
Figura 16 - Trecho da BR-317 entre Brasiléia e Assis Brasil. Demonstra a constante paisagem que margeia a estrada do pacífico: usos do território para pastagem, criação e abate de rebanhos bovinos.....	114
Figura 17 - Ranking da produção pecuária no estado do Acre em 2022	116
Figura 18 - Produção pecuária de Galináceos no estado do Acre.	116
Figura 19 - Produção Pecuária de Bovinos no Estado do Acre em 2022.....	117
Figura 20 - Fábrica de ração da empresa Acreaves.	118
Figura 21 - Fábrica da empresa Dom Porquito (suínos).	118
Figura 22 - Criação de gado bovino de um pequeno produtor de gado em Brasiléia – Acre.....	123
Figura 23 - Casa de um pequeno produtor de gado, touro, vaca e bezerro. Ao fundo as plantações para subsistência.	123
Figura 24 - Monocultura de milho financiada pelo Banco da Amazônia; localizada às margens da BR-317 entre Brasiléia e Assis Brasil..	127
Figura 25 - Uso do território para plantio de vegetais: agricultoras familiares que plantam e vendem nas feiras de Brasiléia e de Epitaciolândia.....	129
Figura 26 - Feira do Agricultor Empreendedor de Brasiléia.	131
Figura 28 - Lata de Castanha do Brasil Fatiada, produto industrializado e comercializado pela COOPERACRE.	Erro! Indicador não definido.
Figura 27 - Produção de Café dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes.	135
Figura 29 - Sede da COOPAEB dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasiléia.....	136
Figura 30 - Sede da COOPERACRE localizada na área central de Brasiléia, Acre.	136
Figura 31 - Ilustração das regiões ecológicas da Bolívia com foco na Amazônia. ...	139
Figura 32 - Empreendimento turístico Pascana Etsawa Teje.....	140
Figura 33 - Estrada Siringuera del Curupirá (trilha histórico-ecológica-cultural em Cobija).....	140

Figura 34 - Guia da trilha da estrada seringueira demonstrando o tradicional corte na seringueira <i>hevea brasiliensis</i> para extração do látex.....	141
Figura 35 - Estradas de difícil locomoção no trajeto entre o centro de Cobija e o sítio Pascana Etsawa Teje.....	142
Figura 36 - <i>El Carreton: homenaje al esforzado carretero y su histórico carreton cargado de goma y castanha</i> . Localizado na avenida principal de Cobija, em frente ao parque piñata..	144
Figura 37 - Imagens em arte grafite dos rostos de Chico Mendes (esquerda) e Wilson Pinheiro (direita), localizada na rua do comércio em Brasiléia - Acre.....	144
Figura 38 – Núcleos Urbanos de Cobija (sudoeste), Brasiléia (Norte) e Epitaciolândia (sudeste).	146
Figura 39 - Mercado Abasto, aglomerado de comerciantes vendendo produtos industrializados e naturais.	147
Figura 40 – Rua principal de Cobija (Ruta Nacional 13) e Estádio de Cobija ao fundo	147
Figura 41 – Desfile de bandas escolares em frente ao Parque Piñata, parque urbano poliesportivo de Cobija.....	148
Figura 42 - Centro histórico da cidade de Cobija, Plaza Principal Germán Bush Becerra. Sede do Governo Departamental de Pando.....	149
Figura 43 - Rua principal que interliga os principais objetos técnicos da cidade. Observa-se a presença de moradias verticalizadas. Foto retirada sob o Mercado Central de Cobija.....	149
Figura 44 - Universidad Amazónica de Pando - UAP.....	150
Figura 45 - Comércio tradicional boliviano de Cobija, circuito inferior de economia urbana.	151
Figura 46 - Praça Hugo Poli, praça central de Brasiléia, próxima á ponte binacional sobre o Rio Acre.....	152
Figura 47 - Ruínas do antigo hospital de Brasiléia, localizado as margens do Rio Acre e atualmente desativado.....	153
Figura 48 - Ruínas do antigo posto do Ministério da Fazenda e ponte binacional Brasil-Bolívia ao fundo.	153
Figura 49 - Universidade Federal do Acre, Campus Fronteira do Alto Acre.....	155
Figura 50 - Hospital Regional do Alto Acre..	155
Figura 51 - Ponte que divide Epitaciolândia e Brasiléia.	158

Figura 52 - Galpão de estoque de produtos vendidos no supermercado em frente a esse galpão.....	159
Figura 53 - Caminhões de carga estacionados em Epitaciolândia.....	159
Figura 54 - Ponte sobre o Igarapé Encrenca, em Epitaciolândia.	161
Figura 55 - Pasto à esquerda e escola Porvir à direita.....	161
Figura 56 – Estação de tratamento e fornecimento de água da Saneacre - Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre.	162
Figura 57 - Equipamentos para tratamento da água para consumo da Saneacre. .	163
Figura 58 - Feira Livre Municipal de Epitaciolândia.....	165
Figura 59 - Migrantes bolivianas andinas vendendo produtos industrializados na feira brasileira de Epitaciolândia.....	165

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Fronteira Brasiléia, Epitaciolândia (Brasil) e Cobija (Bolívia)	24
Mapa 2 – Define o domínio português, onde se estabelecia que a região do Acre pertencesse ao domínio espanhol	36
Mapa 3 – Demonstra como se dividiu o território do Acre e a zona que corresponde a cada país do Tratado de Ayacucho (1867)	46
Mapa 4 – Divisão do território do Acre segundo o Tratado de Ayacucho (1867)	49
Mapa 5 – Tríplice fronteira: Iñapari (Madre de Dios), Assis Brasil (Acre) e Bolpebra (Pando)	72
Mapa 6 – Proposta de divisão do Brasil de acordo com Milton Santos e Maria Laura Silveira: os quatro Brasis	76
Mapa 7 – Bolívia, departamentos e regiões: a <i>media luna</i> (meia-lua) da Bolívia	78

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Borracha exportada de 1822 a 1910	53
Quadro 2 – Borracha Exportada do Brasil de 1890 a 1898	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

B13 – Bonde dos Treze

CLUP – Colóquio Latino-Americano sobre Urbanização e Patrimonialização

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros

COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura

COOPAEB – Cooperativa Agroextrativista de Assis Brasil, Epitaciolândia e Brasiléia

COOPERACRE – Cooperativa Agroextrativista do Acre

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CV – Comando Vermelho

DEPASA – Departamento Estadual de Água e Saneamento do Acre

E.U.A – Estados Unidos da América

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade

ICMS – Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias

IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal

IMAC – Instituto de Meio Ambiente do Acre

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado

MAP – Madre de Dios, Acre e Pando

MAPA – Ministério de Abastecimento, Pecuária e Agronegócio

MAS – Movimento ao Socialismo

NEAz – Núcleo de Estudos Amazônicos

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAD – Projetos de Assentamento Dirigidos

PAM – Produção Agrícola Municipal

PCC – Primeiro Comando da Capital

PIS – Programa de Integração Social

PPM - Pesquisa da Pecuária Municipal

SANEACRE – Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre

SIE – Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal no Estado do Acre

Sisbi-POA – Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio

VIGIAGRO – Vigilância Agropecuária Internacional

UAB – Universidade Aberta do Brasil

UAP – Universidad Amazonica de Pando

UFAC – Universidade Federal do Acre

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UnB – Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO I – TERRITÓRIO USADO NA FRONTEIRA INTERNACIONAL BRASIL-BOLÍVIA: A TOTALIDADE, A GLOBALIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS DO MUNDO NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA ACREANO.....	33
1.1. A globalização desde o Sul global: vista do interior e a partir de suas realidades e especificidades	35
1.2. Amazônia, uma região periférica: notas geohistóricas desde a região amazônica até a fronteira Brasil – Bolívia no Acre.....	41
1.3. Colonização, tratados, conflitos e migrações: processo de delimitação territorial da fronteira Brasil-Bolívia no Acre	44
1.4. A globalização do mercado da borracha: usos do território, tecnoesfera e psicoesfera – a transformação do espaço geográfico acreano.....	50
1.5. O declínio da borracha e o papel designado a Amazônia (ao Acre) na Segunda Guerra Mundial: o segundo ciclo da borracha	55
1.6. Os usos contraditórios do território desencadeados pelo governo ditatorial militar do Brasil e o comando de uma nova ordem mundial neoliberal pós Guerra Fria: multinacionais e a nova fronteira agropastoril.....	60
CAPÍTULO II – A FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA NA REGIÃO DO ALTO ACRE DA AMAZÔNIA: SINGULARIDADES FRONTEIRIÇAS LATINO-AMERICANAS E A BUSCA POR INTEGRAÇÃO.....	69
2.1. A escala regional do Alto Acre: o departamento de Pando, o Estado do Acre e o departamento de Madre de Dios (Peru).....	71
2.2. O Andino-centrismo boliviano e o atlântico-centrismo brasileiro, comandos político-econômicos distantes da Amazônia	75
2.3. A iniciativa MAP como projeto inclusivo de organização internacional-regional para integração latino-americana na Amazônia	85
2.4. Fluidez territorial-regional fronteiriça e as zonas francas de comércio e integração: SUFRAMA e a Zona de Livre Comércio Brasil-Bolívia.....	87
2.5. A porosidade fronteiriça, desigualdades socioterritoriais e a presença de facções criminosas brasileiras na zona de fronteira, adentrando na Bolívia.....	93
2.6. Os Refugiados latino-americanos nas terras de fronteira do Alto Acre, a rota Pacífico – Atlântico como expressão da resistência latino-americana	98
2.7. A solidariedade Bolívia-Brasil-Peru perante a resistência às enchentes do Rio Acre	101

CAPÍTULO III – USOS DO TERRITÓRIO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA (BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA): A CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES FRENTE OS MOVIMENTOS DO MUNDO GLOBALIZADO	105
3.1. Tecnoesfera e Psicoesfera, a configuração das mentes para os usos do território nos municípios transfronteiriços em estudo	107
3.2. Agentes hegemônicos e agentes hegemonzados: os usos do território como recurso e como abrigo na fronteira Brasil-Bolívia no Alto Acre	111
3.2.1. Pecuária, uso do território como recurso	112
3.2.2. Pecuária, território como recurso (e como abrigo): o pequeno produtor de gado ¹²⁰	
3.2.3. Monocultura e policulturas, usos do território como abrigo e recurso na região transfronteiriça do Alto Acre	126
3.2.4. Agroextrativismo, território como abrigo e como recurso: o extrativista-agricultor e as cooperativas de beneficiamento e industrialização da Castanha da Amazônia	133
3.2.5. Agroextrativismo e turismo ecológico em Cobija, usos do território no meio florestal-rural boliviano	138
3.3. Usos do território no meio urbano fronteiriço: o continuum urbano formado por Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija	143
3.3.1. Usos do território no município de Cobija	145
3.3.2. Usos do território no município de Brasiléia	152
3.3.3. Usos do território no município de Epitaciolândia	158
CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
REFERÊNCIAS	173

INTRODUÇÃO

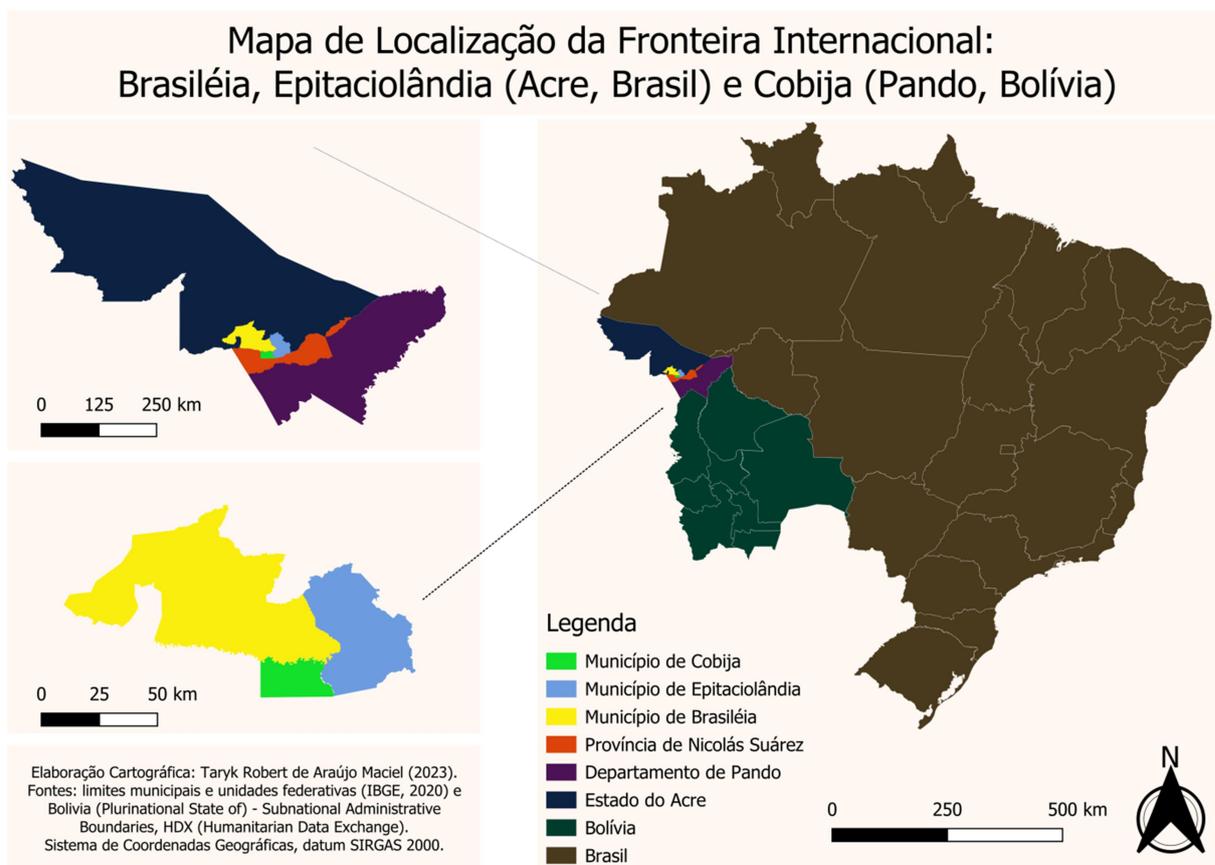
Seguindo as ideias de Souza (2019), a fim de aprimorar o método científico, esse sistema coerente de ideias, e aplicar o conceito de território usado ao estudo de fronteira na Amazônia, exigindo a adoção da totalidade, apresenta-se a presente pesquisa de mestrado acadêmico. Essa investigação visa, a partir de Milton Santos ou da teoria miltoniana, ao entendimento e caracterização dos usos do território na atualidade, ou seja, o território usado, o meio técnico-científico-informacional e os movimentos do mundo no território fronteiro brasileiro-boliviano na Amazônia, na região do Alto Acre, neste caso.

Segundo Sant'Ana Júnior (2011), o território Amazônico é tido como internacionalmente estratégico, pois abriga a maior floresta tropical do mundo e é alvo de interesses relativos, por um lado, à exploração de seus recursos naturais, e, por outro, à manutenção do ameaçado “equilíbrio ambiental” do planeta, que aqui compreende-se e se refuta criticamente, pois não há equilíbrio algum na atual economia global. O que se vê é a existência de enormes desigualdades socioterritoriais, logo, opta-se pelo uso do conceito de território usado e se analisam os diversos usos do território, bem como a busca por melhores usos do mesmo (Santos, 2001; Souza, 2019).

O recorte de análise territorial da presente pesquisa se refere a duas cidades brasileiras e uma cidade boliviana. Brasiléia e Epitaciolândia são municípios do sudoeste do Acre, Brasil. Já Cobija é a capital do Departamento de Pando e da Província de Nicolás Suárez, Bolívia, sendo reconhecida como capital do norte da Bolívia. Esse interm de cidades-fronteiriças faz parte da estrada do pacífico, ou seja, está muito próximo ao departamento de Madre de Dios, Peru, no qual a tríplice fronteira entre os três países se encontra. Assim, afirma-se que o foco da presente dissertação é sobre o eixo Brasil-Bolívia, porém regionalmente haverá análises em que a proximidade ao Peru deverá ser considerada, devendo-se, portanto, observar as questões regionais que envolvem os três países na presente pesquisa.

Navegando a montante do rio Amazonas, alcançam-se dois de seus afluentes, o Rio Juruá e o Rio Purus. Esse último possui como um dos seus afluentes o rio Acre, o principal rio que divide os territórios nação em estudo.

Mapa 1 – Fronteira Brasiléia, Epitaciolândia (Acre) e Cobija (Pando)



A historicização dos usos do território nessa fronteira Brasil-Bolívia coloca o mercado da borracha como principal impulsionador à conquista de territórios no Alto Acre, sub-região onde se encontram as cidades transfronteiriças conurbadas em estudo. Sant’Ana Júnior (2011) afirma que do final do século XIX até meados do século XX, a principal forma de ocupação econômica da Amazônia brasileira foi a empresa seringalista, destinada à produção de borracha natural, a partir da extração do látex da *hevea brasiliensis* (popularmente conhecida como seringueira ou árvore-da-borracha). O autor também diz que a empresa seringalista expressava dois movimentos divergentes: por um lado, exercia um modo de apropriação de riquezas florestais de baixo impacto ambiental – pois pressupunha a manutenção da floresta em pé para a extração do látex –, e, por outro lado, afirmava-se a partir de um modo de exploração exacerbado da mão-de-obra; que pode ser percebido como uma das modalidades contemporâneas de trabalho análogo à escravidão.

Martins (1982) considera que o processo de conquista do território acreano, bem como os consequentes refúgios desencadeados pelo processo de apropriação

de terras, permeia o entendimento do que vem a ser a saga dos oprimidos nesse território fronteiriço.

Esses processos de desigualdade socioterritorial apontam para usos cambiantes do território, bem ao tempero voraz do mercado internacional. Os antigos seringueiros atualmente buscam alternativas de sobrevivência financeira que são impulsionadas e configuradas por comandos exógenos, digladiando com alternativas propostas endogenamente, dicotomizando os usos do território florestal. Segundo relato de representantes do sindicato dos trabalhadores rurais de Brasiléia recolhido em campo: “a mentalidade de ser fazendeiro se sobressai perante ser extrativista, pois o modo de vida do extrativista é muito mais difícil”; questão essa que será discutida na presente dissertação.

Segundo o IBGE (2022), Brasiléia possui 26.000 mil habitantes e Epitaciolândia têm 18.757 mil habitantes. Já a população da cidade boliviana é de cerca de 78.000 mil habitantes, segundo o censo boliviano de 2020. Para os padrões de cidades limítrofes na Amazônia, esse contingente populacional é considerado alto e revela a centralidade dessa conurbação para a região do Alto Acre, também chamada de Amazônia Sul-Occidental.

Machado (2005, p. 249) defende que “no âmbito do sistema interestatal e do sistema capitalista, o limite internacional é um princípio organizador do intercâmbio, seja qual for sua natureza, não só para os territórios que delimita como para o sistema interestatal em seu conjunto”. Entretanto, a autora observa que a simbiose entre esse sistema “inter-estados” e o sistema de acumulação capitalista, resulta em relações de intercâmbio dinâmicas.

A evolução atual dessas relações sugere que o poder organizador e regulador dos limites interestatais ou, mais concretamente, o poder organizador e regulador dos estados nacionais está sendo solapado, desde dentro e desde fora de cada estado, pelo aumento de intensidade e complexidade dos intercâmbios não-estatais. (Machado, 2005, p. 250)

A complexidade das trocas comerciais num mundo globalizado já era apontada largamente por Santos (1979), principalmente quando formula sua teoria dos circuitos superior e inferior de economia urbana. Conjuntamente a essa teoria, a da psicoesfera e da tecnoesfera, que configuram as mentes para o consumo e resultam na mutilação da cidadania humana, também apontam para complexas e perversas relações econômicas. Afirma-se isso, visto as constantes desigualdades

socioterritoriais observadas na Amazônia e em todo o sul global, sendo necessários profundos estudos geográficos para que disputemos outros caminhos para o desenvolvimento socioterritorial e para a superação de abissais desigualdades.

Com essa pequena introdução sobre estes conceitos, observa-se uma convergência ideológica notável no que tange a certa imprevisibilidade, quase anárquica, das trocas intercambiais; no qual na realidade de fronteira se torna uma variável de importantíssima análise, visto as singulares formas de resistir no território perante a, também singulares, vorazes usos comandados por oligopólios distantes.

Aqui vale citar Souza (2019), que nos ensina que ao se considerar o método como um sistema coerente de ideias valida-se o entendimento de que a desigualdade socioespacial é produto do uso do território. A autora relembra que o conceito de território usado é derivado do conceito de espaço geográfico (espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço), proposto por Milton Santos (2000), e que expressa à totalidade em movimento, porém historicizada. Em meio ao “inferno verde” (Costa, 1998) os seringais, minas do ouro negro, se tornaram matéria-prima essencial no contexto da industrialização.

Sob essas problematizações e conceituações introdutórias, **justifica-se** a importância da presente investigação, por analisar o território globalizado da Amazônia, de forma a caracterizar seus usos nesta fronteira acreano-pandina, uma singularidade Latino-Americana que desvela perversidades e fluidez seletiva dos usos do território no sul global. Analisar-se-á, também, os diversos parâmetros que permeiam a execução de um modo de produção exploratório do trabalhador no Acre e em Pando, movimento que permite entender o lugar e a totalidade imperando sobre os ocupantes dessa fronteira.

A fim de caracterizar e analisar a dinâmica atual dos usos do território na fronteira em estudo tem-se o seguinte **problema de pesquisa**: como os processos de mercantilização do látex no território amazônico-fronteiriço, desencadeados pela ação de diversos atores hegemônicos e pela reação de atores hegemonzados, caracterizam os atuais usos do território na fronteira Brasiléia, Epitaciolândia – Cobja? Para tanto, essa dissertação de mestrado traz a seguinte **hipótese**: os usos do território na fronteira Brasil–Bolívia se modificaram ao longo do tempo e criaram novas relações socioespaciais desiguais no território; depreende-se que haja

negligências estatais com a fluidez do território, visto a continuidade de conflitos territoriais entre diferentes atores, que divergem acerca dos usos do território na fronteira em estudo. Soma-se a isso a percepção de que a totalidade em movimento aponta para a pecuária como uma das principais atividades econômicas que, ao longo do tempo, vêm modificando os antecessores usos extrativistas focados no mercado da borracha – ainda que esse mercado não possua nenhum indício de que deixará de existir – sendo um dos principais embates observados: extrativistas-agricultores versus pecuaristas.

Assim, para responder a problemática de pesquisa se tem como **objetivo geral** analisar a dinâmica dos atuais usos do território frente ao processo histórico de ascensão e declínio da economia da borracha na fronteira Brasiléia, Epitaciolândia (Brasil) – Cobija (Bolívia). Na presente dissertação de mestrado também foram definidos quatro **objetivos específicos**, sendo eles:

- I. Aplicar o conceito de território usado à luz da realidade da fronteira Brasil – Bolívia.
- II. Compreender o processo de urbanização deste território de fronteira pertencente aos núcleos urbanos de Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija.
- III. Caracterizar os fluxos de: migração, comércio, trabalho, saúde e educação entre Brasil e Bolívia no território de fronteira analisado.
- IV. Caracterizar os processos de ocupação e uso do território de fronteira analisado, verificando a simbiose campo-cidade (e floresta) no território.

A metodologia de pesquisa e análise que rege o tratamento científico-acadêmico proposto utiliza-se de teorizações do pensamento filosófico-geográfico sobre o território usado, proposto pela Geografia Renovada de Milton Santos, Maria Adélia de Souza, Maria Laura Silveira, outros miltonianos e mesmo de outras escolas que possam auxiliar a reflexão proposta, contribuindo, portanto, para os estudos de territórios de fronteira internacional na Amazônia.

Os **conceitos** utilizados vão de encontro ao robusto arcabouço teórico de análise do espaço geográfico e do território usado proposto por Milton Santos e seus seguidores. Citam-se aqui alguns dos principais conceitos utilizados: globalização,

suas três faces e o meio técnico-científico-informacional, globalitarismo, o espaço como condição de cidadania, totalidade em movimento, território usado, rugosidades espaciais, tecnoesfera e psicoesfera, circuitos superior e inferior de economia urbana, fluidez territorial, espaços luminosos e opacos, seletividade espacial, fixos e fluxos, forma-função-estrutura e processo, agentes hegemônicos e hegemonzados, bem como a crucial análise dos fatos sociais orientados por uma percepção descolonial de análise do mundo em movimento desde suas periferias globais, neste caso, desde o sul global.

A atual divisão territorial do trabalho deságua sobre as divisões territoriais anteriores. E a divisão social do trabalho fica impossibilitada de ser digerida sem a compreensão da divisão territorial do trabalho, entendida como produto direto das formas geográficas herdadas, as ditas rugosidades.

Na ótica de Santos (2000, p. 12), o território usado é um campo beneficiado para a análise, pois, de um lado, nos transparece a feição global da sociedade e, de outro lado, a própria multiplicidade do seu uso. Para os *atores hegemônicos* o território usado é um artifício utilizado para garantir o cumprimento de seus interesses particulares, afirma o autor. Este, diz que a insistência de ações daqueles, encaminha a uma adequação contínua de uso do território, com incremento de uma materialidade prática à dinâmica das ações exógenas ao lugar que agudiza a divisão social e territorial do trabalho através da seletividade dos investimentos capitais e acarreta num uso corporativo (mercadorizado) do território.

Por outro viés, consoante a Santos (2000), as situações decorrentes possibilitam o esclarecimento da cirúrgica consideração da conduta de todos os seres humanos, de todas as instituições (públicas, sociais, mistas...), dos capitais e das firmas. O autor assegura que os distintos atores não detém o mesmo poder de comando, levando a uma pluralidade de ações advindas da coexistência dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Desta mistura, tem-se a disposição única dos lugares (Santos, 2000, p. 12).

“Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade” (Santos, 2000, p. 12-13).

Segundo Santos (2000), o território usado tem sua historicização específica em função das dinâmicas das formações socioespaciais, constitui-se, em outras palavras, de um complexo enredo de relações complementares e conflitantes que se conectam dialeticamente. Aí mora a robustez do conceito, pois faz pensar processualmente as correlações entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo, afirma o autor. “O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso” (Santos, 2000, p. 3).

Os **procedimentos metodológicos** da presente dissertação foram divididos em três etapas cruciais, sendo elas: a) pesquisa documental e bibliográfica; b) duas pesquisas de campo na fronteira (aproximação [2022] e aprofundamento [2024]); c) apresentação dos resultados de campo.

No momento inicial da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico aprofundado, apoiado em livros, teses, dissertações e demais trabalhos de cunho acadêmico que estejam relacionados ao processo de urbanização e formação espacial dos territórios de Cobija, Brasília e Epitaciolândia. Para lembrar Coutinho (1972), serão consideradas observações que visem compreender a miséria da razão do ser fetichizado e desapropriado de um elo indivíduo-comunidade, visto as intervenções exógenas históricas sobre o território acreano e, certamente, sobre o território pandino-boliviano também. Para esse autor, a limitação decorrente da apreensão imediata da realidade serve aos interesses ideológicos da burguesia, logo se preocupa com a identidade dos indivíduos que ocupam o território de fronteira em estudo, visto o entendimento de que o capitalismo burocratiza e empobrece as ações humanas.

Num segundo momento, far-se-á saída de campo embasada por teorias científicas que proporcionem uma melhor apreensão empírica da realidade com o objetivo de realizar entrevistas e pesquisas *in loco*. Para isso, será necessário elaborar, documentar, organizar e executar processos de investigação científica em etapas, no qual as percepções empíricas recolhidas em campo direcionem o levantamento bibliográfico pós-campo para os temas que orientem o desenrolar da investigação.

Com o intuito de proporcionar maior grau de especificação da fronteira objeto de estudo, executou-se trabalho de campo exploratório na fronteira Brasília/Epitaciolândia – Cobija que vise à busca da totalidade dos fatos geográficos, isto é, unificar a busca por registros documentais nos órgãos locais, falas de lideranças, bem como a coleta de narrativas de pessoas comuns, ou seja, cidadãos que façam parte da comunidade e que certamente possuem contribuições relevantes ao presente estudo.

Consideraram-se as orientações presentes na observação participante de Foote-Whyte (1980) em que, ao investigar uma comunidade e tornar-se parte dela – ainda que exógeno a mesma – deve-se tomar cuidado com a postura adotada em campo, pois a comunidade observada tece observações ao pesquisador e essa observação vai de encontro à desconfiança sobre qual é o intuito do forasteiro. Portanto, foi necessária a intermediação e orientação de pessoas integrantes da comunidade que creditaram confiança ao pesquisador; para introduzi-lo ao território investigado e assim desenrolar as análises investigativas necessárias. Foi necessário paciência ao pesquisador, assim como cuidado e compreensão, para a quebra de barreiras de desconfiança, bem como expertise para sentir os momentos adequados para colheita de dados na abordagem de assuntos que possam ferir a confiança dos indivíduos e instituições observadas.

Outro ponto importante diz respeito à adoção das orientações presentes na técnica de captação de narrativas históricas presente no conceito de história oral de Meihy (2005); esse autor direciona o pesquisador ao entendimento de que a prática de apreensão de memórias contribui para uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje, e cujo processo histórico não está acabado. Buscou-se analisar processos sociais do presente entendendo a importância da memória cultural como história viva, processo que foi realizado através do uso de meios eletrônicos e de anotações de campo destinadas a recolher testemunhos para correta documentação e institucionalização das histórias orais.

Para Meihy (2005) entende-se que a história oral tem aceitação popular porque visa confrontar e ampliar a perspectiva predominante do formalismo disciplinar acadêmico, na busca por pensar a vida social em sentido público, fundamentando-se no direito de participação social e na consciência cidadã da presente pesquisa.

É claro que é de relevante contribuição o levantamento de dados demográficos, econômicos, sociais e diplomáticos no território estudado; assim como a investigação e espacialização cartográfica de rugosidades e patrimônios-territoriais que possam vir a contribuir para a interpretação do processo histórico expresso no território de fronteira em estudo. A ideia central foi justamente não se isolar do contingente acadêmico, tampouco da totalidade dos fatos, na busca por valorizar a percepção lógica da vida coletiva. Portanto, pesquisar por percepções sociais dos povos que lá habitam, a fim de dar voz a atores contra hegemônicos de movimentação e transformação do território em estudo.

No viés do parágrafo anterior, esclarece-se que há a necessidade de se estabelecer um movimento que não se limite a análise do fenômeno, e que, portanto, vise compreender a essência dos lugares que compõem o território estudado. Dessa forma, adotar-se-á a perspectiva dialética proposta por Costa (2018), visto que o autor enxerga a América Latina como uma universalidade não eurocêntrica que envolve três níveis de escalas a serem compreendidas simultaneamente, evidenciando-se, portanto, a necessidade e o compromisso com o debate geográfico existencial-descolonial, ou seja, o comprometimento de se conceber os países do continente como particularidades formativas e os casos empíricos como singularidade-universalidade. Assim, compreendidas as dinâmicas urbanas e territoriais em que as três cidades estão inseridas e percebendo como as complexas relações de poder se processam no território fronteiro em questão, será possível tecer interpretações acerca dos usos do território de fronteira Brasil-Bolívia na Amazônia acreana-pandina¹.

No que se refere à estrutura dessa dissertação de mestrado, o estudo está dividido em três capítulos. O **primeiro capítulo** consiste em contextualizar o leitor acerca de uma narrativa histórico-geográfica entrelaçada aos preceitos basilares das teorias e metodologias de análise da Geografia Renovada. Buscou-se trazer ao debate notas históricas do uso do território na fronteira em estudo, pois de forma emblemática se constituíram as linhas de fronteira entre Brasil e Bolívia no Alto Acre; onde o mercado da borracha, uma demanda econômica exógena e fundamental para a segunda revolução industrial, imperou e orientou novos rumos aos usos do

¹ Território de fronteira onde se encontram o estado do Acre (Brasil) e o departamento de Pando (Bolívia), divididos, em sua maioria, pelo rio Acre.

território e a constituição de lugares dessa faixa de fronteira no coração da Amazônia. Ressalta-se que esse esforço de apresentação histórico-geográfico ainda é introdutório, porém de fundamental importância para o entendimento dos capítulos seguintes, que analisam a atualidade da fronteira em estudo.

O **segundo capítulo** traz o conceito de território usado enquanto categoria de análise com foco na escala regional, isto é, são analisadas as regiões brasileira e boliviana no tangente à suas relações socioterritoriais e econômicas. Aqui se apresentam os desafios e possibilidades de integração latino-americana entre os dois países na fronteira, não deixando de abordar a influência e participação do Peru, também conectado a Bolívia e ao Brasil pelo rio Acre. Alguns resultados de campo que dialogam com essa escala de análise já são apresentados neste segundo capítulo.

O **terceiro capítulo** traz o diamante da pesquisa, ou seja, os resultados de campo, percepções empíricas ativadas e orientadas pelos conceitos e métodos de análise da Geografia Renovada e bem como de outras correntes que se propunham a investigar territórios de fronteira na América Latina. Neste último capítulo, evidenciam-se as individualidades e sensibilidades do autor perante aos desafios de análise do território e da constituição dos lugares na fronteira em estudo. A voz dos agentes hegemônicos impera, visto as perversidades históricas que colocam os sujeitos que ali vivem a resistir bravamente aos projetos exógenos e predatórios de uso da floresta amazônica. Frequentes enchentes, porosidade fronteiriça que facilita a ação de facções criminosas, poucas opções de estudo e emprego para os jovens e adultos que vivem na floresta; enfim, buscou-se englobar ao máximo as diversas formas de resistências da classe trabalhadora no território de fronteira.

Dificuldades e desafios encarados pela população fronteiriça frente à aparente morosidade-inércia dos estados-nação em promover específicos projetos de desenvolvimento para essa região são considerados nas reflexões presentes neste capítulo. A seletividade de investimentos que predam o território para se encaixar numa economia global exportadora desvela a enorme dificuldade dos governos dos dois países em prover direitos fundamentais, caminhos e alternativas para um distributivo desenvolvimento socioterritorial e econômico para os cidadãos brasileiros, bolivianos e latino-americanos daquela região. É uma verdadeira contradição estar rodeado de possibilidades florestais, aquáticas e humanas e ainda assim optar por modelos econômicos exógeno-perversos de desenvolvimento.

CAPÍTULO I – TERRITÓRIO USADO NA FRONTEIRA INTERNACIONAL BRASIL-BOLÍVIA: A TOTALIDADE, A GLOBALIZAÇÃO E OS MOVIMENTOS DO MUNDO NO TERRITÓRIO DE FRONTEIRA ACREANO



Figura 1 - Rio Acre e a Ponte Internacional da Amizade Wilson Pinheiro; essa ponte está localizada em Brasiléia e Cobija, é a principal ponte da fronteira binacional Bolívia-Brasil. **Fonte:** acervo do autor, outubro de 2022.

Refletir sobre as singularidades da Amazônia é pensar em nós, povos latino-americanos perante o mundo. Sejam povos bolivianos, brasileiros, peruanos (não importa), todos os países latino-americanos possuem em suas entranhas a origem indígena e a colonização europeia.

Ainda que alguns países não pertençam ao domínio morfoclimático da Amazônia, estão a ele interligados por um sistema muito maior e muito mais complexo: o Planeta Terra. Esse Planeta é uma condição material do mundo em que vivemos, o mundo que deve ser pensado pelo trabalho social, é um mundo explorado inescrupulosamente e diuturnamente por meio de usos vorazes do território. Desde a grande invasão europeia sobre as terras do que hoje chamamos de América, usos exploratórios se perpetuam por meio da ação de agentes hegemônicos, no qual, no atual sistema capitalista, assume uma face carregada de contradições, desequilíbrios e perversidades.

No atual meio técnico-científico informacional (Santos, 2020), nesse mundo globalizado, resiste-se no território; seja qual for à parcela de terra que um indivíduo viva na Terra, terá de resistir. Esse é o centro da reflexão, o de pensar as particularidades dos desafios socioterritoriais dos territórios latino-americanos em meio à regência do sistema capitalista; o qual mutila a cidadania dos povos em prol de empreendimentos macabros que firulam o desenvolvimento econômico, mas que na verdade violentam severamente os povos do mundo, gerando drásticos problemas socioterritoriais. Assim, a presente dissertação busca analisar, a partir do olhar de dentro da Amazônia: as fábulas, perversidades e possibilidades impetradas aos povos amazônicos do Alto Acre (Santos, 2020).

Segundo Porto-Gonçalves (2005), essa concepção advém do entendimento histórico-geográfico das diversas violências perpetradas pelos povos europeus contra nossos povos originários indígenas no período de colonização da América que, pautadas em genocídios, etnocídios, invasão de terras e inserção migratória forçada de povos africanos para ser mão-de-obra escravizada (juntamente a superexploração dos indígenas e dos caboclos), viabilizam a lucratividade das capitais coloniais da Espanha e de Portugal na economia global pré-capitalista. No entanto, resistir no território, implica buscar formas alternativas e/ou tradicionais de sobrevivência, no qual a solidariedade orgânica (Santos, 1979) aproxima e integra um sentimento latino-americano do que poderia ser chamado de empatia de classe para, assim, agir como agente hegemônico no território.

É necessário pensar assim sobre a Amazônia, totalizando-a e analisando-a como um território usado ao longo do tempo, compreendendo sua historicização espacial perante uma disputa econômico-política mundial, e cujos usos primórdios do território se referem aos povos originários e das relações que se sucederam (Santos, 2020). Para analisar o presente, foco da Geografia, necessita-se compreender como o território foi usado ao longo do tempo, analisando-o de dentro para fora: dos povos da Amazônia para o mundo (Souza, 2019).

Segundo Souza (2019, p. 12), entender a Geografia como a filosofia das técnicas é uma proposta feita por Milton Santos, entendendo que a Geografia tem como objeto o espaço geográfico, espaço banal, uma totalidade em movimento, preocupando-se com a existência dos seres humanos no planeta através da compreensão historicamente dada pela constituição do processo de

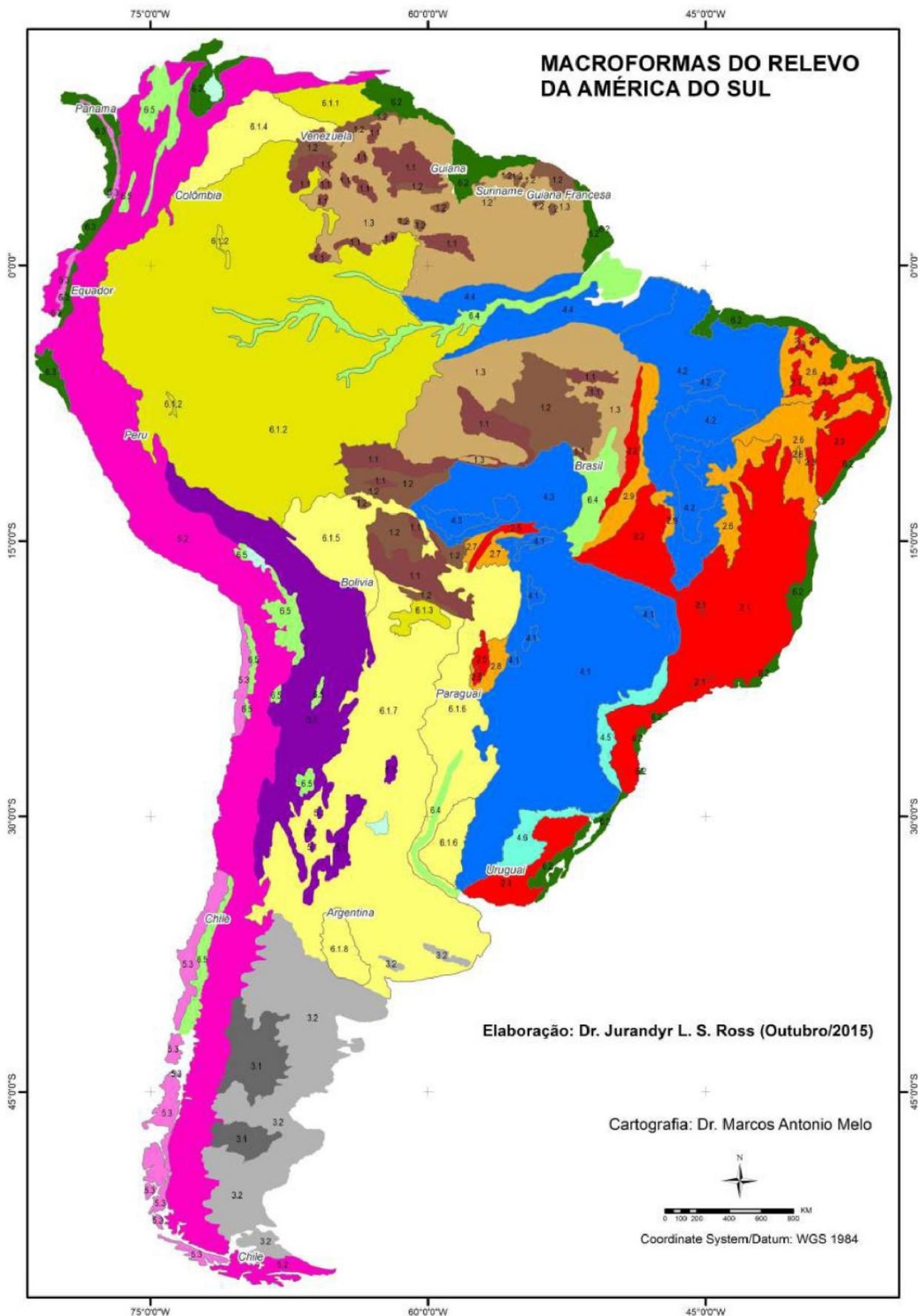
indissociabilidade entre sistemas de objetos (a materialidade) e sistemas de ações (as relações sociais). Assim, não apenas a fenomenologia, a filosofia existencialista, mas, sobretudo, a Geografia é uma filosofia das técnicas, dada a compreensão em função delas, do mundo do presente realizando-se nos lugares, afirma a autora.

1.1. A globalização desde o Sul global: vista do interior e a partir de suas realidades e especificidades

Pensar no mundo, desde a América do Sul, implica reconhecer e interpretar que estamos inseridos num território geomorfologicamente diverso e abundante: a jovem e imponente Cordilheira dos Andes, o deserto do Atacama, a Patagônia, o Planalto das Guianas, a Cordilheira do Espinhaço, a Serra do Mar Atlântico, o Planalto Central Sul-americano e a Amazônia. Essas são apenas algumas das principais formações presentes no continente sul-americano, no qual a presença da mais extensa cordilheira de montanhas do mundo, bem como da maior floresta tropical deste planeta, chamam a atenção por uma série de motivos como: a antiguidade do início da formação desse relevo, ou a alta variação altimétrica da geomorfologia do relevo do grande continente sul-americano; são muitos fatores intrínsecos a geomorfologia da América do Sul que o singularizam e, conseqüentemente, geram as condições contemporâneas de grande disponibilidade de minerais metálicos, bem como de recursos sedimentares, como o petróleo, por exemplo, (Ross, 2016).

Essa característica faz com que haja muitas áreas de topo de montanha e muitas áreas deposicionais, isto é, a altura do relevo da América do Sul varia de mais de seis mil metros – como no monte Aconcágua, nos Andes argentinos – chegando à média de trezentos a quatrocentos metros de altura acima do nível do mar, já na Amazônia, que possui o cráton amazônico resultante da formação gondwanica, observa-se uma rocha do período arqueano, muito antigo, e que é determinante para a formação do ouro, bem como de outros minerais metálicos. Vejamos a seguir o mapa das macroformas do relevo da América do Sul, para posteriores análises acerca das intencionalidades exógenas acerca dos usos do território na América Latina.

Mapa 2 – Mapa das Macroformas do Relevo da América do Sul



Legenda:

Morfoestruturas do Cráton Amazônico

-  1.1, Planaltos Residuais em Coberturas de Plataformas - Norte e Sul Amazônicos
-  1.2, Planaltos em Estruturas Igneas e Metamórficas - Norte e Sul Amazônicos
-  1.3, Depressões Marginais e Interplanálticas - Norte e Sul Amazônicos

Morfoestruturas dos Cinturões Orogenéticos Antigos

-  2.1, Planaltos e Serras do Atlântico Leste-Sudeste
-  2.2, Planaltos e Serras de Goiás-Minas
-  2.3, Planaltos do Nordeste Oriental
-  2.4, Planaltos Uruguaio-Sulriograndense
-  2.5, Planaltos e Serras do Alto Paraguai/Bodoquena
-  2.6, Depressões Sertaneja e do São Francisco
-  2.7, Depressões Cuiabana e do Alto Paraguai
-  2.8, Depressões do Miranda-Bodoquena
-  2.9, Depressões do Tocantins

Morfoestruturas da Plataforma da Patagônia

-  3.1, Planaltos em Estruturas Vulcano-Sedimentares

Morfoestruturas em Bacias Sedimentares Paleo-mesozóicas

-  4.1, Planaltos e Chapadas da Bacia do Paraná
-  4.2, Planaltos e Chapadas da Bacia do Parnaíba
-  4.3, Planaltos e Chapadas da Bacia do Parecis
-  4.4, Planaltos e Tabuleiros da Bacia da Amazônica Oriental
-  4.5, Depressão Periférica da Borda Leste da Bacia do Paraná
-  4.6, Depressão Periférica Central Gaúcha-Uruguaia

Morfoestruturas em Cinturões Orogenéticos Meso-cenozóicos

-  5.1, Cordilheira dos Andes Oriental
-  5.2, Cordilheira dos Andes Centro-Occidental
-  5.3, Cordilheira dos Andes Costeira

Morfoestruturas das Bacias Sedimentares Cenozóicas

- 6.1 Depressão Central Sulamericana
 -  6.1.1, Tabuleiros e Colinas da Bacia do Orenoco
 -  6.1.2, Tabuleiros e Colinas da Bacia do Solimões
 -  6.1.3, Tabuleiros e Colinas do Alto Paraguai
 -  6.1.4, Planícies e Pantanaís da Bacia do Orenoco
 -  6.1.5, Planícies e Pantanaís das Bacias Beni-Mamoré (Chaco)
 -  6.1.6, Planícies e Pantanaís das Bacias Paraguai-Paraná (Chaco)
 -  6.1.7, Planícies e Colinas das Bacias Paraguai-Paraná-Prata
 -  6.1.8, Planícies e Campos de Dunas Fixas das Bacias do Salado-Colorado
-  6.2, Tabuleiros e Planícies Costeiras do Atlântico
-  6.3, Tabuleiros e Planícies Costeiras do Pacífico
-  6.4, Planícies Fluviais Interiores
-  6.5, Planícies e Colinas em Vales Sinclinaís Intermontanos

Segundo Ross (2016, p. 21):

O relevo brasileiro só pode ser entendido a partir dos processos geomorfológicos que afetaram o continente sul-americano. Os processos morfogenéticos do Brasil estão relacionados com a abertura do Oceano Atlântico e a formação da Cadeia Orogenética dos Andes. A epirogênese meso-cenozóica desencadeou os processos desnudacionais e estabeleceram a compartimentação do relevo. As macroformas associam-se às mega-estruturas dos Crátons, Cinturões Orogenéticos e Bacias Sedimentares herdadas do Gondwana, produzidas pelas fases erosivas pré e pós-Cretáceo. As variações altimétricas do Planalto Brasileiro decorrem da tectônica que soergueu desigualmente as estruturas que sustentam as macroformas a partir do Cretáceo com vínculos à tectônica Andina. No oeste do continente orogenia e no centro-leste arqueamentos e falhamentos que criaram desníveis de antigas superfícies de erosão, acompanhadas de processos erosivos e deposicionais Terciários e Quaternários, tanto em climas secos como quentes e úmidos que possivelmente geraram rebaixamento geoquímico.

Introduzir a geomorfologia da América Sul justifica-se para entender que, quando o capital hegemônico internacional olha para esse continente, enxerga os bens minerais, biogenéticos, florestais e aquáticos, bem como o solo, delimitando um encaixe na economia internacional que coloque os países desse continente na condição de fornecedores de matéria-prima ou de “fronteira agrícola/fazenda do mundo”, dissociando a natureza das pessoas locais; vistas até como barreiras e empecilhos a seus empreendimentos.

O esforço aqui é o de deixar claro que, a partir da ótica de disponibilidade de recursos naturais, o continente sul-americano possui condições autônomas de desenvolvimento social/econômico. Entretanto, em meio a um poder e economia global, findamos na enorme estratégia de sucateamento e desequilíbrio de nossas soberanias enquanto Estado/Nação, para obedecer aos mandos exógenos do capital hegemônico internacional (Trindade Júnior, Leite & Oliveira, 2021).

Essa é uma forte herança colonialista, na qual desde a colonização ficamos rendidos e quando nos organizamos politicamente para denunciar e disputar os rumos do desenvolvimento, por aqui, somos friamente assassinados. Sem sair da Amazônia já se podem citar milhares de assassinatos ao longo dos anos, todos de pessoas que lutavam por usos justos do território na Amazônia. No entanto, essas lutas travam embates com a burguesia regional articulada à internacional, ou seja, os conflitos são justamente com a elite financeira regional que sempre esteve acordada e curvada ao norte global, em detrimento da liberdade e autonomia do povo, do próprio país (Porto-Gonçalves, 2005).

Porto-Gonçalves (2005) dedica esforços para denunciar esse padrão de matança e jagunçada na Amazônia, argumentando no sentido de denunciar a visão exógena que coloca os povos da floresta como barreiras para o desenvolvimento; o que, para o autor, é um tremendo erro, pois se perde a sabedoria e acúmulo ancestral dos povos originários e caboclos migrantes já identificados com a vida na Amazônia.

Dessa forma, já se obtém um primeiro parâmetro de denúncia ao capital internacional sobre a América Latina, no qual a globalização nos é posta como uma grande fábula do desenvolvimento, confundindo as mentes e indicando como moderno o velho Norte global. O que ocorre é que esse “moderno” corresponde ao capitalismo que separa o ser humano da Floresta, a fim de extrair o que é valorizado economicamente pelo neoliberalismo que, inclusive, escancara suas perversidades ao longo do tempo.

O segundo parâmetro é justamente o da perversidade, é uma verdadeira crueldade o que se faz na América Latina. Aqui, novamente, utilizar-se-á de análises acerca do espaço amazônico, no qual se tem das piores qualidades de vida do continente, alguns dos mais baixos índices de desenvolvimento humano (IDH), o que é completamente contraditório frente à riqueza biogenética da Amazônia. Analisar o mundo globalizado aponta para o desvelamento das raízes e mecanismos de sustentação das desigualdades socioterritoriais; nossas realidades e especificidades pouco ou nada são vistas, visto o tamanho investimento na propaganda, na configuração da “psicosfera” do povo (Santos, 2006), para aceitarem essa esfera técnica desigual e perversa, normalizando crueldades e massacrando os povos à margem do Norte global no mundo.

Para comprovar que após a invasão europeia o território Sul-americano sempre foi visto como terra a ser explorada, basta um resgate histórico-geográfico das principais formas de acumulação primitiva de capital exercidas no período colonial e despontará a procura por minerais, principalmente a esganiçada busca pelo ouro e pela prata na América do Sul, assim como o mercado de escravizados, indispensáveis para a tomada dos minerais e para as agriculturas (Galeano, 2020; Porto-Gonçalves, 2005).

No caso da presente região de fronteira em estudo, os povos indígenas *Aruak* – os *Apurinã* e os *Manchineri* – ocupavam as margens dos rios presentes na região do Alto e Médio Purus muito antes da chegada invasora dos europeus (Chandless, 1866a; 1866b). Indígenas dos povos Pano, presentes na parcela atualmente localizada em terras bolivianas, também estavam presentes e seus modos de vida não eram pautados na acumulação de capital financeiro, afirma o autor.

O acúmulo científico, socioterritorial e espiritual indígena adquirido por séculos, que se mistura solidariamente com a sabedoria e resistência africana e afro-latino-americana, entrelaça saberes, crenças, culturas, línguas e conhecimentos de povos tropicais do planeta na Amazônia. Esse entrelace é uma forte característica da resistência de povos latino-americanos, justamente pela rugosidade espacial (Souza, 2019) oriunda dos massacres colonizadores e das conexões migratórias estimuladas pela busca de enriquecimento nos continentes americanos: repletos de bens naturais que, mercadorizados pelo estilo europeu de acumulação de capital (primitiva e contemporânea), solapou e adensou explorações na Amazônia.

Esse estilo europeu insere marcas profundas na formação de territórios da América Latina, em que não apenas falamos a língua do colonizador, mas também cultuamos crenças e, principalmente, resistências ao modelo exógeno de pensar e usar o território. As heterogêneas reações dos povos que resistem no território, que defendem seu uso diverso, expressam uma espécie de “*decolonialidad originaria*”² (Costa, Tirapeli & Moncada, 2022).

Falar do interior é falar de dentro, é interpretar as espacialidades vistas desde suas próprias realidades e especificidades, ou alguém ainda acredita que o poderio global econômico, exógenos e subtropicais/glaciais vai conseguir ditar o ritmo de desenvolvimento na maior floresta tropical do mundo? Estamos falando do centro do mundo, de terras equatoriais com singularidades que o estrangeiro desconhece e que quando se interessa em conhecer, se apropria de cima para baixo,

² Es el reconocimiento de heterogéneas diferencias coloniales así como de múltiples reacciones de las poblaciones autóctonas y de los sujetos subalternizados a la colonialidad (in-conciencia del control social a causa del establecimiento discursivo de diferencias de poder, raza, origen, conocimiento, etc.); la decolonialidad corresponde a la praxis de oposición e intervención que nace del sujeto colonial frente al sistema mundo moderno/colonial; es la reacción contra el dominio metropolitano total del territorio, iniciado en el siglo XV en América Latina (Costa, Tirapeli & Moncada, 2022, p. 5-6).

financeirizando cada metro quadrado, de forma a transformar a riqueza biogenética a seu bel prazer, cujos ditames são guiados pela acumulação de dinheiro.

Na Amazônia, a busca pelo látex, principal descoberta que ensejou a procura por seringueiras, impulsionou a penetração no interior da floresta (Porto-Gonçalves, 2005). Ou seja, a busca pelo “ouro negro” potencializou o processo de delimitação de uma das grandes fronteiras latino-americanas na Amazônia: a fronteira Brasil-Bolívia, os países que mais possuem floresta Amazônica em seus territórios no mundo, afirma o autor, bem como Martins (1998), Oliveira e Schor (2008) e Trindade Júnior (2021).

Para entender melhor o processo de ocupação e delimitação da presente fronteira internacional em estudo, far-se-á uma objetiva contextualização histórico-geográfico dessa fronteira amazônica, latino-americana.

1.2. Amazônia, uma região periférica: notas geohistóricas desde a região amazônica até a fronteira Brasil – Bolívia no Acre.

Não se pretende, aqui, abarcar a miúdo todo o desenrolar histórico de ocupação e transformação do território de fronteira em estudo; para isso, há pesquisas de historiadores e historiadoras já publicadas. Entretanto, é necessário pontuar alguns dos principais acontecimentos histórico-geográfico-econômicos ocorridos na Amazônia e, sobretudo, na região do Acre – emblemática na história do Brasil. Sobreposição de terras, migrações induzidas (e/ou forçadas), genocídios indígenas e um grande jogo de poder entre Espanha e França (de um lado) e Portugal e Inglaterra (de outro) configurou e impôs novos limites sobre aquelas terras, bem como o formato de economia que deveriam ter para se inserirem no mercado global (Porto-Gonçalves, 2005). Salienta-se que se perpetua essa mentalidade colonizadora até os dias de hoje, principalmente por parte dos Estados do Brasil e da Bolívia sobre a floresta amazônica; pois, a insistência pela adoção de modelos de desenvolvimento exógenos à grande floresta, sob a égide do sistema capitalista comandado desde o Norte global, continua a perpetuar violências, desigualdades socioterritoriais, pobreza, perseguições, tensões e conflitos diversos – ou seja – continua-se a periferizar e a dominar o espaço amazônico em prol da

aplicação de interesses perversos e contraditórios de acumulação de capital seletiva e dissociada dos interesses e modelos de desenvolvimento dos povos amazônidas (Santos; Porto-Gonçalves; Oliveira; Schor; Trindade Júnior; Leite; Oliveira, 1988, 2005, 2008, 2008, 2021, 2021, 2021).

Porto-Gonçalves (2005) faz uma interessante abordagem em seu livro *Amazônia, Amazônias* (2005, p. 16-17), em que argumenta que “não há uma Amazônia, mas várias”:

Ocorre que, para além dessa visão idealizada e ideologizada, existe uma outra visão da realidade amazônica vivenciada por ruas populações, que longe está desse retrato de “bom selvagem”. É uma realidade dura de miséria e violência e que desafia essa ecologia conservadora a pensar a questão social junto com a questão ecológica. Há milhões de famílias de trabalhadores rurais; as diferentes culturas dos povos da floresta; centenas de milhares de garimpeiros; milhões de habitantes nas suas cidades, onde hoje está a maior parte dos amazônidas, que precisam ser alimentados. Há vários e poderosos interesses em disputa por seu subsolo, pela sua enorme riqueza em biodiversidade, por sua riqueza em metros cúbicos de madeira ou megawatts de energia.

Sendo assim, é possível vermos que há diferentes amazônias. Há um debate e um embate, simbólico-material, que reconstrói o significado de Amazônia. Não há uma Amazônia, mas várias. Não há, conseqüentemente, uma visão verdadeira do que seja a Amazônia. A verdade do colonizador não é a mesma que a do colonizado; a verdade do minerador, do fazendeiro-pecuarista ou do madeireiro não é a mesma dos índios, dos caboclos ribeirinhos e/ou extrativistas ou dos produtores familiares; a verdade dos militares ou das grandes empresas estatais, nacionais e internacionais não é a mesma necessariamente dos garimpeiros, seringueiros, castanheiros, açazeiros, balateiros, retireiros ou dos trabalhadores rurais agroextrativistas.

Porto-Gonçalves (2005, p. 17) afirma que é preciso se atentar à qual Amazônia se está falando, a fim de contemplar os diferentes agentes que atuam na região, ou por ela se interessam, tentando “propor/impor a *sua* visão do que seja a verdade da região como sendo a verdade da região. Esse jogo de verdades é parte do jogo de poder que se trava na e sobre ela”. Assim, chega-se ao que o autor chama de “a invenção da Amazônia”, uma região aparentemente fácil de caracterizar, associada à imagem de uma área de 7,5 milhões km², localizada na parcela centro-oriental da América do Sul, cortada pela linha do Equador, de clima quente e úmido, detentora de uma densa floresta tropical úmida, abastecida por uma extensa bacia hidrográfica, habitada por uma população rarefeita de gentes indígenas ou caboclas e que abriga riquezas naturais incalculáveis.

Porto-Gonçalves (2005) critica essa espécie de leitura consagrada na literatura, e diz que é sob essa visão que têm sido travados debates que envolvem tanto as populações dos países que exercem soberania sobre a região, quanto de povos de todo o mundo. O autor diz que esse falso consenso sobre o que é a Amazônia é, na verdade, uma imagem que foi insensatamente construída ao longo da História, sendo, na verdade, mais uma imagem exógena e errônea *sobre* a região do que *da* região.

Ainda segundo Porto-Gonçalves (2005), os limites territoriais da Amazônia (traçado por cientistas) se referem à área de abrangência da *Hevea*, no qual a espécie *brasiliensis*, a seringueira que fornece o látex, é considerada a de melhor qualidade. Essa espécie foi usada como referencial devido a sua importância relacionada ao maior e mais importante surto econômico da região, o chamado “ciclo da borracha”, afirma o autor. Assim, a Amazônia é marcada com critérios dos “de fora”, sendo os amazônidas identificados como resultado de um recorte, “são uma consequência de uma identificação efetuada por outrem” (2005, p. 18).

Oliveira e Schor (2008), ao dissertarem acerca das cidades amazônicas no século XX, concordam com a visão de que o látex foi o principal motor do processo de urbanização na Amazônia. Os autores afirmam que a partir do final do século XIX, junto à exploração da espécie gomífera, intensificaram-se as ocupações por populações não indígenas da parcela mais a oeste da Amazônia. “Nos vales dos rios Madeira, Purus e Juruá, foram criados e/ou recriados povoados, visando a servir de apoio à exploração do látex, e que posteriormente se transformaram em vilas e mais tarde cidades” (Oliveira & Schor, 2008, p. 17).

Segundo Valcuende (2009, p. 13):

A penetração e a fixação territorial, ativadas ou desativadas em função da demanda das gomas no mercado mundial, vão conformando as frentes de expansão, da qual participam primeiro os caucheiros e, posteriormente, os comerciantes, os seringalistas e os seringueiros do Brasil, Peru e Bolívia que disputam o domínio dos recursos e, claro, do espaço onde se encontram.

Para Valcuende (2009), esse movimento de expansão territorial foi inflamado pelas expedições de reconhecimento do território; com elas buscava-se assegurar as ocupações realizadas e limitar o avanço dos países vizinhos sobre um território impreciso, onde a ocupação socioeconômica se sobrepôs à delimitação política.

Segundo o autor, o não cumprimento de acordos e tratados foi a regra, eclodindo diversos conflitos e disputas para “a afirmação ou (re) definição dos limites geopolíticos em uma região que se apresentava como vazia, despovoada aos olhos dos Estados e do capital internacional. Os indígenas *não contavam* em uma fronteira distante dos centros de decisão política” (Valcuende, 2009, p. 13). O que concorda Porto-Gonçalves (2005) em suas críticas ao que ele chama de mito do vazio demográfico na Amazônia.

Valcuende (2009, p. 29) afirma que havia antigas fronteiras indígenas, pois há cerca de mais de cinco mil anos ocorreu migração de cerca de cinquenta grupos indígenas oriundos da Ásia, e que ocuparam toda a América do Sul, habitando também o Acre. O autor afirma que esses grupos pertenciam às famílias linguísticas Aruak e Pano; e que a filiação linguístico-cultural dos Aruak ocupavam majoritariamente a bacia do Rio Purus, já os de filiação Pano se distribuíam na bacia do Rio Yuruá.

Como dito na problemática desta pesquisa, os indígenas que ocupavam os territórios banhados pelos rios Juruá, Purus, Acre, dentre outros, foram duramente perseguidos, caçados, no processo de ocupação dos territórios carregados de seringueiras *hevea brasiliensis* da Amazônia; um verdadeiro genocídio ocorreu bem aos moldes violentos apreendidos com os europeus nos processos de colonização, encobrindo o outro, o indígena da América Latina (Pimenta, 2012; Dussel, 1993).

1.3. Colonização, tratados, conflitos e migrações: processo de delimitação territorial da fronteira Brasil-Bolívia no Acre

À relativa tranquilidade com que se traçaram os limites territoriais da Hevea, fundamental para os que queriam explorar a borracha, correspondeu uma realidade dramática para as populações originárias daquelas plagas, que viram levas de migrantes invadirem suas terras, naquele contexto apropriada por razões decididas em terras distantes, a partir de descobertas científicas – a vulcanização da borracha (1839). Diga-se de passagem, que essas descobertas científicas foram efetuadas a partir do conhecimento indígena sobre a goma elástica e ensejaram novos caminhos para a revolução industrial e para a acumulação de capital. Os indígenas já manipulavam a goma elástica para múltiplas atividades, sendo que já nos anos de 1820 eram exportados para os Estados Unidos milhões de pares de sapatos de borracha, conforme nos informa o jurista e economista paraense Roberto Santos. (Porto-Gonçalves, 2005, p. 18)

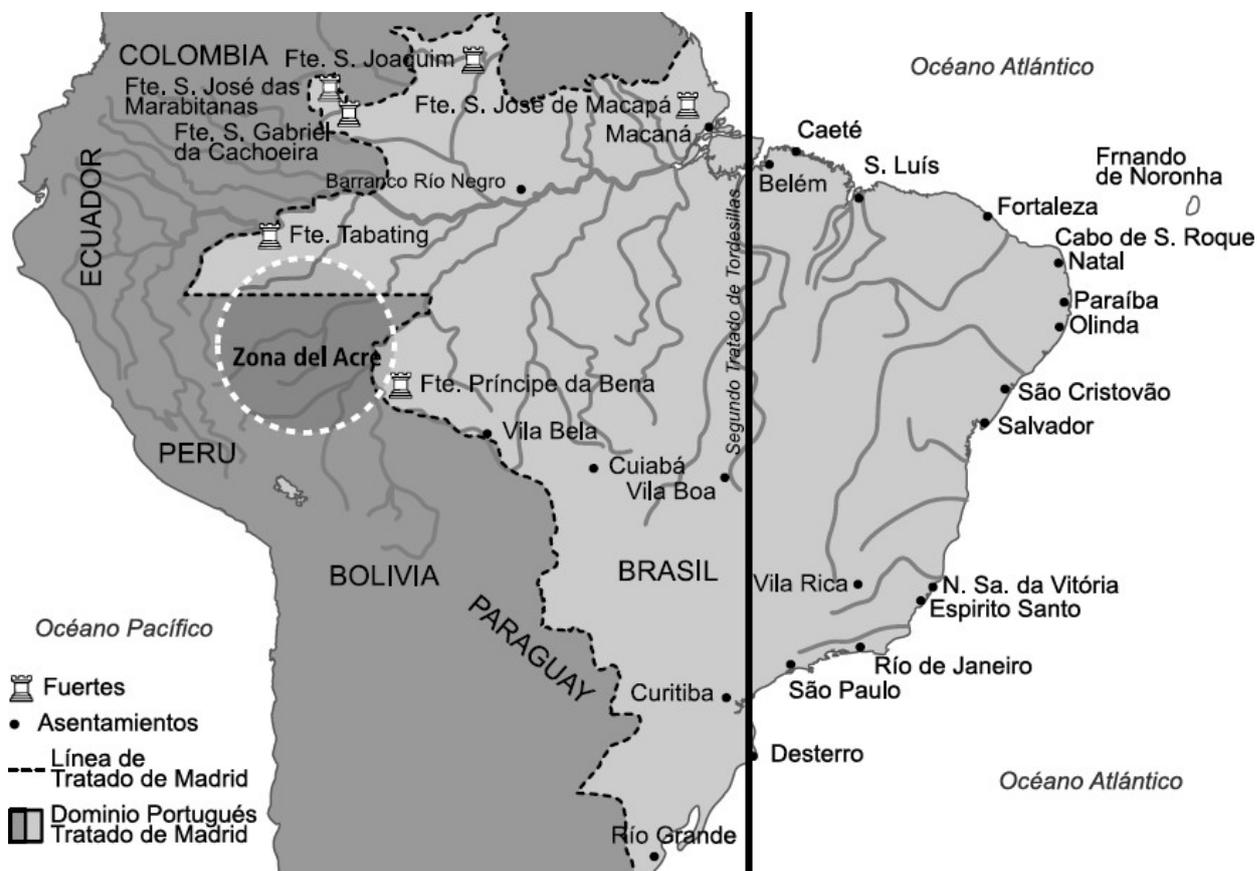
Porto-Gonçalves (2005, p. 18), se preocupa em evidenciar que “uma região é, sempre, uma complexa construção política”, portanto argumenta que a identidade amazônica fora conformada a partir da obrigação das populações locais de terem que se relacionar contra aqueles que intentavam se apropriar de seus territórios. O geógrafo afirma que havia múltiplas culturas na Amazônia, mas que para os colonizadores eram todos nativos, aborígenes, índios. Ou seja, identidades que os singularizavam. Na verdade, eles eram não brancos e, mais uma vez, uma identidade atribuída “de fora” exigia das múltiplas culturas indígenas a reinvenção de suas identidades culturais/territoriais nesse novo contexto, afirma o geógrafo.

A historiadora Maria José Bezerra em sua tese *Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social...* (2006, p. 296), afirma que “a marca da invenção do Acre estrangeiro liga-se à disputa por domínio de terras na América envolvendo Portugal e a Espanha, numa espécie de “dança” das linhas territoriais nos quadros do velho colonialismo europeu”. Segundo a autora (2006, p. 19), a *Bula Intercostera de 1493* foi o primeiro instrumento legal definidor das terras determinando que o marco divisor das terras de ambos seria 100 léguas da Ilha de Cabo Verde; assim, a oeste desta linha imaginária as terras pertenceriam à Espanha e as terras a leste seriam de Portugal; dessa forma, não só as áreas territoriais do Acre, como também a Bolívia, pertenciam à Espanha.

Costa (1998) afirma que os portugueses não concordaram com a partilha da Bula Papal de 1493, o que resultou no famoso Tratado de Tordesilhas de 1494; que ampliou a fatia portuguesa para 370 léguas a oeste da Ilha de Cabo Verde. O autor afirma que todas as terras que ficassem após as 370 léguas, a oeste dessa linha imaginária, seriam terras pertencentes à Espanha e as que ficassem a leste seriam de Portugal. Nesse caso, conforme o mapa anterior, a zona do Acre e a Bolívia continuam nos domínios da Espanha na América.

Bezerra (2006) relata que com o Tratado de Madri de 1750 ficou acordado que os portugueses assegurariam para si as terras já “adquiridas” na Amazônia, tendo como base o princípio do *Uti Possidetis* (a terra pertence a quem a ocupa); ainda assim, Acre e Bolívia continuariam sob o domínio da Espanha. Já Costa (1998), argumenta criticamente esse tratado ao dizer que o mesmo não era uma solução definitiva, não passando de uma tentativa diplomática.

Mapa 3 – Tratado de Tordesilhas (1494): os domínios de Portugal, da Espanha e a Zona do Acre



Mapa 3 - Define o domínio português, onde se estabelece que a região do Acre pertencia ao domínio espanhol. **Fonte:** Melisa Janet Luc, 2014. Disponível em “*Recursos naturales y delimitación de fronteras en América Latina en la primera globalización: una aproximación desde la Guerra del Acre*”, 2014.

Essa argumentação crítica de Costa (1998) é endossada pelo fato de que outro tratado tivera de ser criado, o Tratado de Santo Idelfonso de 1777, que estabeleceu que os territórios (até então) conquistados pelos portugueses na Amazônia pertenceriam a Portugal, solidificando o princípio do *Uti Possidetis*, bem como o fatiamento e distribuição do continente sul-americano entre os europeus (Bezerra, 2006).

Alpire Vaca (2011, p. 20) relata que:

los grupos humanos llegan a la zona y se establecen diseminados para no morir de hambre, y como el pensamiento colectivo de aquel país em aquellas épocas era de que quien ocupa um espacio es el dueño, allí se afincaron más de mil forasteros que se dedicaron a la explotación de la goma.

Porto-Gonçalves (2005), ao falar sobre a reação das populações originárias a esse processo colonizatório, evidencia a Revolução dos Cabanos – a Cabanagem (1835 a 1839), como um relevante movimento popular que reuniu indígenas, pretos e brancos em luta contra a opressão a que estavam submetidos. O autor afirma que a Cabanagem chegou a assumir um caráter separatista, o País do Amazonas, em relação ao Estado brasileiro; e que nesse período aflorou uma identidade coletiva dos "de baixo" (os agentes hegemonzados para lembrar Milton Santos) contra os luso-brasileiros que, mesmo após a independência do Brasil (1822), continuaram dominando politicamente a região que fora incorporada ao Brasil em 1823.

Porto-Gonçalves (2005), também afirma que o massacre desse movimento (aproximadamente 30 mil cabanos mortos e cerca de 12 mil mortos entre os que os combatiam), fez com que a visão desses amazônidas sobre si próprios e sobre a região fosse silenciada. Para o autor, uma das principais motivações da adesão da Amazônia ao Brasil foi justamente o temor dos luso-amazônidas de que a Revolução Liberal (que ocorrera em 1820 em Portugal e a quem permaneciam ligados) abolisse a escravatura no Brasil. Assim, "o que proporcionou ao Brasil se tornar senhor daquelas terras e um dos maiores países em extensão territorial do planeta foi manter sua população sob regime escravo" (Porto-Gonçalves, 2005, p. 19).

Porto-Gonçalves (2005) afirma que esse fato histórico é o início do que vem a ser uma das principais críticas em relação a um projeto de desenvolvimento na Amazônia, no qual o Brasil, principalmente o Brasil não-amazônida, continua a ter uma visão sobre a região como se ela fosse uma colônia, cuja importância se deve às riquezas naturais que podem ser exploradas (pelo colonizador).

Após a independência do Brasil (1822) e da Bolívia (1825), liderada por Simón Bolívar, chega-se ao histórico tratado de Ayacucho³ de 1867, um tratado entre os dois Estado-nação "libertos" e independentes, através do qual a Bolívia tornou-se proprietária formal das terras do atual Acre, segundo Bezerra (2006).

A autora relata que, embora o território pertencesse à Bolívia, a borracha estava sendo explorada unicamente por produtores brasileiros, e a Bolívia buscava participar das vantagens dessa produção. É importante notar que a borracha

³ Assinado no contexto da Guerra do Paraguai, o qual o Brasil se propôs a atender as reivindicações da Bolívia em relação ao Acre, desde que esta se comprometesse a ficar neutra no conflito.

tornava-se matéria prima emergente em decorrência do desenvolvimento industrial, dessa forma se tornou um produto importante na pauta das exportações brasileiras, haja vista a grande abundância de seringas da melhor qualidade localizadas no território acreano (Bezerra, 2006, p. 21).

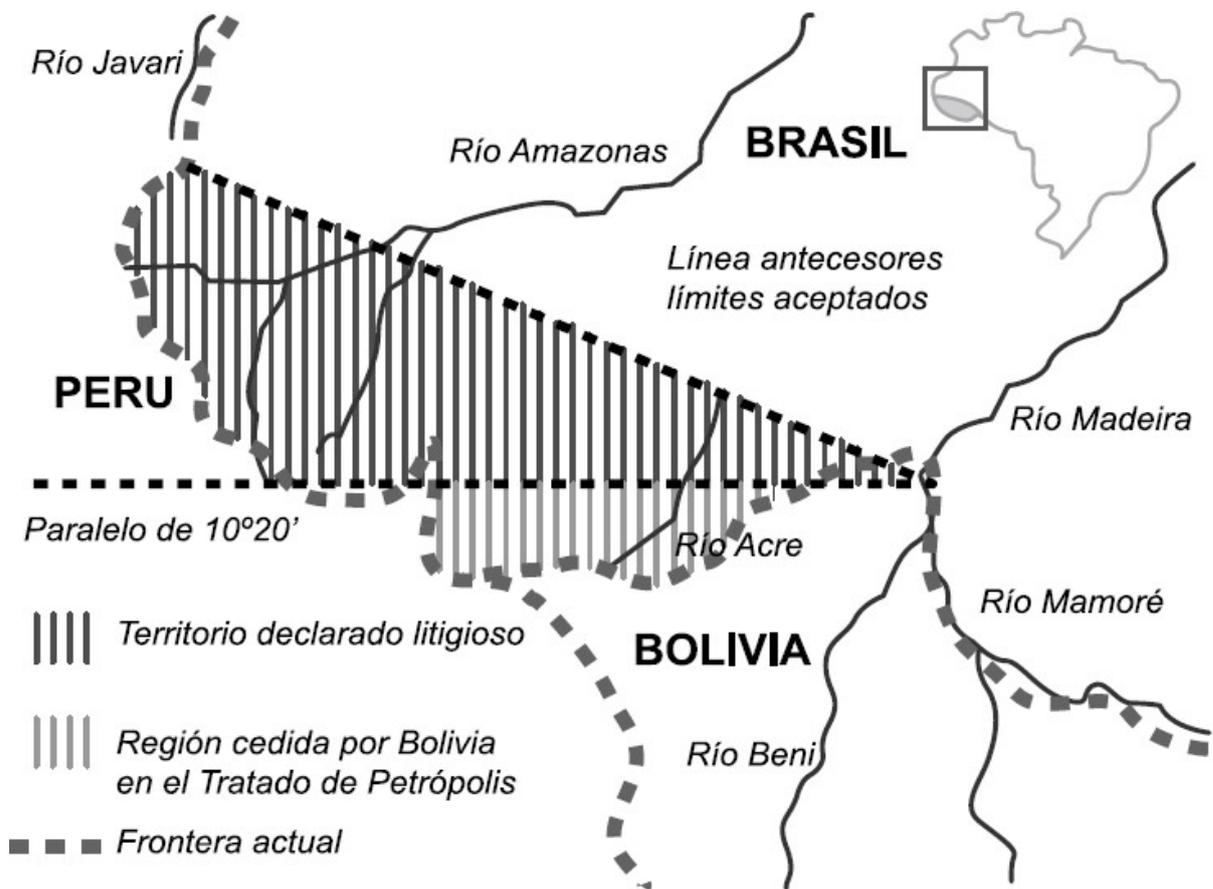
Segundo a historiadora, no embate que passou a existir envolvendo o Brasil e a Bolívia na definição de suas fronteiras, a Bolívia, em várias reclamações ao governo brasileiro, pressionou por maior celeridade na demarcação de limites.

Para a Bolívia, uma tomada de ação por parte do Brasil era vital para que aquele país atuasse nas atividades de produção e comercialização da borracha em seus territórios e, dessa forma, incrementasse a sua economia através de maior participação no mercado internacional. (Bezerra, 2006, p. 21)

Bezerra (2006), afirma que a Bolívia não estava em condições estruturais de reivindicar a posse do território acreano, pois estava passando por instabilidade política e dificuldades econômicas. Dificuldades com transporte e comunicação perante um território tão imenso e distante, impossibilitaram expedições para o território acreano por parte dos bolivianos, afirma a autora. Os rios eram as principais vias de penetração na área e, se por um lado o meio físico dificultava a penetração boliviana, por outro facilitava a chegada dos brasileiros. Embarcando de Manaus, os migrantes brasileiros “poderiam chegar ao Acre num intervalo de 20 a 25 dias na época da estiagem, e de 15 a 20 dias na época das cheias; 20 a 25 dias partindo de Belém; 25 a 30 dias, saindo do Ceará” (Bezerra, 2006, p. 22).

Costa (1998, p. 26) diz que, o território que abarca os rios: Purus, Acre, Iáco e o Juruá não eram mais um mistério em 1867 (ano do Tratado de Ayacucho), pois o rio Purus e seus afluentes já serviam ao comércio de Manaus e Belém. O autor afirma que os sertanejos nordestinos varavam a floresta em todas as direções e o Estado do Amazonas passou a jurisdicionar tudo aquilo concedendo lotes e títulos definitivos, “ao sul da linha ideal do Beni ao Jaquirana”; estendendo seus limites territoriais muito além do paralelo da confluência do rio Beni com o rio Mamoré, paralelo 10° 20' S, que era o marco territorial da fronteira previsto pelo tratado de 1867. O autor relata que todo esse desbravamento, toda essa conquista do caboclo do Nordeste brasileiro, era ratificado pela consideração daquelas terras como do Brasil, pois outra soberania ali não se conhecia – ninguém até então protestara.

Mapa 4 – Divisão do território do Acre segundo o Tratado de Ayacucho (1867)



Mapa 4 – Demonstra como se dividiu o território do Acre e a zona que corresponde a cada país do Tratado de Ayacucho (1867). **Fonte:** Melisa Janet Luc, 2014, disponível no artigo “Recursos naturais y delimitación de fronteras en América Latina en la primera globalización: una aproximación desde la Guerra del Acre”, 2014.

Bezerra (2006) afirma que é notório o fato de que as populações agrárias da Bolívia não imigraram para a região dos “gomales do Acre”. Um documento da época da Revolução Acreana, assinado por D. Lino Romero, corrobora na afirmativa das diferenças climáticas entre Brasil e Bolívia (andina), ao dizer que:

[...] nos encontramos em pena lucha, talvez antes de dois dias seremos atacados en este puerto. . . Los que aun quedamos en el Acre, estamos dispuestos a ofrecer iguales sacrificios e esa divindad simbólica que se llama Pátria. Queremos evitar nuevos sacrificios e nuestro desgraciado país. El Acre nominalmente es de Bolívia; pero materialmente es de Brasil. Todo contribuy a ellos; imensas distancias y obstáculos que os separan del resto del país la población extraña que lo puebla, la falta de vias de comunicación dentro del mismo territorio y finalmente la imposible adaptación de nuestra raza à este clima mortífero. Los bolivianos en esta región nos sentimos tan extraños como nos sentiríamos en las apartadas colonias del Ásia, además nos sou aqui adverso la naturaleza y los hombres [...]

Pueblos poderosos no han podido manejar bajo sus dominios a seres de otra raza y otros costumbres, y nosotros que somos um pueblo debil y embrionário, no podemos contrariar uma lei histórica comprobada a cada passo. (Bezerra, 2006, p. 22)

Esse documento, escrito no decorrer dos embates que marcaram as últimas resistências das forças militares bolivianas, quando encurraladas por Plácido de Castro, endossa a narrativa referente aos obstáculos existentes à ocupação boliviana definitiva no Acre (Bezerra, 2006).

1.4. A globalização do mercado da borracha: usos do território, tecnoesfera e psicoesfera – a transformação do espaço geográfico acreano

Bezerra (2006, p. 22) afirma que o fator chave para a ocupação das terras do Acre pelos brasileiros e controvérsia pela posse das terras entre Brasil e Bolívia foi, inegavelmente, o desenvolvimento industrial dos países europeus e dos Estados Unidos da América, e, conseqüentemente a isso, a demanda do capital internacional por borracha. A autora também afirma que a grande seca que assolou o Ceará (Brasil) em 1877 é outro elemento histórico relevante para o povoamento do Acre.

Segundo Costa (1998), o interior do Amazonas foi povoado por cearenses que fugiam da seca de 1877-1879, foi uma verdadeira colonização que se operou nas florestas amazônicas. O autor afirma que o povoamento ocorria, preferencialmente, nas bacias do Juruá e Purus; isso ocorreria devido a maior navegabilidade desses rios, devido à presença de comércio, bem como de uma organizada indústria da borracha.

É interessante ressaltar aqui a esfera técnica, a tecnoesfera, transformando o território para acompanhar a fluidez econômica resultante do mercado da borracha. Santos (2006, p. 172) diz que a tecnoesfera, o mundo dos objetos, é dependente da ciência e da tecnologia e se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio, se instalando no território de forma a traduzir interesses distantes.

Observa-se também, como dito na justificativa da presente pesquisa, a configuração das mentes, a manipulação da psicoesfera sobre os trabalhadores nordestinos brasileiros. Foi propagada a ideia do enriquecimento por meio do mercado da borracha, da busca pelo ouro negro, convencendo milhares de

trabalhadores (principalmente cearenses), a migrarem para o Acre e trabalharem na extração do látex. Para Santos (2006), psicoesfera (ou psicofera) é concebida como o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”, sendo entendida como uma nova codificação das mentes que modifica as imposições do presente; um conjunto de fés, desejos, hábitos, linguagem e sistemas de trabalho associados ao espírito de uma época.

Raimundo Girão diz que “a emigração nordestina de 1869 até o fim do século XIX atingiu o total de 255.526 pessoas, tendo-se o porto de Fortaleza, capital do Ceará, como a principal via de partida para o Amazonas” (Bezerra, 2006, p. 25). Segundo Costa (1998), outros migrantes vinham de Manaus e de Belém, a maioria deles era de povos empobrecidos, ditos esqueléticos e flagelados pelo autor, resistindo no território, e, por isso, em busca de oportunidades na mortal floresta amazônica. O autor afirma que a partir dessas ocupações, árduas, em meio à fabricação da borracha que urgentemente era demandada pelas novas indústrias que surgiam na Europa, foram se estabelecendo os seringais:

Foram assim se formando os seringais, se firmando a propriedade da terra, se arraigando no espírito daquela gente *inculta* a ideia da soberania do Brasil, incontestável e única sobre todas aquelas águas e todas opulentas florestas onde a *hévea* era uma mina inesgotável. E no seio da mata dominada apareceu, de improviso, um fator novo da vida econômica nacional, a figura original do **seringueiro** triunfante. (Costa, 1998, p. 36)

Bezerra (2006) afirma que, nessa época (final do século XIX), a cotação da borracha no mercado internacional era alta e sua exportação, a partir de 1839, impulsionada pela invenção de Goodyear, a vulcanização da borracha, e, principalmente, mais adiante, devido ao desenvolvimento da indústria de veículos e da fabricação de pneumáticos, atingiu patamares econômicos de imponentes elevações; o que acabava por impulsionar a produção, que por sua vez demandava uma maior quantidade de mão-de-obra e de investimentos financeiros.

Conforme Bezerra (2006), o Acre era quem mais produzia borracha na época, entretanto, a distância geográfica natural fez com que o poder político fosse exercido pelas Casas Aviadoras de Belém ou Manaus, e pelo Rio de Janeiro, no contexto político formal de capital do Império. Foi no final do século XIX que a borracha dispôs grande expressão nas exportações brasileiras, sobretudo as que eram dirigidas para a Europa e para os E.U.A, sendo este último o maior consumidor.

Segundo Medeiros e Souza (2010), havia interesse econômico do Governo do Amazonas em anexar a região do Acre, rica em seringais, ao seu Estado. Para tanto, apoiou a Expedição do espanhol Luiz Galvez Rodrigues Arias ao Acre para se encontrar com donos de seringais e comerciantes que se opunham ao domínio boliviano. Galvez proclamou o Acre Estado Independente, acirrando os conflitos entre bolivianos, seringueiros e seringalistas (Medeiros; Souza, 2010).

Os bolivianos estabeleceram-se no Acre apenas em 1899 (Costa, 1998, p. 51), ano em que Galvez governara o Acre até a chegada das tropas federais brasileiras, em 1900, que atendendo aos reclamos dos bolivianos o levou de volta para Manaus e, depois, para a Espanha (Medeiros; Souza, 2010). Assim, tem-se início o período em que a Bolívia passa a ocupar e governar o Acre.

Costa (1998, p. 30) afirma que, desde alguns anos a Bolívia entrara a manifestar a necessidade de um acordo que assegurasse a sua soberania sobre aquela magnífica zona. O autor diz que esse desejo fora esboçado na política boliviana de arrendar o território acreano. Para isso, o autor elucida que a diplomacia boliviana executou a missão Aramayo, visitando Londres e Nova York, a fim de valer-se do apoio material de uma poderosa empresa estrangeira para conservar o que era, documentalmente, de sua posse.

Porto-Gonçalves (2005) afirma que o Estado brasileiro reconhecia a soberania territorial boliviana na região acreana contra, inclusive, a forte presença de brasileiros que a ocuparam no ciclo da borracha. Assim, a resposta das elites bolivianas, que não tinham domínio mais do que no papel sobre a região, foi conceder a um consórcio de capitalistas ingleses e estadunidenses um contrato de arrendamento, surgindo, portanto, a *Bolivian Syndicate*; com poderes, praticamente, absolutos de exercício de soberania naquela região do Alto Purus e do Alto Juruá.

Costa (1998) afirma que eram extraordinários os privilégios desta empresa. A Bolívia dera-lhe: “a administração fiscal, policial e explorativa dos territórios; dera-lhe os mais amplos poderes, podendo armar e manter um exército e uma esquadra!... Era a fundação exótica e perigosa de um Estado no Estado” (Costa, 1998, p. 31). Nos quadros a seguir, observam-se as quantidades de toneladas produzidas nesse período de virada do século XX para o século XXI, em que os bolivianos cogitaram entregar o Acre para os Estados Unidos.

Quadro 1

Borracha exportada de 1822 a 1910

ANOS	TONELADAS
1822	31
1830	156
1840	388
1850	1.467 (com a expansão da navegação)
1860	2.675
1870	2.591
1880	8.679 (com a seca e a grande imigração)
1890	16.394
1900 (época litigiosa)	27.650
1910	38.177

Fonte: Bezerra (2006) apud Serzedelle Corrêa (1899). O Rio Acre. p. 57 In: LIMA, Manoel Ferreira. A Bolívia de 1890 a 1905: suas relações exteriores e a questão do Acre, p. 86.

Quadro 2

Borracha Exportada do Brasil de 1890 a 1898

ANO	PARA A EUROPA	PARA OS ESTADOS UNIDOS
1890	6.806.058 toneladas	9.687.763 toneladas
1891	6.957.877 “	10.831.528 “
1892	7.077.623 “	11.341.559 “
1893	7.785.270 “	11.431.929 “
1894	9.012.658 “	10.461.030 “
1895	9.518.170 “	11.251.410 “
1896	12.556.424 “	9.045.450 “
1897	10.915.742 “	12.620.858 “
1898	12.078.742 “	9.830.265 “

Fonte: Bezerra (2006) apud Serzedelle Corrêa (1899). O Rio Acre. p. 160. In: LIMA, Manoel Ferreira. A Bolívia de 1890 a 1905: suas relações exteriores e a questão do Acre, p. 88.

Segundo Costa (1998, p. 52) o descontentamento dos brasileiros com a gestão boliviana no Acre é enorme, pois os mesmos cobravam impostos, mas não entregavam nada em troca, nenhuma melhoria na organização do território era executada. Era o encarecimento exorbitante da vida, já normalmente caríssima, afirma o autor.

Costa (1998) diz que, quando explodiu a notícia do arrendamento, os acreanos já estavam em armas contra a Bolívia, pois consideravam uma invasão estrangeira em território nacional injusta, visto todo o trabalho dos mesmos para construir a fluidez econômica do mercado da borracha em plena floresta amazônica virgem. O autor endossa que esse fato revigorou a luta que enfraquecia no Acre, pois por estarem abandonados pelo Governo Federal do Brasil, os acreanos defendiam as suas propriedades e os interesses do Brasil com a guerra à Bolívia. No Acre, na virada de 1902 para 1903, imperava a revolução (Costa, 1998).

Segundo Medeiros e Souza (2010), na cidade de Xapuri, iniciou-se a Revolução Acreana, um movimento armado contra a Bolívia sob o comando de Plácido de Castro. As autoras afirmam que esse comandante – militar e agrimensor gaúcho – foi designado para o Norte e acabou no comando da Revolução Acreana. O exército desse movimento armado era formado por seringueiros e seringalistas, e derrotou as tropas do exército boliviano em janeiro de 1903, culminando na posse da região pelos brasileiros, afirmam as autoras.

Assim, entra em cena o Barão de Rio Branco, ministro do Exterior do Governo, que em meio a essa conjuntura, estabeleceu relações diplomáticas com a Bolívia e, em 17 de novembro de 1903, costurou a assinatura do tratado de Petrópolis, pondo fim ao conflito dos dois países em relação ao território do Acre, que passou a pertencer ao Brasil, mediante compensação econômica e concessões territoriais (Medeiros; Souza, 2010).

Segundo Bezerra (2006) o Tratado de Petrópolis fora assinado em Petrópolis – RJ pelo Barão de Rio Branco e por Assis Brasil (representantes do Brasil), e por Fernando Gauchala e Claudio Pinilla, representantes da Bolívia. Esse tratado ampliou as fronteiras do Brasil na Região Norte, com a incorporação de uma extensão de terra de cerca de 181.000 mil km², entregue aos seringueiros para exercer as funções extrativistas da borracha (Medeiros; Souza, 2010).

Os limites definitivos entre os países foram estabelecidos. Segundo Costa (1998), foi paga uma indenização financeira à Bolívia no valor de dois milhões de esterlinos; bem como o Brasil ficou obrigado a construir uma estrada de ferro desde o porto de Santo Antônio, no Madeira, até Guajará-Mirim, no Mamoré.

Costa (1998, p. 109) relata que, o tratado fazia ainda concessões à Bolívia do qual se destacam: 723 quilômetros quadrados de terras alagadas sobre a margem direita do Paraguai, 116 quilômetros quadrados sobre a lagoa de Cáceres, 20,3 quilômetros quadrados sobre a Lagoa Mandioré e 8,2 quilômetros quadrados sobre a margem meridional da lagoa Gaiba.

Medeiros e Souza (2010) salientam que a incorporação do Acre ao Brasil, entretanto, ocorreu em forma de território e não como um Estado independente, o que fez do Acre um *Território Federal* com forte dependência do poder executivo federal. O que concorda Porto-Gonçalves (2005) que diz que mesmo nessas circunstâncias e após o desfecho da delimitação da fronteira, o Estado brasileiro manteve a mesma visão tradicional, colonial, sobre a região. “O Acre, mesmo após a sua integração ao mapa do Brasil, não conseguiu sequer ser incorporado como um Estado com direito a eleger os seus próprios governantes, como as demais unidades da federação” (Porto-Gonçalves, 2005, p. 28). Assim, a autonomia política tornou-se a nova bandeira de luta do povo acreano, afirmam Medeiros e Souza (2010).

1.5. O declínio da borracha e o papel designado a Amazônia (ao Acre) na Segunda Guerra Mundial: o segundo ciclo da borracha

Por fim, no que tange a esse processo histórico emblemático e tão específico do Acre, tem-se o declínio da borracha. Observa-se que, no momento histórico em que o Acre é definitivamente integrado ao Brasil, o povo acreano continua invisível. Como relatado por Porto-Gonçalves (2005), Plácido de Castro⁴, que ficara mais próximo do povo devido ao embate com a Bolívia na Guerra do Acre, passou a ser temido pelo Estado brasileiro em consequência de sua liderança entre a população local, que manifestava indignação com impostos mais elevados que os do Estado boliviano (23% contra 15%). Esse temor resultou no assassinato do líder gaúcho

⁴ Líder brasileiro da guerra do Acre, agrimensor gaúcho.

(em 1908) por um complô político, e os maiores louros da conquista do Acre foram direcionados ao Barão de Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores do Brasil, fato perceptível com a homenagem que recebera do Estado brasileiro ao batizarem a capital do Acre com seu nome, afirma o autor.

Mais uma vez, o que recebeu importância do governo do Brasil não teve nada a ver com as demandas da população regional, mas sim com o controle nacional do território; nesse sentido, afirma Porto-Gonçalves (2005, p. 29): “o que mais importa na Amazônia é não a sociedade, mas sim o território”, o *controle* dele dissociado do povo que vive na floresta, os amazônidas.

Bezerra (2006), afirma que o período de imensa participação da borracha nas exportações brasileiras perdura até 1920. Medeiros e Souza (2010) relatam que o Brasil perdeu a hegemonia da borracha por volta de 1912, devido à concorrência do produto produzido no oriente global, desencadeando a queda dos preços internacionais da borracha. As autoras argumentam que essa decadência econômica deu origem a um novo modelo de ocupação, no qual parte dos seringueiros se deslocou para as cidades, e outra parcela destes sobreviveu nos seringais, retirando a borracha do posto de principal ocupação econômica e, assim, adotando novas atividades de subsistência e de comércio em escala reduzida. Essas novas formas de *resistir no território* (Milton Santos) dependem diretamente dos recursos naturais disponíveis *in loco* para a coleta e produção de alimentos, como: a castanha, a pesca, o comércio de pele de animais silvestres, a madeira, a agricultura e a pecuária em pequena escala (Medeiros; Souza, 2010).

Após essa primeira crise da borracha, os conflitos do mundo globalizado novamente são sentidos na América Latina devido a Segunda Guerra Mundial, que impulsiona o que ficou conhecido como Segundo Ciclo da Borracha no Brasil, afirmam Medeiros e Souza (2010). O que ocorre é que a Amazônia acreana passa a ser a principal fonte de abastecimento de borracha dos países aliados contra o nazismo, visto que o sul e sudeste asiático estavam sob controle do Japão, onde os aliados extraíam látex (na Malásia), afirmam as autoras. Como o Japão era aliado da Alemanha nazista na grande guerra, necessitou-se comprar látex do Alto Acre novamente, daí surge à figura emblemática do soldado da borracha, o soldado brasileiro que foi cortar seringa no Acre como missão de guerra (Medeiros; Souza, 2010 & Martins, 1982).



Figura 2 - Migrantes brasileiros do Nordeste do Brasil chegando ao Acre para trabalhar no Mercado da Borracha em seu segundo ciclo econômico (1943). **Fonte:** Acervo do autor coletado no Museu da Borracha (Rio Branco - AC) em outubro de 2022. Observação: a autoria da imagem é desconhecida.

Assim, o governo brasileiro firma o acordo de Washington⁵ e estabelece a Batalha da Borracha, visando recuperar a produção regional do látex para os países aliados, afirmam Porto-Gonçalves (2005) Medeiros e Souza (2010), Bezerra (2006) e Martins (1982).

Segundo Porto-Gonçalves (2005), a Amazônia é novamente incluída em negociações diplomáticas que priorizam os interesses nacionais frente aos preceitos regionais, isso fica claro quando se constata a criação de um Contrato-Padrão monopolizado pelo Estado brasileiro que garantia ao seringueiro-extrator apenas 60% do preço da borracha, os submetendo a extremos graus de exploração. Essa ação foi duramente criticada pelas casas aviadoras da época – pelas elites regionais – e que, vale evidenciar, fora instituído por meio de um acordo internacional.

Martins (1982) afirma que, o governo brasileiro, impulsionado pelos norte-americanos, promoveu uma política de estímulo à produção da borracha. Como dito,

⁵ Firmado em 1942, esse acordo visava recuperar a produção regional a fim de garantir o abastecimento de látex aos países aliados, particularmente os Estados Unidos da América (Porto-Gonçalves, 2005, p. 29).

é daí que nasce o soldado da borracha, recrutado do nordeste do Brasil para os seringais da Amazônia, objetivando o aumento da produção da seringa para ser utilizada na Segunda Guerra mundial, afirma o autor, bem como Medeiros e Souza (2010). Segundo Porto-Gonçalves (2005), o Brasil barganhou (no acordo dos aliados) a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, para massificar a produção do Látex. O autor argumenta que o Estado brasileiro fizera fortes campanhas de migração para a região e que exaltava os que rumassem ao Acre para servir à Pátria brasileira como soldados da borracha – apesar da exploração trabalhista e da alta taxa de mortalidade desses “soldados seringueiros” na batalha da borracha (1942 a 1945).

Medeiros e Souza (2010) afirmam que, com o fim da segunda grande guerra houve uma nova queda nos preços do produto, bem como a consequente falência dos seringais. Porto-Gonçalves (2005, p. 30), diz que isso ocorre devido ao crescimento da importância da borracha de origem sintética (as *plantations* de borracha da Ásia), que, sob o comando de capitalistas dos países industriais das antigas metrópoles imperialistas, desarticulam o Acordo de Washington. O autor afirma que o governo federal do Brasil estabelece políticas que dão sobrevida às elites financeiras regionais, financiando-os por meio do Banco de Crédito da Amazônia.

Medeiros e Souza (2010) afirmam que, com o fim da segunda grande guerra houve uma nova queda nos preços do produto, bem como a consequente falência dos seringais. Segundo Porto-Gonçalves (2005, p. 30), isso ocorre devido ao crescimento da importância da borracha de origem sintética (as *plantations* de borracha da Ásia), que, sob o comando de capitalistas dos países industriais das antigas metrópoles imperialistas, desarticulam o Acordo de Washington. O autor afirma que o governo federal do Brasil estabelece políticas que dão sobrevida às elites financeiras regionais, financiando-os por meio do Banco de Crédito da Amazônia.

Porto-Gonçalves (2005) ressalta que essas elites regionais nunca são consideradas capazes de garantir um efetivo desenvolvimento pra região, pois se sustentam num discurso nacionalista de manutenção da unidade territorial do Brasil baseado num mercado extrativista sustentado por recursos públicos e considerado ultrapassado. O geógrafo afirma que, essas elites regionais sempre se articulam

com o poder nacional de modo subordinado, sem peso político que lhe permita garantir uma política efetiva e permanente para a região.

A Amazônia cumpre, mais uma vez, um papel politicamente importante como trunfo de negociação internacional para afirmar um projeto nacional, projeto esse em que as elites dominantes na escala regional jogam um papel subordinado sendo portanto incapazes (e impotentes) de imprimir uma marca de amazonidade nesse projeto nacional. Nacionalmente a Amazônia aparece como um desafio: de garantir a integridade territorial do país. Daí a região sempre estar inscrita no jogo diplomático e militar, pois envolve problemas de soberania e segurança nacionais.

(...)

Há assim uma espécie de pragmatismo dos militares que, para garantir a base logístico-material necessária à manutenção da integridade territorial, abrem espaços para os capitais multinacionais, como no caso da zona franca de Manaus e no Projeto Jari e assim internacionalizam, de fato, a região e conseqüentemente, o debate sobre ela. O Comar – Comando Militar da Amazônia – foi criado justamente com a Zona Franca de Manaus. Assim a Honda, a Mitsubishi, a Yamaha, a Philips e outras empresas multinacionais chegam à Amazônia juntamente com uma nova instância da hierarquia administrativa militar, o Comar. Para as elites regionais amazônicas, mais preocupadas em agradar os “de fora” do que aos “de baixo”, essa presença das multinacionais será bem-vista pela oportunidade de negócios que se abre. (Porto-Gonçalves, 2005, p.31)

Essa narrativa de Porto-Gonçalves vai de encontro às análises de Milton Santos acerca das periferias globais do mundo, no qual ele problematiza a presença do subdesenvolvimento e do empobrecimento como fenômenos associados à continuidade das relações coloniais e ao caráter dependente da economia regional em face das metrópoles nacionais e dos mercados internacionais. Daí advém à necessidade de “repensar a geografia do Terceiro Mundo” (Santos, 2004, p. 19).

Ainda nessa perspectiva de entendimento de que as elites empresariais amazônicas, e também as elites das demais regiões do Brasil, estão mais preocupadas com seus negócios do que com o país (Porto-Gonçalves, 2005); Medeiros e Souza (2010) afirmam que os seringalistas falidos venderam suas propriedades, abandonando-as e dando origem a uma nova categoria nas relações de trabalho: o seringueiro autônomo, que passou a viver livre dos laços de dependência com o patrão seringalista, mas que, como visto no período mais recente da história do Acre, gestou conflitos históricos com o seringueiro agroextrativista e abriu um enorme tapete vermelho, enfeitado pelos governos da

ditadura militar brasileira, para a fixação de multinacionais e de demais capitais estrangeiros exógenos.

1.6. Os usos contraditórios do território desencadeados pelo governo ditatorial militar do Brasil e o comando de uma nova ordem mundial neoliberal pós Guerra Fria: multinacionais e a nova fronteira agropastoril

Após uma longa batalha legislativa por cidadania após o segundo ciclo da borracha, em 1962 o Acre finalmente conquista a insígnia de Estado Federativo do Brasil e o povo passa a gozar de direitos enquanto cidadãos brasileiros (Medeiros; Souza, 2010). Entretanto, dois anos depois, o Brasil sofre um golpe de estado orquestrado pelos militares do país, e assim o jovem estado do Acre (institucionalmente falando) passa para as mãos do governo federal novamente. Nessa época reinava a perseguição a qualquer um que expressasse algum tipo de oposição às ditaduras na América Latina, se considerados subversivos, já eram logo chamados de comunistas, de inimigos da pátria e do desenvolvimento, restando-os a perseguição, censura, exílio ou até mesmo a morte (Porto-Gonçalves, 2005; Galeano, 2020).

Mesmo no período histórico que marca o pós-segunda guerra mundial – em que houve a tentativa de organizar a “paz mundial” por meio da Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945, – o que se viu na América Latina foi a total brutalidade e ataque a autonomia política e a liberdade de pensamento ideológico. Por intermédio do uso da força e da ameaça, os governos latino-americanos impossibilitaram a construção de um modelo de desenvolvimento que não fosse àquele dito “moderno” e importado de forma dogmática dos Estados Unidos e da Europa ocidental.

Eduardo Galeano (2020), afirma que uma esplêndida quantidade de jazidas de ferro do vale do Paraopeba derrubou dois presidentes do Brasil, antes que o Marechal Castelo Branco assaltasse o poder em 1964 e, amavelmente as cedesse à *Hanna Mining Co.* O autor também cita o presidente Eurico Dutra (1946-51) que concedeu à *Bethlehem Steel*, alguns anos antes, cerca de 40 milhões de toneladas de manganês no estado do Amapá, na Amazônia, com isenção total de impostos em

nome do “desenvolvimento da região”. Na Bolívia não foi diferente, onde, também em 1964, o ditador René Barrientos se apoderou do país e entre matança e matança de mineiros, “outorgou à firma *Philips Brothers* a concessão da mina Matilde, que contém chumbo, prata e grandes quantidades de zinco com um teor doze vezes mais alto do que nas minas norte-americanas” (Galeano, 2020, p.183). A empresa foi autorizada a transportar zinco bruto, pagando apenas 1,5% do valor de venda do mineral ao Estado boliviano, afirma o autor.

Galeano (2020, p. 182), afirma que “o subsolo também produz golpes de Estado, revoluções, histórias de espionagem e aventuras na floresta amazônica”, assim, esse autor discorre acerca de gigantescas empreitadas dos Estados Unidos sobre os países latino-americanos: na Venezuela, o avanço sobre o grande lago de petróleo da Standard Oil e da Gulf, os frequentes golpes de Estado na Argentina acontecendo sempre antes e depois de cada licitação petrolífera, a cobiça sobre o cobre do Chile, a perda do níquel e do manganês de Cuba que motivou outro golpe de estado na então Guiana Inglesa, instalando a *Aluminium Company of America* na Guiana e assim se apropriando de muita bauxita e manganês.

Segundo o ilustre autor, Galeano (2020), tudo isso e muito mais foram ações da CIA e da Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos. É por essa ótica, a de compreender as veias abertas da América Latina, que aqui se busca endossar a percepção crítica da globalização trazida por Milton Santos e seus seguidores, assim como se busca dar ênfase a disputa de narrativa sobre o que vem a ser o dito desenvolvimento “moderno” tão criticado por Carlos Walter Porto-Gonçalves e que somente beneficia os “de fora”. O que se vê são duros ataques a nossas soberanias e não é de se estranhar o *continuum* de crises (Costa, 2020) ao qual estão submetidos os povos latino-americanos no mundo.

Segundo Galeano (2020), as ditaduras cívico-militares instaladas na América Latina no período da Guerra Fria – financiadas pelos Estados Unidos, que estrategicamente se articulou ideologicamente e estruturalmente aos governos militares latino-americanos e caribenhos – foram fundamentais para o abastecimento da maior parte dos minerais estratégicos considerados de valor crítico para o potencial de guerra estadunidense, afinal esse país depende de fontes estrangeiras. Essa necessidade parece claramente vinculada à compra de terras na Amazônia brasileira, por meios geralmente fraudulentos, afirma o autor.

Galeano (2020, p. 185-186) afirma que:

Na década de 60, numerosas empresas norte-americanas, conduzidas pela mão de obra de aventureiros e contrabandistas profissionais, lançaram-se num *rush* febril sobre essa floresta gigantesca. Previamente, em virtude de acordo firmado em 1964, os aviões da força aérea dos Estados Unidos tinham sobrevoado e fotografado toda a região, empregando cintilômetros para detectar jazidas de minerais radioativos pela emissão de ondas de luz de intensidade variável, eletromagnetômetro para radiografar o subsolo rico em minerais não ferrosos, e magnetômetro para descobrir e medir o ferro. Os informes e as fotografias obtidas no levantamento da extensão e da profundidade das riquezas secretas da Amazônia foram colocados à disposição de empresas privadas interessadas no assunto, graças aos bons serviços da *Geological Survey* do governo dos Estados Unidos. Na mesma região foi comprovada a existência de ouro, prata, diamantes, gipsita, hematita, magnetita, tântalo, tório, urânio, quartzo, cobre, manganês, chumbo, sulfato, potássio, bauxita, zinco, zircônio, cromo e mercúrio.

(...)

Segundo a *Time*⁶, os capitalistas estrangeiros, antes de 1967, compraram a sete centavos o acre uma superfície maior do que a que somam os territórios de Connecticut, Rhode Island, Delaware, Massachusetts e New Hampshire. “Devemos manter as portas bem abertas ao investimento estrangeiro”, dizia o diretor da agência governamental para o desenvolvimento da Amazônia, “porque necessitamos mais do que aquilo que podemos obter.” Para justificar o levantamento aerofotogramétrico feito pela aviação norte-americana, o governo declarou antes que carecia de recursos. Na América Latina é normal: sempre se entregam os recursos em nome da falta de recursos.

Em 1968 o congresso brasileiro chega a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre a venda de terras brasileiras a pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras, nessa investigação enumeraram-se casos de venda ou usurpação de 20 milhões de hectares estendidas de forma curiosa, formam um cordão de isolamento da Amazônia ao resto do Brasil, afirma Galeano (2020). O autor também enfatiza que o inquérito aponta para a exploração clandestina de minerais muito valiosos como um dos principais interesses do governo dos EUA para abrir uma *nova fronteira* dentro do Brasil. Idealiza-se controlar uma vasta extensão de terra para posterior utilização, a fim de explorar minerais (principalmente os radioativos), e/ou para usar como base de uma colonização dirigida (Galeano, 2020).

Porto-Gonçalves (2005) afirma que, sob a ótica do governo ditatorial militar (1964-1986), os desenvolvimentos tecnológico e industrial eram vistos de forma crucial para o alcance de condições materiais efetivas de defesa da integridade territorial, assim as concessões de terra ou isenção de impostos a empresas – ainda

⁶ Revista internacional em sua última edição latino-americana, em 1967.

que estrangeiras – eram vistas com bons olhos, razão pelo qual os militares as apoiavam, acreditando (ingenuamente ou tolemente) que essas concepções eram fundamentais para a garantia da tão almejada integridade territorial do Brasil. O capital estrangeiro oriundo dessas multinacionais era visto como algo que viria a estabelecer desenvolvimento tecnológico ao território brasileiro (por simplesmente estarem se multiplicando por ali) e, recheadas de isenções fiscais, essas empresas foram se espalhando pelo Brasil, sobretudo no território amazônico por meio de indústrias montadoras de automóvel e da indústria pneumática, afirma o autor.

Porto-Gonçalves (2005) afirma que o elemento ideológico nacionalista se fez presente na região amazônica, no qual para apoiar a política de ocupação e colonização dessa região, foram criadas campanhas institucionais massivas de comunicação. Um dos principais slogans dessas campanhas era “Uma Amazônia sem homens, para homens sem-terra”. Esse slogan complementava o “Integrar para não entregar”, exatamente quando o estamento militar assume a tutela do país por meio de um regime ditatorial. Para o autor, é daí que advêm históricas intervenções drásticas na vida do povo amazônida: a construção da rodovia Transamazônica (até hoje com muitos quilômetros de terra), as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí, a tutela federal de 100 km de cada lado das rodovias que se construíam, a criação da Zona Franca de Manaus, dentre outros, dão uma boa ideia do papel reservado aos amazônidas.

Porto-Gonçalves (2005), enfaticamente, critica a narrativa do vazio demográfico na Amazônia, o qual chama de *mito do vazio demográfico*. Para o autor essa percepção é usada pelos vorazes agentes capitalistas hegemônicos, que se utilizam dessa ideia de território vazio para justificar suas empreitadas perversas. O autor apresenta a ideia de que se ignoram as populações amazônidas, sobretudo, os indígenas, caboclos e demais trabalhadores agroextrativistas que, desse modo, não são incluídos nas perspectivas de desenvolvimento para a região.

Porto-Gonçalves (2005), afirma que a invisibilidade dos amazônidas é um preconceito que se manifestara, com todo o seu peso, nas décadas de 1960 e 1970, no qual o bloco de poder constituído em âmbito nacional reúne as condições de que necessitavam para fazer o que entendiam por “povoamento” e “desenvolvimento” na Amazônia. Os conflitos com as populações indígenas e suas remanescentes, com negros dos antigos quilombos, e com a grande leva de novos camponeses pobres,

os seringueiros, se acentuaram. O autor afirma que esses conflitos são a melhor demonstração prática de que a região não era um vazio demográfico e que o mito do vazio demográfico é parte dos conflitos em que a região se tornará palco.

1.6.1. A expansão da fronteira agropastoril no Acre

Medeiros e Souza (2010) afirmam que, a partir da década de 70, verifica-se uma forte mudança produtiva na ocupação do Acre, com as políticas do governo federal refletindo na situação social e econômica do Estado. Para as autoras, o novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia foi orientado para investimentos em pecuária e agricultura, o que alteraria radicalmente a base de recursos naturais e o modo de vida da população do Acre. No que confirma e critica Porto-Gonçalves (2005), ao dizer que a pecuarização da Amazônia é um verdadeiro desastre.

Medeiros e Souza (2010) afirmam que, os seringais foram esfacelados e os seringueiros desamparados à própria sorte. Elas afirmam que as florestas com as colocações de seringueiros, principalmente aquelas localizadas ao longo das rodovias, foram sendo derrubadas e transformadas em pastos para criação de bois em grandes fazendas e que, nas décadas de 70 e 80, migrações foram favorecidas pela criação de Projetos de Assentamento Dirigidos – PAD, construção de rodovias e o incentivo à compra de terras por grupos empresariais do centro-sul do país. As autoras afirmam que os empresários vieram para o Acre com o objetivo de especular com a compra de grandes seringais, espaços estes ocupados por famílias empobrecidas e sem terras, basicamente seringueiros e posseiros, dando início a uma nova fase na trajetória de lutas das comunidades tradicionais de seringueiros, indígenas e pequenos agricultores. Isso fez com que a sociedade acreana começasse a se organizar e a desenvolver diferentes estratégias de resistência: apoiada pela Igreja, por organizações sindicais e por partidos políticos; organizando-se para a defesa de seu território, dos recursos florestais e de seu modo de vida.

Esses novos usos do território, bem como algumas das diversas formas de resistir no território, serão discutidas nos próximos capítulos desta pesquisa.

O esforço de análise dos usos do território aqui empreendido é majoritariamente orientado pela Geografia Renovada de Milton Santos, Maria Adélia

de Souza e de seus seguidores. Endossam-se os preceitos *miltosantianos* de que a Geografia é uma ciência que analisa o presente em movimento com vistas para o futuro, e que considera a historicização dos usos do território para o alcance de tamanha façanha. O esforço de recuperação do aspecto histórico-geográfico empreendido neste capítulo será de grande valia para a abordagem geográfica que nos próximos capítulos se adensará.

O estudo do espaço geográfico revela como o território tem sido usado, pois analisa as rugosidades espaciais⁷ que de antigos usos resultam e o uso presente, que é descendente desses “usos passados”. O atual uso do território se sobrepõe a antecessores usos do mesmo, constituindo-os de lugares com maior ou menor espessura de *esfera técnica*, com maior ou menor *fluidez* e com alguma, pouca ou nenhuma *cidadania*. Essa esfera é o que nos leva a enxergar a existência do meio técnico-científico-informacional, em suas diversas densidades de atuação, embora massivamente disseminado pelo atual mundo globalizado: configurador de mentes para o consumo, mercantilizador de cada parcela de terra e mutilador de cidadanias (Santos, 2014).

Segundo Souza (2012, p. 20), a globalização se constitui em um complexo processo que apenas pode ser estudado transdisciplinarmente, portanto, dificilmente entendido por especialidades ou por disciplina. Por seu caráter atrevido, a Geografia – filosofia das técnicas⁸ – se propõe a estudar e compreender a essência e a natureza do mundo do presente, suas características fundamentais, pensar sobre a vida das pessoas organizadas socialmente e sobre as paisagens que disso decorrem, ou seja, o uso do território que é produzido e a constituição dos lugares (Souza, 2012).

⁷ Rugosidades Espaciais: Milton Santos (2006, p. 92) diz que as rugosidades são “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares”. “As rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão social do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho”.

⁸ Segundo Souza (2019, p. 12), entender a Geografia como a filosofia das técnicas é uma proposta feita por Milton Santos, entendendo que a Geografia tem como objeto o espaço geográfico, espaço banal, uma totalidade em movimento, preocupando-se com a existência dos seres humanos no planeta através da compreensão historicamente dada pela constituição do processo de indissociabilidade entre sistemas de objetos (a materialidade) e sistemas de ações (as relações sociais). Assim, não apenas a fenomenologia, a filosofia existencialista, mas, sobretudo, a Geografia é uma filosofia das técnicas, dada a compreensão em função delas, do mundo do presente realizando-se nos lugares, afirma a autora.

Segundo nos ensina Milton Santos, no célebre *espaço dividido* (1979), esses lugares são o espaço do acontecer solidário, ou seja, onde ocorrem as resistências dos trabalhadores no território. Cidadãos mutilados que são, exercem suas resistências pelo trabalho, em todas as suas formas, de alguma forma digladiando por um tostão, numa economia global que os massacra, explorando, em alguma voraz amplitude, a grande massa de agentes hegemonzados.

Essa resistência ocorre em forma de reação e sobrevivência as ações dos agentes hegemônicos que dominam o território, infiltrando-se com muito poder e muito capital financeiro, adquirindo grandes parcelas de terra e se articulando na jurisprudência e na política em diferentes esferas: Estado (Federal), nos governos estaduais/provinciais e nos municípios. Assim, para o cidadão-trabalhador, (hegemonzado) *Território* não é recurso, é abrigo, é à base da vida! Esse é o agente espacial hegemonzado, é quem sofre as consequências de uma globalização perversa, o chamado *globalitarismo*⁹, e por isso resiste no território das mais variadas formas (Sousa, 2019; Santos, 2020).

Santos (2020), afirma que “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”, no qual de um lado é excessivamente evidenciado o fabuloso progresso das ciências e das técnicas, e de outro as “vertigens” causadas sobre o povo; ônus estes referentes à aceleração contemporânea de exploração e uso mercantil dos territórios do mundo. Afinal, é preciso “cotidianizar” as diferentes fluidezes no território em prol do fluxo financeiro imperativo e altamente nocivo dos interesses hegemônicos sobre os *de baixo* (Porto-Gonçalves, 2005), sobre os lugares donde vivem e resistem (Santos, 2020).

Não importam aqui cidadanias, problemas socioterritoriais ou preocupação com gerações futuras. Se há problemas mitigam-se (ou não) os mesmos, bem aos moldes limitantes do sistema capitalista, pois, doa a quem doer, o lucro é o único

⁹ Segundo Milton Santos (2020), o termo *globalitarismo* é utilizado para expressar o totalitarismo que as nações hegemônicas impõem sobre as camadas populares, seja no âmbito econômico ou social. O autor chama globalização de globalitarismo, porque acredita que a sociedade contemporânea vive uma nova fase de totalitarismos. Santos (2020) defende que o sistema político utiliza os sistemas técnicos contemporâneos para produzir a atual globalização, conduzindo-nos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão, que exigem obediência imediata. Por se basear em idéias que aparecem como centrais à própria idéia da democracia – liberdade de opinião, de imprensa, tolerância – a globalização é considerada uma forma de totalitarismo poderosa e traiçoeira; pois se utiliza desse escudo da democracia para suprimir a possibilidade de conhecimento do que é o mundo, do que são os países, os lugares (Santos, 2020).

horizonte visto pela burguesia, os importa apenas a fluidez de capital de seus investimentos (Santos, 1979). Esses são os mandatários multinacionais, as elites, que usam os territórios de forma a gerar espaços geográficos predados, afirma o autor.

Conforme Santos (1979, 2014), nesse mundo confusamente percebido, a classe trabalhadora está no centro de um projeto perverso que visa torná-los consumidores, e não cidadãos. Desestimular o pensamento crítico e a interpretação dos lugares favorece o não entendimento de que o Estado e o poder no mundo globalizado tendem as hegemonias, ao controle e a “não-liberdade”, pois, financeiramente somos restringidos de acessar os lugares do mundo (Sousa, 2019). Sabe-se que o estado nacional manda muito pouco e que essas hegemonias são buscadas pelas empresas que dominam os estados (ou departamentos, ou municípios), então o mundo é outro e se caracteriza pela produção de perversidades (Sousa, 2019; Santos, 2020).

Aos indivíduos é imposto um mundo de fabulações que visam consagrar um *discurso único*, afirma Santos (2020); seus artifícios são a informação e a hegemonia, que encontram estrutura na fabricação de imagens e do imaginário, se colocando a serviço do império do dinheiro, que monetariza a vida social e pessoal dos indivíduos, afirma o autor.

Dissertar sobre a globalização desde o Sul global é se expressar em prol do verdadeiro desenvolvimento e da verdadeira liberdade, é denunciar usos do território que massacram a todos, pois o que se vê na América Latina é um completo show de horrores de dor e sofrimento causados pela dita modernização de cunho europeu. Não devemos aceitar genocídios, etnocídios, escravização, exploração, desapropriação, violência e perseguição daqueles que historicamente denunciaram e lutaram por uma América Latina soberana, plural, embrincada ao seu território tão fértil, as suas possibilidades tão grandes e a sua sabedoria anciã milenar. Ousemos nos expressar pelo povo latino-americano amazônica, ousemos potencializar a voz daqueles que gritam a mais de cinco séculos, e também de todos aqueles que tempos depois, para sobreviver no território, caíram nas armadilhas da modernidade perversa globalitarista e infelizmente pagaram com suas próprias vidas.

Chico Mendes os chamou de povos da floresta e é a partir dessa ótica que será abordada a Amazônia e seus povos em meio a esse mundo perverso e fabular, mas que ousa, pelas frestas, nos esperançar. Aqui reside à força do povo latino que vive nas florestas da Amazônia e que inspira a todos os latinos que enxergam a nossa irmandade e luta contra o poder exógeno devastador e predatório: o atual sistema capitalista, que é imperialista e econômico comandado desde o Atlântico Norte e condescendente dos séculos de domínio colonial europeu (Porto-Gonçalves, 2005).

No capítulo dois o foco será na escala regional e sub-regional da fronteira em estudo, no qual as dificuldades, desafios e possibilidades de integração das províncias fronteiriças localizadas no Alto Acre, que depende da integração dos países latino-americanos amazônicos será o foco das análises. Essa face multi-escalar é uma característica forte da região de fronteira, que vive a lidar com jurisprudências e questões que englobam diversos estados-nação a todo tempo. Viver na fronteira requer adaptação a esse tipo de organização do espaço, que o torna complexo e vulnerável, porém repleto de possibilidades e de solidariedades.

CAPITULO II – A FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA NA REGIÃO DO ALTO ACRE DA AMAZÔNIA: SINGULARIDADES FRONTEIRIÇAS LATINO-AMERICANAS E A BUSCA POR INTEGRAÇÃO



Figura 3 - Típica casa amazônica, erguida sobre estrutura de trapiches, em meio à densa floresta tropical úmida e a rios e igarapés amazônicos. **Fonte:** Acervo do autor, 2022.

Santos (1982b, p. 218), nos ensina que o mundo se encontra em todos os lugares e que a primeira obrigação de um geógrafo é a de conceber uma teoria do mundo e do lugar que tenha como ponto de partida e de chegada o conjunto de lugares que definem o país, de forma a compreender o que cada lugar particularmente representa em meio à totalidade em movimento; embora observado a partir das especificidades que seu próprio lugar no mundo lhe sugere. Nessa perspectiva, cabe registrar a importância da categoria formação socioespacial como uma contribuição à teoria crítica de interpretação dos movimentos do mundo.

Portanto, a relevância dos conceitos da divisão territorial do trabalho, da solidariedade orgânica, dos espaços do mandar e do fazer, das áreas luminosas e opacas, e das verticalidades e horizontalidades como forma de identificar processos de generalização e de fragmentação do fato regional no período da globalização,

seguramente são ferramentas poderosas para a caracterização da geografia da Amazônia.

A percepção de que o território amazônico se tornou o reino dos grandes projetos e objetos de intencionalidades alheias aos interesses locais e que incorporam verticalidades massacrantes na atual divisão territorial do trabalho contempla os estudos de Becker (2005), em suas contribuições acerca da geopolítica da Amazônia e da questão tecno(eco)lógica (2002), de Corrêa (2015) em suas interpretações acerca das redes urbanas na Amazônia, e de Trindade Junior (2010), ao abordar o conceito de cidades na floresta¹⁰. Ainda que com contribuições teórico-geográficas diferentes acerca da Amazônia, apontam para o fenômeno das cidades-empresa de forma crítica por enxergar que há má gestão territorial (Becker), ou perversos e contraditórios usos do território (geografia renovada).

Os recentes processos de urbanização na Amazônia são preciosos objetos de estudo para a formulação de teorias acerca da economia política e da urbanização brasileira e latino-americana. Sempre definida como área de rarefações demográficas e de baixas densidades técnicas, a região é vista como terreno fértil aos novos (e perversos) fenômenos da globalização e da urbanização (Santos; Silveira, 2001).

A título de exemplo, temos as constantes descobertas de trabalhadores análogos à situação de escravidão na Amazônia. No atual mundo, em consequência dos atuais usos do território e da territorialidade dos perversos processos de produção, podem-se utilizar roupas de grandes marcas no qual em suas cadeias de produção hajam forças de trabalho escravizadas. Em plenos anos 2020 situações de escravidão no processo de produção são registradas, evidenciando fenômenos drásticos da face perversa da globalização nas periferias do mundo, que resiste.

Ver-se-á neste capítulo, desigualdades e possibilidades entre os países pertencentes às fronteiras do Alto Acre, com foco, é claro, na fronteira Brasília-

¹⁰ Trindade Junior (2010) ao falar sobre as cidades e o processo de urbanização da Amazônia oriental, sobretudo ao Estado do Pará (Brasil), enfatiza que as “cidades na floresta” são núcleos urbanos criados para atender aos “grandes objetos” econômicos. Para o autor, esses megaempreendimentos implantados na região – principalmente a partir da década de 1960 e que ficaram conhecidos como company towns ou como cidades-empresa – são uma proposta de reflexão que visa compreender o território brasileiro a partir do período técnico-científico-informacional e seu respectivo correspondente espacial, o meio técnico-científico-informacional, denominações de Milton Santos (Trindade Jr, 2010, p. 116-117).

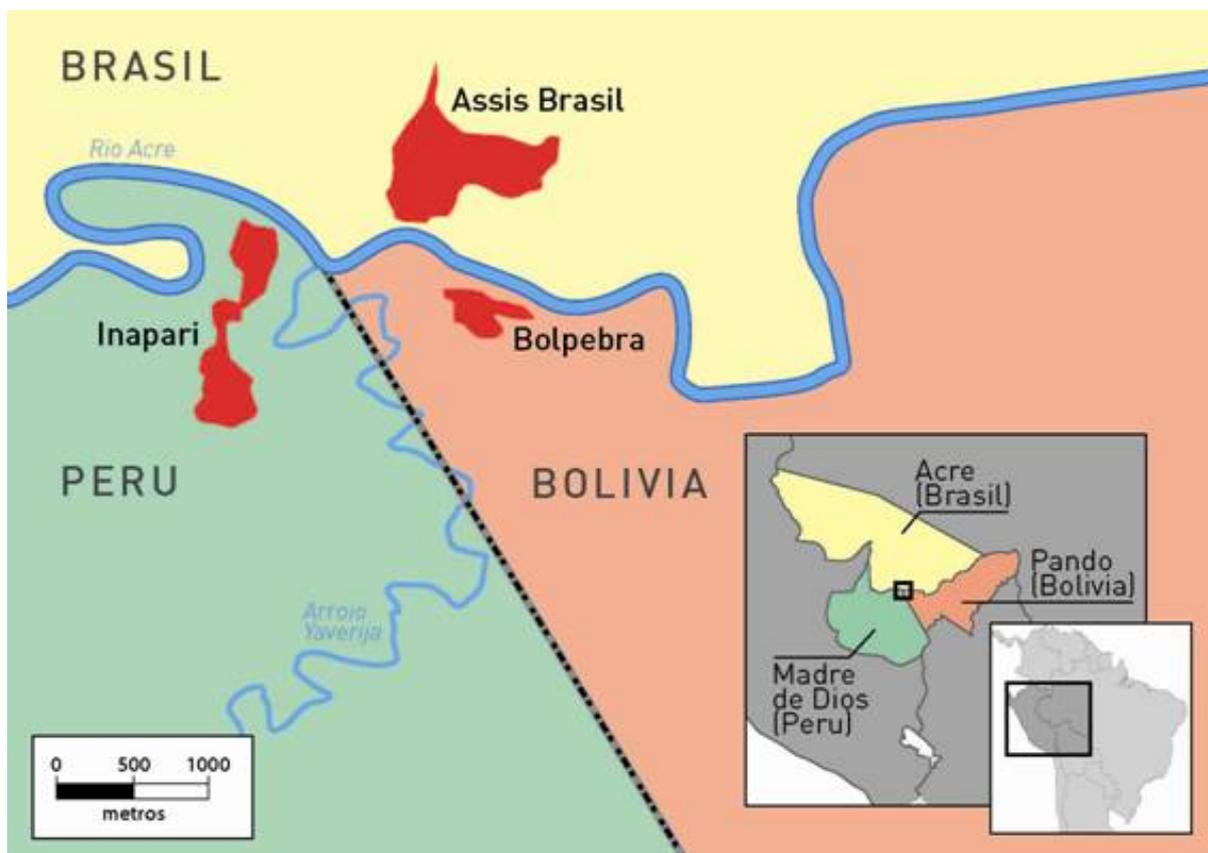
Epitaciolândia e Cobija, em seus povos e nas diversas particularidades socioterritoriais e políticas que envolvem as resistências e movimentos nesta fronteira. Espera-se contribuir para um maior conhecimento regional do leitor acerca das particularidades latino-americanas e amazônicas, assim como elucidá-lo acerca de desigualdades e possibilidades ímpar de desenvolvimento mútuo dos povos pertencentes a faixa de fronteira em estudo.

2.1. A escala regional do Alto Acre: o departamento de Pando, o Estado do Acre e o departamento de Madre de Dios (Peru)

A fronteira Brasil-Bolívia é a mais extensa fronteira entre nações da América do Sul. Segundo a Comissão Brasileira Demarcadora de Limites, a fronteira do Brasil com a Bolívia tem extensão de 3.423,2 km dos quais 2.609,3 km são por rios e canais, 63,0 km por lagoas e 750,9 km por linhas convencionais. Dessa faixa de fronteira, boa parte dela é composta de floresta amazônica, no qual a Bolívia e o Brasil são países cujas parcelas de suas populações se identificam com o modo de vida amazônico, ou seja, pertencem ao mesmo e possuem técnicas e saberes ancestrais milenares acerca da grande floresta tropical.

Nessa vasta fronteira amazônica, encontram-se algumas sub-regiões, ou seja, parcelas de território no qual especificidades são latentes, necessitando-se, portanto, especificá-las a partir do olhar amazônico endógeno, de forma a valorizar esses saberes em prol de um modelo de desenvolvimento adequado as especificidades regionais e sub-regionais do território. Esse olhar é necessário para que se possam contrapor os usos contraditórios do território que se tem visto na Amazônia, principalmente com o avanço dos usos comandados desde territórios distantes e orientados pelo capital internacional [articulado com o regional] que usa os territórios de forma corporativista, no qual estão interessados unicamente nos recursos minerais, biogenéticos e aquáticos, ou seja, no lucro financeiro advindo desses e ainda dissociando os povos latino-americanos amazônicos de seus territórios e de suas formas de uso do mesmo.

MAPA 5 – Tríplice fronteira: Iñapari (Madre de Dios), Assis Brasil (Acre) e Bolpebra (Pando)



Fonte: Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia (Valcuende & Cardia, 2009). Elaboração: Gabriel Lovato, 2008.

Na região do Alto Acre encontram-se os limites territoriais federativos entre Brasil, Bolívia e Peru, onde nas cidades de Iñapari (Peru), Bolpebra (Bolívia) e Assis Brasil se encontra uma das tríplices fronteiras amazônicas entre nações. Essa fronteira trinacional não é o foco da presente investigação, porém para as análises regionais do presente capítulo, é necessário compreender a proximidade e influência desta tríplice fronteira sob a fronteira Brasil-Bolívia em estudo. A distância entre essa fronteira binacional e aquela trinacional é de mais ou menos cento e quinze quilômetros, onde ambas fazem parte da região do Alto Acre, assim como possuem trechos rodoviários que interligam a estrada do pacífico (BR-317).

Pertencentes às províncias, ou estado federativo, de Madre de Dios (Peru), Pando (Bolívia) e Acre (Brasil) formam uma identidade amazônica diferenciada das hegemonias culturais e econômicas dos países ao qual pertencem, necessitando

(por sobrevivência) se integrar – característica ímpar visto as longas distâncias dos polos econômicos de seus respectivos países.

Por suas grandiosidades territoriais, pelo processo de colonização e pela histórica dinâmica globalizada de apropriação e uso do território amazônico para exploração de seus bens naturais, gestou-se a famosa invisibilização da percepção dos povos brasileiros, bolivianos e peruanos acerca do modo de vida na Amazônia e de um modelo de desenvolvimento socioeconômico para os povos que lá vivem e resistem – sobretudo, os povos de fronteira.

O que se quer afirmar é que, mesmo que possuam grandes glebas de terra na grande floresta tropical amazônica, existe uma grande dificuldade dos povos não-amazônicos dos países citados em conhecer a Amazônia e em entender suas singularidades, o que dificulta a adoção de políticas de desenvolvimento que estimulem a superação do empobrecimento ao qual esses povos estão submetidos. Governados desde os Andes (Bolivianos e Peruanos) e desde o Atlântico (Brasil), estão injustamente representados no plano político-econômico-socioterritorial de seus países.

Valcuende (2009) e o grupo fronteira, ao apresentar as localidades da tríplice fronteira, afirmam:

As populações de Assis Brasil, Iñapari e São Pedro de Bolpebra encontram-se a uma distância não superior a dois quilômetros entre elas. O Rio Acre define a parte da fronteira que separa Assis Brasil de Iñapari e de São Pedro de Bolpebra. Por sua vez, o pequeno Rio Yaverija faz o limite entre Iñapari (Peru) e São Pedro de Bolpebra (Bolívia). As três localidades ocuparam e ainda ocupam posições periféricas dentro de seus respectivos países, fato que nos ajuda a compreender as profundas relações que têm mantido entre si. (Valcuende, 2009, p. 123)

Para superar tal esquecimento das demandas e especificidades amazônicas (certamente proposital e ideológico-estratégico para aqueles que desejam continuar mercadorizando a Amazônia), têm-se a resposta dos próprios povos amazônicos que lá vivem; de forma a propor olhares e projetos de desenvolvimento regional de caráter integrado e internacionalizado. Pensemos: já que os Estados-nação os invisibilizam, nada mais justo do que os próprios cidadãos daquela região contrapô-los com argumentos, saberes e propostas de desenvolvimento endógenas que sejam adequadas às suas específicas singularidades. É dessa forma que pensam os

cidadãos que ali vivem, integrados e identificados uns com os outros por algo que têm em comum: a floresta amazônica e seus rios. Portanto, a fronteira entre nações não exclui a proximidade, integralidade e identidade do modo de vida dos povos latino-americanos do Alto Acre que estão localizados naquelas zonas fronteiriças.

Nas saídas de campo realizadas na presente investigação (em outubro de 2022 e em janeiro e fevereiro de 2024) foi gritante a percepção da necessidade de integração dos povos brasileiros e bolivianos na fronteira em estudo. Era comum encontrar famílias cujos pais e mães pertenciam a distintas nações, assim como era comum encontrar músicas brasileiras tocando no território boliviano, camisas de times brasileiros sendo usadas por bolivianos. Também era comum ver brasileiros servindo e se alimentando do pollo boliviano¹¹, da saltenha¹² e do majao¹³, por exemplo. Ou seja, nesse território de fronteira há uma imbricação das culturas que forma uma identidade e cultura de fronteira única no mundo.

Outra análise ativada pelo empírico se deve as escolas e universidades bolivianas e brasileiras, no qual de ambos os lados da fronteira recebiam povos das duas nações; evidenciando que a língua portuguesa e a língua espanhola eram comuns aos dois lados. Foi nítida a percepção de que as culturas se misturavam e se complementavam, assim como as culinárias, e, sobretudo, a resistência no território; o que de mais nítido havia entre a irmandade dos amazônidas fronteiriços. Eles resistem se integrando, tudo está envolto de uma unicidade protagonizada pela territorialidade amazônica, pelo sentimento de pertencimento àquele vasto território úmido-florestal e pelas formas de vida e de sobrevivência proporcionadas pelas características florestais.

A título de exemplo dessa irmandade amazônica fronteiriça, tem-se a bilinguidade, sobretudo dos bolivianos cambas, que são os bolivianos orientais ou não andinos. É impressionante a forma com que falam as duas línguas (espanhol e português) sem sotaques, utilizando gírias e expressões brasileiras e bolivianas. Essa característica se deve a necessidade de integração entre os povos dos dois países para resistir aos efeitos de usos contraditórios do território a nível global. Por

¹¹ Um tipo de frango empanado encontrado em restaurantes bolivianos e peruanos.

¹² Espécie de pastel assado originário da Argentina, mas que ganhou muita popularidade na Bolívia, chegando ao Brasil.

¹³ Prato típico da Bolívia servido como um “mix” composto de carne seca, ovos fritos, banana frita e arroz, além de temperos e verduras a gosto, como tomate, alho e pimentão

ali, as economias dependem uma da outra, o que faz com que brasileiros e bolivianos de fronteira saibam conversar nas duas línguas com muita facilidade. Essa característica proporciona negociarem e se solidarizarem, vendendo e comprando de ambos os lados de forma a coexistirem em suas resistências no território.

2.2. O Andino-centrismo boliviano e o atlântico-centrismo brasileiro, comandos político-econômicos distantes da Amazônia

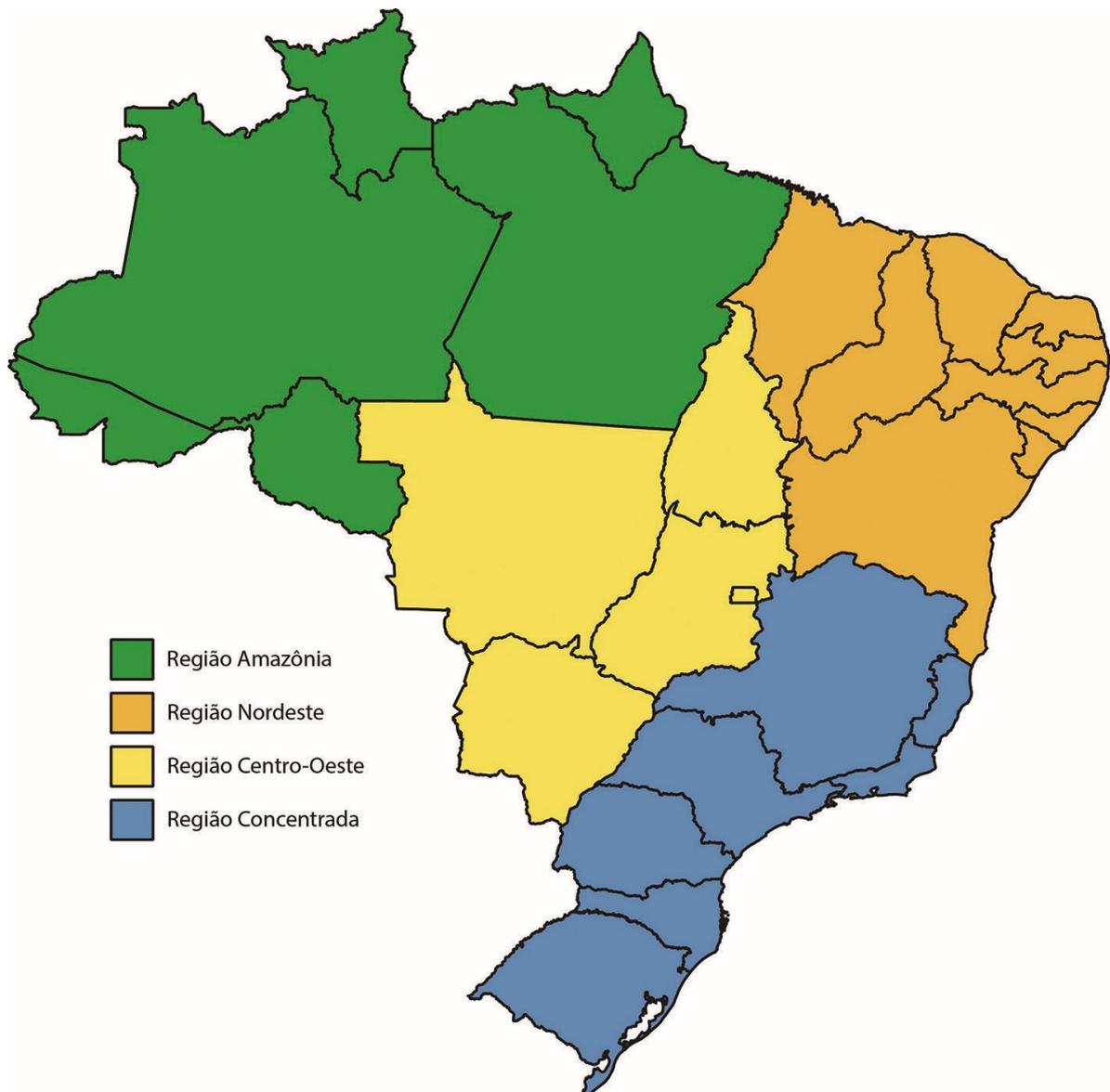
A Amazônia será sempre vista nos novos Estados independentes com um peso político marginal nos blocos de poder nacional e, portanto, sem voz própria. É uma região periférica de países periféricos. Em outras palavras, é uma região subordinada na hierarquia de poder no interior dos seus próprios países. Ela é sempre vista a partir dos interesses nacionais e estes são definidos nos centros hegemônicos do poder nacional. (Porto-Gonçalves, 2005, p. 25)

Para abordar a periferização regional da Amazônia é preciso abordar a escala regional do departamento de Pando e do estado do Acre. Ainda que a extensão territorial longitudinal brasileira se dê, principalmente, pela ocupação da Amazônia, o centro de comando financeiro do país se volta para a região concentrada (Santos; Silveira, 2001), sobretudo para a região sudeste [ver mapa 6]. É lá, na região sudeste do Brasil, onde se encontram tempos rápidos, populações densas, esferas técnicas mais tecnologicamente empreendidas, fluidez territorial e fluviomarinha mais espedas, bem como maior concentração de sedes de grandes firmas nacionais e/ou internacionais no Brasil.

A proposta de divisão regional do Brasil proposta por Santos e Silveira (2001), leva em consideração o movimento histórico do território nacional (e da sociedade brasileira), em que ao analisar o território por meio da difusão das técnicas edificadas no mesmo, detectou-se forte centralidade econômica exercida pela chamada região concentrada; bem como por sua posição de elo de conexão do capitalismo nacional brasileiro ao sistema econômico internacional (Boscariol, 2017).

Assim, evidencia-se que essa proposta de Santos e Silveira (2001) foca em parâmetros econômicos e de espessura de esfera técnica, generalizando e simplificando questões outras que não sejam econômico-territoriais (Boscariol, 2017).

**MAPA 6 – Proposta de divisão do Brasil de acordo com Milton Santos e Maria
Laura Silveira: os quatro Brasis**



Fonte: Santos e Silveira (2001). Organização: Renan Amabile Boscarriol (2017). Regionalização do Brasil conhecida como “os quatro Brasis”.

Na Bolívia, essa mesma característica de comando político-econômico interno desde uma região de maior concentração econômica se reproduz, pois se observam espaços luminosos e maior espessura de esfera técnica empreendida no território na região andina; que exerce histórica influência no poder político-econômico boliviano, assim como concentra dois terços da população desse país. Para além dessa perspectiva de poder econômico e político, ressalta-se uma característica singular da Bolívia: a “divisão” entre *collas* e *cambas*.

Segundo Silva (2018), grosso modo, entende-se que a Bolívia é dividida em duas grandes regiões claramente distintas: a região andina ou Altiplano (montanhosa, árida, fria e farta em minérios) e a região das “terras baixas” (de clima tropical, formada por imensas planícies, ricas em petróleo e gás natural). O autor afirma que as “terras baixas” cobrem toda a parte norte e leste da Bolívia e dividem-se em quatro regiões: Yungas, Amazônia, Chaco e Chiquitania. A grande questão aqui é que apesar de que esses povos de terras baixas ocupem grandiosos dois terços do território boliviano, no que tange a população, contabilizam apenas um terço da população total do país, segundo o autor.

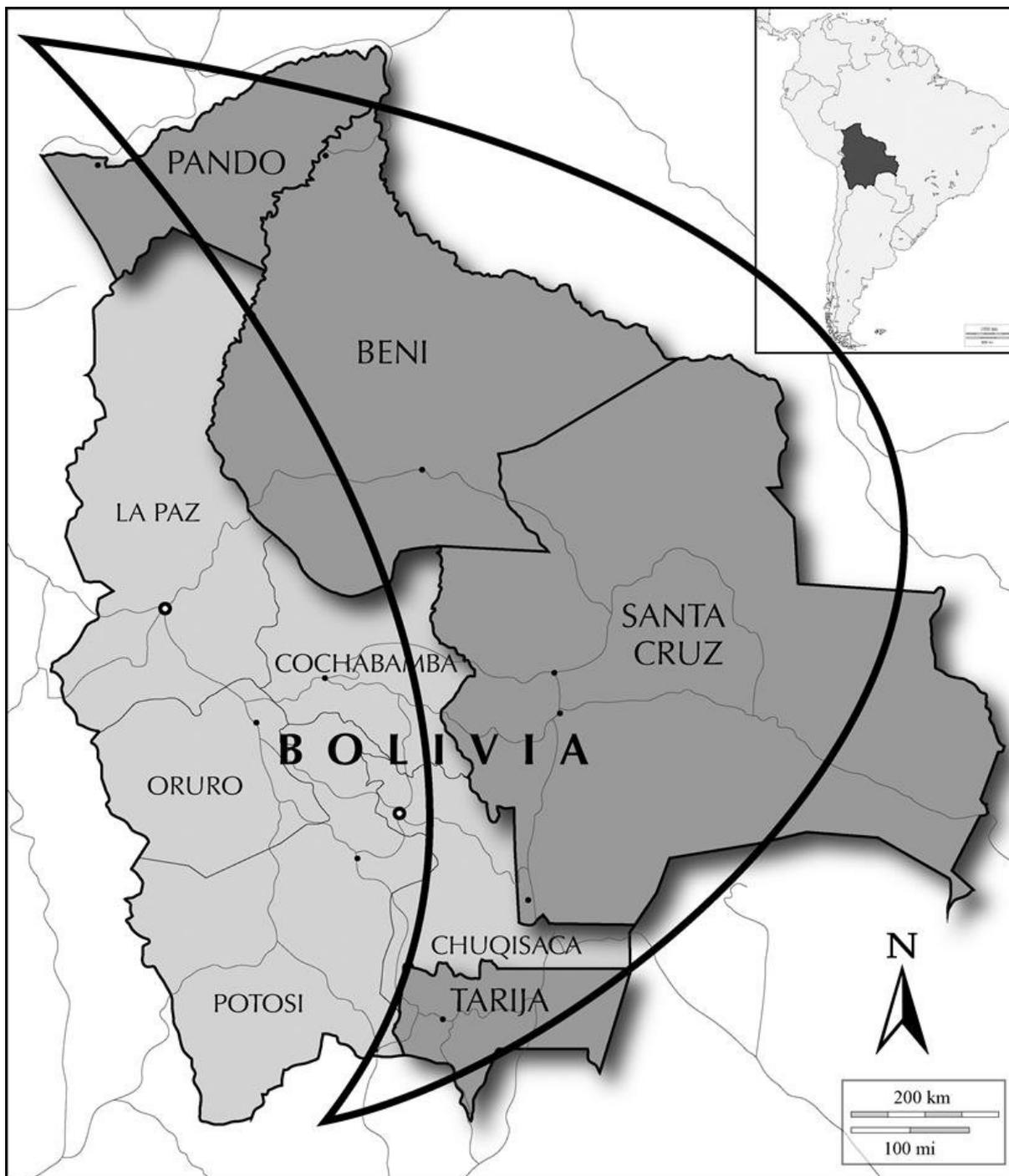
Silva (2018, p. 106), ao discorrer sobre as relações entre Collas e Cambas, afirma que:

Estas relações foram e são, ainda, fortemente marcadas por uma questão regional: os que vivem no Altiplano, em geral, identificam-se e são identificados como Collas (derivado de Colla Suyo, uma das quatro antigas divisões do império incaico, que era também formado por Antesuyo, Contesuyo e Chinchai Suyo, que reunidos formavam Tawantisuyo, “as quatro terras”). Já os que vivem nas “terras baixas”, como os indígenas Chiquitano, genericamente são identificados e identificam-se como Cambas. Há uma histórica rivalidade entre Collas e Cambas, manifestada, muitas vezes, em um tradicional regionalismo.

Hoje, a oposição entre os dois termos cristaliza a profunda e violenta crise que o país vem atravessando. Ela define-se na base de elementos políticos e econômicos e se expressa num antagonismo entre o ocidente e o oriente, equivalente à oposição entre as regiões altas (andinas, altiplânicas) e baixas, ou seja, entre cambas e collas (Blanchard, 2005).

Não cabe aqui fazer um resgate aprofundado da economia boliviana, mas ressalta-se que nos últimos 50 anos, as regiões orientais conheceram um forte desenvolvimento vinculado aos setores agrícola, industrial e energético, sendo liderado pela cidade de Santa Cruz de la Sierra, que hoje é o maior polo econômico do país e centro demográfico de primeira importância (Souchaud, 2007). A transferência das centralidades, ou pelo menos o reequilíbrio a favor do oriente, se fez sem transferência dos poderes políticos. Atualmente, o oriente boliviano, liderado por Santa Cruz de la Sierra, contesta o histórico predomínio político de La Paz e da região andina sobre o país; reivindicando, portanto, a autonomia de departamentos orientais.

MAPA 7 – Bolívia, departamentos e regiões: a *media luna* (meia-lua) da Bolívia



A meia-lua refere-se aos quatro departamentos bolivianos de Pando, Beni, Santa Cruz e Tarija.
Fonte: Narins (2016). In: *New Global Studies*, 2016. Ilustração de Matt Zebrowski.

Segundo Souchaud e Baeninger (2008), a situação contemporânea tornou-se mais complexa, pois ao longo dos últimos cinquenta anos ocorreram migrações de bolivianos andinos para os territórios de depressão subandina e de planície do país.

O encontro desses dois universos culturais: o do ocidente e o do oriente, numa relação de desigualdade, gerou estigmas.

Blanchard (2005) afirma que esse “encontro” deveu-se graças a um histórico processo de redistribuição da população. No mapa 7 apresentado, observam-se os departamentos bolivianos pertencentes a “*medialuna*”, que são os departamentos ocidentais de planície de povos não andinos e identificados culturalmente (genericamente falando) como Cambas. Importa-nos compreender que o departamento de Cobija, no extremo norte boliviano, faz parte desse grupo; e que, em saída de campo (2024), observaram-se resultados um pouco diferentes do que Souchaud e Baeninger (2008) afirmaram na seguinte passagem:

Há algumas décadas, a distribuição étnica no país estava geograficamente marcada: o altiplano era o lugar dos quíchuas e aimaras (os aimaras concentrando-se mais em La Paz); as planícies do oriente abrigavam as outras populações indígenas, muito menos numerosas. Contudo, essa segmentação espacial ainda persiste, uma vez que os guaranis, chiquitanos, mojeños e outros nativos do oriente ainda são pouco representados nos departamentos andinos; da mesma forma, os quíchuas e aimarás ainda são nitidamente sub-representados no oriente. (Souchaud e Baeninger, 2008, p. 274)

No que tange a “sub-representação” dos andinos no Oriente boliviano, afirma-se discordância com base em percepções empíricas na capital pandina. Em Cobija, muitos cambas, nativos orientais, se encontravam em situação de desemprego, era comum moto taxistas locais relatarem que somente os restava aquele emprego e que gostariam de mais investimentos e oportunidades na região. Sempre comparavam a Bolívia ao Brasil, numa tônica de que necessitavam de mais trocas comerciais, de maior diversidade de empreendimentos que não fossem unicamente a importação e revenda de produtos industrializados – ação econômica impulsionada pela Zona Franca em Cobija.

Muitos eram contrários ao atual governo de Luis Arce, assim como criticavam veemente o ex-presidente Evo Morales e seu partido, o MAS (Movimento ao Socialismo), pois acreditavam que o caminho era fazer como os brasileiros e suas economias voltadas para a exportação de carne, as chamadas *ganaderías* (pecuária), ou de outros produtos. Em suma acreditavam mais nesses preceitos do

empreendedorismo capitalista. É claro que é de difícil posicionamento dizer o que seria melhor para os povos cambas bolivianos, mas é certo que se percebia a falta de oportunidades, ainda que num território repleto de possibilidades econômicas e socioterritoriais.

Os embates políticos bolivianos são de complexa análise e necessitariam de um enorme esforço de leitura e investigação dos fatos ocorridos para uma coerente abordagem. Entretanto, esse não é o foco desta pesquisa, que se reserva a captar o sentimento do povo *cobijeño* perante os conflitos políticos ocorridos; visto que essa percepção é de relevante importância para a análise da vida na fronteira. Em campo, foram recolhidos relatos críticos de bolivianos nativos de Pando ou de regiões não andinas próximas a este departamento, como Benianos, por exemplo.

Necessita-se, também, ter uma sensibilidade no que concerne aos olhos vorazes do ocidente global sobre diversos recursos naturais bolivianos, como o Gás Natural e o Nióbio, por exemplo. Na escada da soberania política, a estatização ou privatização desses bens naturais sempre coloca muitos cidadãos em conflito, questão essa de importante debate e decisão a partir dos próprios bolivianos e de sua autonomia política.

Em suma, os relatos de campo eram carregados de críticas referentes a três principais temas: (i) aos recentes conflitos políticos ocorridos na Bolívia em 2016 e 2019, que desencadearam ondas de violência e perseguição política, resultando num estado de sítio (espécie de estado de emergência) justamente no departamento de Pando; (ii) a falta de emprego, sobretudo para os nativos cambas; e (iii) a concessão de terras para migrantes collas, que gerou descontentamento por parte dos bolivianos pandinos que tinham diversos interesses de investimento nessas terras florestais,

As críticas iam de encontro à falta de empregos e aos atrasos salariais que, destinados da capital La Paz, chegavam a atrasos inexplicáveis. Relatos de favorecimento a migrantes andinos nos territórios da *media luna* eram recorrentes, assim como as críticas referentes aos postos de comando do governo local que eram indicados pelo governo central. Essa situação resultava em falta de percepção das demandas locais, algo que muito incomodava os cambas pandinos.

Muitos cidadãos locais diziam que as migrações foram feitas para que houvesse maior quantidade de parlamentares alinhados aos comandos bolivianos andinos. Essas críticas corroboram com as perseguições ocorridas contra os opositores do ex-governo de Evo, no qual até hoje há bolivianos cambas exilados.

Os servidores públicos da educação eram coordenados por “dirigentes” andinos, reclamavam que não havia a valorização dos cambas nativos nos postos de decisão política. Os servidores da saúde estavam sem receber salários há seis meses, isso em fevereiro de 2024, auge de uma verdadeira epidemia de dengue no país. O sucateamento do hospital de Cobija, bem como a falta de funcionários era perceptível, pareciam estar atuando no mínimo, para salvaguardar casos extremos de saúde. No mais, restava à busca por atendimento no Brasil, fato que sobrecarregava o sistema público de saúde brasileiro; que já se desdobrava para atender a população brasileira, somada a de imigrantes refugiados de outros países latino-americanos. Pela característica de rota para o pacífico, ou para o atlântico, a fronteira em estudo era ponto de passagem de muitos latino-americanos em trânsito e/ou refugiados (questão a ser abordada no subcapítulo 2.6).

Por fim, afirma-se que esta questão política na fronteira é de emblemática consideração. As complexidades da política brasileira e da política boliviana resultavam numa verdadeira esquizofrenia sobre “como pensar e agir e decidir nessa fronteira? O que é o melhor para mim, ou para nós, ou para os povos dos dois países”. O que ficou pulsante empiricamente foi perceber que nesse quesito os brasileiros pobremente compreendiam os bolivianos e vice-versa. Parece que a propaganda política comandada desde interesses financeiros, de poder ou de defesa e estatização se embrenhavam de uma forma muito específica, restando ao povo considerar que todos os políticos não prestavam, ou que todos eram corruptos, enfim, pairava uma verdadeira descrença na política e em sua capacidade de transformação.

É certo que a visão de complementariedade econômico-política entre Bolívia, Peru e Brasil era sempre bem-vista, adentrar na economia de forma a valorizar as possibilidades amazônicas é um caminho que parece conciliar diferentes opiniões políticas e socioeconômicas.



Figura 4 - Ação política de fechamento da fronteira binacional Bolívia-Brasil (Cobija-Brasiléia). Os manifestantes eram trabalhadores do setor da saúde pública de Cobija. Dentre outras pautas, reivindicavam o pagamento de salários atrasados que já contabilizava seis meses de atraso em fevereiro de 2024. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 5 - O fechamento da fronteira como principal ação política direta de intervenção na fluidez fronteiriça. Nesse ato nenhum veículo automotor podia passar, apenas a pé ou de bicicleta a travessia era permitida pelos manifestantes. **Fonte:** Acervo do autor. 2024.



Figura 6 - Fronteira Epitaciolândia-Cobija, também fechada pelos manifestantes. Nessa ponte, sobre o igarapé Bahía, é por onde passam grandes quantidades de mercadoria, no qual atuam os organismos de fiscalização do comércio transfronteiriço Brasil-Bolívia. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Essas ações de fechamento simultâneo das duas fronteiras que interligam Cobija a Brasília e a Epitaciolândia revelam a centralidade das pontes limítrofes como objetos técnicos que possibilitam a fluidez territorial entre os dois países. O incômodo com a ação direta dos manifestantes é notório, bem como a recorrência de ações como essa, que revelam o drama social vivido. Tanto o comerciante sofre com a impossibilidade de atravessar mercadorias para o outro lado, quanto o trabalhador em meio a tantos meses de salários atrasados; esses fatos sociais geram sérios problemas de sobrevivência na fronteira.

Qualquer que seja a reivindicação dos cidadãos que vivem nesse território fronteiriço, quando não ouvidos pelas instituições públicas, resulta no fechamento da fronteira. Impedir a fluidez econômica, de mercadorias, é a ação crítica mais contundente a ser realizada pelos cidadãos hegemonzados que por ali vivem. Presenciar essas ações políticas foi de extrema relevância para a nítida compreensão da centralidade econômica materializada pela fronteira.

A título de exemplo, têm-se os longos meses de período pandêmico da covid-19, no qual as fronteiras entre nações se fecharam para conter a propagação do vírus. Segundo entrevista realizada com o professor Jaime Josué Gutierrez Rojas (2022), que a época era chefe do departamento da *carrera* em *Trabajo Social* da *Universidad Amazônica de Pando* (UAP), houve o contrabando de alimentos do Brasil para a Bolívia no período de fechamento das fronteiras ocasionado pela pandemia da covid-19. Como existe uma clara dependência do fornecimento de alimento dos produtores brasileiros aos cidadãos-consumidores cobijeños, o fechamento da fronteira desestabilizou frontalmente a sobrevivência na fronteira – visto que os produtores brasileiros também dependiam do mercado consumidor boliviano.

Esse fenômeno de desestabilização da fronteira perante a impossibilidade do fluxo sobre ela, também é revelador do isolamento geográfico vivido pelos habitantes da fronteira, sobretudo dos pandinos e migrantes que vivem em Cobija. O andinocentrismo é percebido dessa forma também, pois ainda que pertencentes a organizações federais, os servidores dessas instituições passam por grandes atrasos salariais em áreas de prestação de serviço público crucial para a população. Em entrevista com a professora e socióloga Silvia Olivia Avaroma, também da UAP, foi relatado que ocorrem atrasos salariais aos profissionais da educação também, assim como dificuldades para conseguir verbas para projetos e demais atividades acadêmicas de ensino e pesquisa em Pando.

Assim, e com base em entrevistas e problemas socioterritoriais vistos em campo e que serão profundamente debatidos no terceiro capítulo dessa pesquisa, nota-se a clareza do que se chama por andinocentrismo na Bolívia. O comando político-econômico desde a região andina resulta em falta de direitos, de cidadania e de representatividade para os habitantes fronteiriços da Bolívia. Já no que tange ao Brasil, poderíamos aqui chamar de atlanticocentrismo, referência ao comando econômico e político que parte desde o sudeste brasileiro, ou para Santos e Silveira (2001), desde a região concentrada do Brasil, e que também resulta em situações de desigualdade de direitos, de investimentos e de projetos político-econômicos mais adequados as especificidades de fronteira na Amazônia.

2.3. A iniciativa MAP como projeto inclusivo de organização internacional-regional para integração latino-americana na Amazônia

Antes de discorrer acerca da profundidade de alguns resultados de campo que melhor se encaixam a escala regional de análise, apresenta-se uma importante iniciativa de integração socioeconômica entre Bolívia, Brasil e Peru: a iniciativa MAP, sigla para Madre de Dios, Acre e Pando. Segundo Rioja Ballivián (2007, p. 7):

La 'región MAP' es un constructo de un grupo generador de personas ("iniciativa MAP") que se adscriben a la idea buscando maneras de aplicar - en los hechos - el concepto de desarrollo sostenible.

Podemos definir el desarrollo sostenible como el "proceso de carácter endógeno por medio del cual una colectividad toma el control de los procesos que la determinan y la afectan" (Víctor Toledo).

Sin organizaciones sostenibles no habrá desarrollo sostenible. El desarrollo es un producto de la intervención; sin intervención no hay desarrollo, solamente evolución (José de Souza Silva).

Pues bien, hablamos entonces de intervención endógena, es decir de actitudes concientes de la sociedad civil, a través de grupos de acción y compromiso voluntarios. En otras palabras - tal el caso de la Iniciativa MAP - de un grupo generador que articula, "cataliza", propone, genera reflexiones y acciones y las difunde mediante organismos cuasi institucionales conocidos como "Mini MAPs temáticos" que al crecer y, sobre todo, conseguir financiamiento inician la vía de institucionalización.

Não é objetivo dessa pesquisa argumentar sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, porém entende-se claramente que os ideais desse modelo de desenvolvimento são direcionados a alcançar maior participação de indivíduos e organizações da sociedade civil na formulação e debate de projetos de desenvolvimento socioterritorial para os lugares onde vivem, para os territórios que usam. Essa característica é perceptível na apresentação da segunda edição da revista "mapiense" (2015) e no consequente avanço da contribuição de diversos agentes espaciais na formulação das ideias de desenvolvimento propostas na revista:

En este entorno surge hace trece años la iniciativa MAP, una articulación de activistas académicos, ONG, organizaciones urbanas, organizaciones de campesinos y de pueblos indígenas, universidades y algunas instituciones públicas, para generar propuestas de desarrollo regional de abajo para arriba. Unen sus esfuerzos para convertir a Madre de Dios, Acre y Pando de últimas fronteras a ejes de integración. La región MAP empieza a caminar "del fin del mundo a centro del universo", como dicen los mapienses. (Reyes, 2015, p. 5)

Concordando com os argumentos de Souza (2019) ao abordar escapismos e metáforas que nos distanciam de análises científicas, compreende-se que o mundo atual está em total desequilíbrio, no qual o uso da ideia de desenvolvimento sustentável parece fugir de um debate central que, para nós geógrafos miltonianos e identificados com a geografia renovada, se direciona a compreender os usos do território. Caracterizar esses usos orienta-nos a analisar as desigualdades socioterritoriais advindas do uso mercantil-predatório do território adotado pelo modelo capitalista de desenvolvimento. Assim, será possível ajudar a propor novos usos do território, endógenos e identificados com as características da floresta, nesse caso.

Essa concordância de ideia de pensar do endógeno para o mundo, concomitante a ideia de integração comum entre nações e povos, é endossada pela seguinte passagem que fala sobre o cidadão mapiense:

Mapiense es un ciudadano de la región MAP. Hay un sentimiento de pertenencia del mapiense a este ámbito trinacional, Madre de Dios-Acre-Pando, y hay una práctica de entender que el presente y el futuro son comunes para los bolivianos, brasileños y peruanos de este espacio, corazón de la Amazonía Sudoccidental. (Rioja Ballivián, 2007, p. 5)

Entende-se a ideia do modelo de desenvolvimento proposto pela iniciativa MAP como um sentimento de pertencimento ao território da Amazônia Sul-Occidental (a região do Alto Acre), em que se busca o desenvolvimento pensado de dentro para fora, pensado de forma endógena e em concordância com as especificidades do lugar e caracterizado como sustentável por Rioja Ballivián (2015). Nesse sentido, concorda-se fortemente com a ideia de pensar o mundo desde suas periferias globais, ou seja, de dentro para fora, de baixo para cima, como nos ensina Santos (2020), Porto-Gonçalves (2005) e Gudynas (2007).

Por fim, nessa apresentação dos ideais de integração trinacional MAP, é necessário entender que “mapiense es también MAP-piense”, pois o pensamento é a base mais firme de construção do processo de integração MAP (Rioja Ballivián, 2007). Como fruto de fóruns, seminários e reuniões, busca-se expressar o pensamento da região e sobre a região, exercitando o diálogo como uma manifestação que fortifica o pensamento mapiense, afirma o autor.

2.4. Fluidez territorial-regional fronteiriça e as zonas francas de comércio e integração: SUFRAMA e a Zona de Livre Comércio Brasil-Bolívia

A densidade demográfica dos municípios fronteiriços em estudo é relevante ao compará-la a outras cidades com características semelhantes, isto é, cidades fronteiriças na Amazônia. Segundo o IBGE (2022), Brasiléia possui 26.000 mil habitantes e Epitaciolândia têm 18.757 mil habitantes. Já a população da cidade boliviana é de cerca de 78.000 mil habitantes, segundo o censo boliviano de 2020. Portanto, assim como afirma Silva (2016), essa conurbação entre as cidades transfronteiriças em estudo é expressiva em termos de contingente populacional se considerada uma longa faixa que se estende junto ao limite do estado de Rondônia (Brasil) com a Bolívia até a tríplice fronteira entre a Bolívia, o Brasil e o Peru.

Silva (2016) afirma que as novas dinâmicas [territoriais] tem modificado o equilíbrio da função da fronteira, que pende entre as variáveis da segurança e da integração. Em tempos de fluidez, as permeáveis fronteiras tem sido alvo de políticas de vocação integradora, como se destaca, por exemplo, a construção da *Carretera Interoceânica*¹⁴. Silva (2016) afirma que o dinamismo provocado pelas mudanças associadas a essa estrada que corta a região, assim como a existência de legislações distintas que ditam os ritmos econômicos no seu espaço transfronteiriço (Zona Franca em Cobija e Área de Livre Comércio em Brasiléia e Epitaciolândia), garantem sua excepcionalidade.

Silva (2016) caracteriza a região em estudo como um arranjo econômico marcado pela existência de inúmeras trocas, fazendo com que a interação entre as cidades transfronteiriças em questão possa ser tipificada como de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é articulado por nações limítrofes que geralmente constroem, em certos lugares de comunicação e trânsito, infraestruturas especializadas e operacionais de suporte, bem como mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis; no qual os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais, afirma o autor a luz do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira.

¹⁴ Estrada terrestre que permite a ligação entre o Brasil e o Oceano Pacífico a partir do território acreano que se lança na direção andina.



Figura 7 - Trecho da estrada do Pacífico BR-317, a *Carretera Interoceânica*. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Em seus estudos sobre zonas fronteiriças Machado (2005, p. 249) defende que: “no âmbito do sistema interestatal e do sistema capitalista, o limite internacional é um princípio organizador do intercâmbio, seja qual for sua natureza, não só para os territórios que delimita como para o sistema interestatal em seu conjunto”. Assim, a geógrafa observa que a simbiose entre o sistema interestatal e o sistema de acumulação capitalista resulta em relações [de intercâmbio] dinâmicas:

A evolução atual dessas relações sugere que o poder organizador e regulador dos limites interestatais ou, mais concretamente, o poder organizador e regulador dos estados nacionais está sendo solapado, desde dentro e desde fora de cada estado, pelo aumento de intensidade e complexidade dos intercâmbios não-estatais. (Machado, 2005, p. 250)

Como bom exemplo de intercâmbios estatais identificados em campo tem-se a SUFRAMA¹⁵ que articula mecanismos de isenção fiscal e de crédito que estimulem o crescimento da Área de Livre Comércio entre Cobija, Brasília e Epitaciolândia, de forma a regular a área de livre comércio entre Bolívia e Brasil.

¹⁵ Superintendência da Zona Franca de Manaus, Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio.



Figura 8 - Posto da VIGIAGRO – vigilância agropecuária – vinculado ao MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e da SUFRAMA (Área de Livre Comércio de Brasília e Epitaciolândia), localizados em Epitaciolândia, na ponte limítrofe entre Brasil e Bolívia. **Fonte:** Acervo do autor, 2024.

A Zona Franca em Cobija e a Área de Livre Comércio em Brasília e Epitaciolândia se relacionam a fim de possibilitar maior fluidez entre mercadorias dos dois países, bem como fluidez aos habitantes, que migram frequentemente de um lado para o outro da fronteira para consumir produtos, estudar ou para acessar a prestação de serviços em geral. SUFRAMA é a superintendência da Zona Franca de Manaus, que é um polo industrial. É um projeto que foi expandido para o Amapá, Cruzeiro do Sul e Epitaciolândia para estimular a economia de municípios fronteiriços.

Em visita técnica à SUFRAMA, entrevistou-se a servidora Luciana, que explicou que por ser uma zona de livre comércio entre Cobija, Epitaciolândia e Brasília, há uma atração de empreendedores da Bolívia para que eles se regularizem no Brasil e participem da isenção fiscal. Para isso, é preciso emitir CPF na Receita Federal do Brasil, se vincular a SUFRAMA, e posteriormente se inscrever na mesma. A partir do momento da inscrição nessa superintendência, tem-se uma série de isenções fiscais para estimular as iniciativas empreendedoras a se

desenvolverem e se tornarem lucrativas, impulsionando a economia na fronteira. Isso atrai bastante bolivianos a procura de desenvolver negócios no Brasil.

Alguns outros pontos relevantes citados na entrevista são, de forma geral, algumas isenções fiscais, restrições de produtos que possam ou não passar na fronteira e a possibilidade de solicitar nacionalidade brasileira para acessar as isenções fiscais e possíveis financiamentos.

Foi explicado que os cidadãos bolivianos têm o direito de solicitar dupla nacionalidade e que esse serviço é feito pela receita federal em conjunto com a polícia federal. Portanto, a partir do momento que um boliviano adquire o Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Brasil, bem como demais exigências legais, se torna apto à isenção no IPI (Imposto sobre produto industrializado), PIS/COFINS e também ICMS.

Algumas restrições de importação de produtos bolivianos a estrangeiros são: pneu, combustível, produtos de tecnologia da informação e motocicletas. A compra de combustível na Bolívia só é permitida a cidadãos bolivianos e caso um estrangeiro compre ele é multado e tem o automóvel retido até que pague multa. O controle da venda de combustível é feito por um cadastro que emite um cartão para abastecimento e, unido à placa boliviana, é permitida a compra de combustível. A motocicleta kingo, muito usada na fronteira, também só é permitida a venda aos bolivianos.

Por fim, foi relatado que é comum que haja cidadãos bolivianos que solicitem a dupla nacionalidade a fim de acessar os incentivos da SUFRAMA. No entanto, o empreendimento privado precisa ser feito em território brasileiro, o que faz com que haja muitos empreendedores que residem na Bolívia, mas que possuem empresa no Brasil, alicerçados por um mix de fluxos financeiros oriundos dos dois países.

Outro órgão público brasileiro que atuava no limite fronteiro era a VIGIAGRO¹⁶ (Vigilância Agropecuária Internacional), vinculado ao Ministério de Abastecimento, Pecuária e Agronegócio (MAPA). O principal serviço executado pela VIGIAGRO era o de fiscalização das cargas que vinham do Brasil para entrar na Bolívia. Foi explicado que nenhuma carga pode conter insetos ou qualquer tipo de praga que possa afetar a saúde e produção do outro país.

¹⁶ Vigilância Agropecuária Internacional



Figura 9 - Agente da VIGIAGRO fiscalizando cargas brasileiras com solicitação de entrada na Bolívia.
Fonte: acervo do autor, 2024.

Ao acompanhar a fiscalização de três cargas, duas de castanha da Amazônia e uma de soja, as duas primeiras foram aprovadas, entretanto a terceira, de soja, não foi. Havia insetos na carga de soja e a mesma não foi autorizada a adentrar no território boliviano; essa retenção foi efetuada pela VIGIAGRO do Brasil, pois existiam insetos nas cargas de soja, o que inviabilizou a entrada da mesma em Cobija.

Existe uma cooperação entre os países, para que não ocorra infecção de plantas ou animais, principalmente se for uma doença que exista de um lado, mas que não exista do outro. Como há bastante “produção” de carne na região (bovina, suína e de aves), esse controle precisa ser rigoroso e unificado ao controle de vacinações dos animais, outro grande desafio de fiscalização de atividades agropecuárias que usam o território para produção e acúmulo financeiro; a fim de evitar o espraio de doenças animais de um lado para o outro da fronteira.

Existem, também, algumas restrições de produtos que podem passar na fronteira: pneus são proibidos, assim como combustível e motocicletas. Essa medida aponta para uma espécie de proteção do mercado consumidor boliviano, visto que esses produtos saem muito mais baratos para os brasileiros e isso poderia desabastecer a população de Cobija. De qualquer forma, a maneira da resistência do agente hegemônico latino-americano que busca formas de ganhar algum dinheiro para sobreviver, observaram-se algumas artimanhas para driblar a fiscalização, sendo muito comum avistar motos bolivianas circulando nas estradas brasileiras, assim como um pequeno tráfico de combustível boliviano.

Um ponto que merece ser destacado, se deve a especificidade de chegada de produtos à Cobija. A estrada que fica internamente na Bolívia é de terra, logo com muita lama nos períodos chuvosos. Isso “obriga” os bolivianos a entrarem no Peru pelo departamento de Madre de Dios, objetivando acessar a estrada do pacífico e utilizá-la no sentido contrário, rumo Brasil, para posteriormente adentrar em Cobija.

As carretas bolivianas entram no Brasil pela tríplice fronteira com o Peru e depois seguem pouco mais de cem quilômetros até chegar à fronteira Brasiléia, Epitaciolândia-Cobija para retornar ao território boliviano. Isto é, a capital de Pando está, por terra, desconectada do restante do país, sendo necessário passar pelo Peru e pelo Brasil para conseguirem entregar uma produção que venha da região andina da Bolívia, ou de Santa Cruz, por exemplo.

Gudynas (2007, p. 13) no que tange as estradas que interconectam, mas não integram, afirma:

Las nuevas interconexiones de transporte no representan la meta final de la integración entre las naciones; no debe confundirse una interconexión con la integración, un proceso mucho más amplio y complejo. Pero de todos modos, estas nuevas conexiones entre países contribuyen a la redefinición de las fronteras, generando una mayor flexibilidad para el flujo de mercaderías y capitales, mientras persisten las restricciones y controles sobre las personas.

No que tange a Zona Franca de Comércio da Bolívia, afirma-se que a mesma busca diminuir impostos e facilitar a comercialização de produtos industrializados e importados. Décadas atrás os produtos vinham do Chile e dos Estados Unidos, mas atualmente os produtos chineses dominam as feiras e mercados de venda de produtos importados em Cobija. Essa medida serve, principalmente, para atrair o

mercado consumidor brasileiro, fatia financeira crucial para os empreendimentos bolivianos fronteiriços.

2.5. A porosidade fronteiriça, desigualdades socioterritoriais e a presença de facções criminosas brasileiras na zona de fronteira, adentrando na Bolívia

Segundo Machado (2005), indivíduos, comunidades, corporações, organizações, redes de solidariedade, redes de informação, baseados nos interesses mais diversos, constituem hoje uma teia em escala planetária difícil de ser manipulada ou mesmo controlada por cada estado, por mais poderoso que seja. Por ora, o que é interessante nessa teia é que ela não é só econômica, no sentido estrito do termo, mas inclui intercâmbio de símbolos e imagens que competem com a iconografia do estado-nação, afirma a autora.

Empiricamente, de todas as vezes que o presente autor atravessou de um lado ao outro da fronteira, apenas em uma delas foi solicitado documento de identificação. Como as cidades são conurbadas e emendadas por estradas e pontes, a vida cotidiana na fronteira faz com que a passagem de um lado para o outro seja muito fluida e corriqueira. Assim, afirma-se que a porosidade dessa fronteira é uma das principais características da mesma, como apontado pelo antropólogo Rioja Ballivián em campo (2024), e em seu artigo sobre a região MAP (2007).

Essa porosidade é interessante para o comércio e serviços para os cidadãos fronteiriços, entretanto se torna uma grande vulnerabilidade fronteiriça para crimes e contrabando de mercadorias lícitas e ilícitas. Gudynas (2007, p. 11) afirma que:

Uno de los procesos más importantes de los últimos años por sus impactos en las zonas fronterizas han sido los cambios en las estrategias comerciales de América Latina, y en la forma en que los países se vinculan los procesos globales. La consigna ha sido liberalizar el comercio, y por lo tanto se apunta a aumentar las exportaciones, particularmente de recursos naturales. Estas modificaciones tienen efectos palpables en las zonas de frontera, tales como las de Madre de Dios - Acre - Pando (MAP), donde se observan por una creciente "porosidad" fronteriza desde el punto de vista comercial. Asimismo, el creciente volumen de exportaciones de recursos naturales genera demanda de mayores interconexiones en carreteras para poder transportar mercaderías e insumos.

Si bien estos cambios han tenido diferentes énfasis y ritmos, conservan aspectos básicos por todos compartidos. En primer lugar, el Estado-nación se "desterritorializa". Esto no significa perder secciones del territorio, que pasan a quedar en manos de otro Estado, sino que describe una reducción y debilitamiento para regular y controlar el propio territorio. Encontramos con zonas donde la presencia estatal es muy débil, no hay cobertura adecuada de servicios de salud o educación, la protección ambiental casi no existe, y los derechos ciudadanos no son protegidos y la administración de justicia es muy limitada. Son zonas de un Estado ausente.

Por mais que o autor evidencie que a porosidade fronteira é muito alta do ponto de vista comercial, há também uma grande porosidade de fluxo de pessoas, se tornando até um território vulnerável ao tráfico de pessoas. Essa face drástica da porosidade da fronteira foi percebida pela observação do fluxo de pessoas ao longo dos dias em campo, assim como por relatos de atores hegemônicos que já afirmaram saber de tais fluxos.

Em entrevista junto ao fórum de justiça de Brasília, conversou-se com um advogado e um juiz, no qual a questão da atuação das facções criminosas foi latente. Muitos crimes ocorrem no Brasil e o criminoso foge para a Bolívia, dificultando sua captura. O mesmo ocorre ao inverso, no que tange a crimes cometidos em território boliviano em que a fuga se dá rumo ao Brasil. Foi relatado que não é permitido que as polícias atuassem em jurisdições ao qual não são responsáveis, exigindo uma capacidade de integração das forças de segurança dos dois países para o combate a crimes na região de fronteira. O advogado Cláudio, representante da OAB na região do Alto Acre e presidente da comissão de relações internacionais da OAB do Acre fez o seguinte relato:

Com relação a violência nessa cidade, parece que se agravou a partir do momento que se interiorizaram os presídios federais. Por exemplo, veio para Rondônia um grande líder do comando vermelho, e quando ele fica localizado nessa região ele traz com ele uma grande massa de pessoas ao seu redor que são da facção dele; e isso acabou se espalhando Brasil adentro e as facções criminosas terminaram entrando em conflito em várias regiões, algo que num primeiro momento não existia.

Tem um problema sério aqui na nossa fronteira que é o policiamento: aqui é extremamente deficiente, então você sai do Brasil e raramente vai ver uma fiscalização entre as duas cidades fronteiriças, principalmente Cobija e Brasília ou Cobija e Epitaciolândia. Você vai ver uma fiscalização aduaneira do lado boliviano, mas fiscalização policial para saber se alguém está trazendo drogas, trazendo armas, isso aí, em regra, é só por amostragem. Até existe uma blitz, existe alguma coisa, mas não há nada ostensivo; o que facilita muito a criminalidade de pessoas que furtam ou roubam aqui do lado brasileiro e levam para o lado boliviano; é uma coisa muito dinâmica. O bandido que lida com crime ele não tem nenhum tipo de barreira, nem alfandegária, nem de nada! Ele pula o rio, passa por dentro de fazenda, ele faz o trâmite dele do jeito que der.



Figura 10 - Registro de uma sobreposição de pixos em spray de facções criminosas rivais, no qual em plena ponte que divide os dois países há a disputa entre o PCC (Primeiro Comando da Capital, São Paulo) e o Comando Vermelho, Rio de Janeiro. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Por essa perspectiva, a paz que já foi muito presente no estado do Acre deixou de existir, e principalmente com essas questões de facções criminosas; eles vão cooptar muito adolescente, muitas pessoas. Aqui era uma questão de corredor da droga, depois da chegada das facções criminosas o consumo aumentou. A quantidade de pessoas que são usuários de drogas, que são cooptadas também pelas facções, aumentou demais e esse é o quadro que nós temos hoje (Cláudio, advogado, 2024).

Em campo, observaram-se muitas marcações territoriais de facções criminosas organizadas do Brasil. Essas marcações, feitas com spray em diversos pontos das cidades, demonstravam claramente que havia a presença e intervenção das mesmas na disputa por esse território tão fluido. A atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) do Bonde dos Treze (B13) e do Comando Vermelho (CV) era percebida no Brasil, e na Bolívia, o que é extremamente preocupante.

Torna-se importante o registro de um trecho da longa e esclarecedora entrevista com o Juiz Clóvis (2024), servidor lotado na vara criminal de Brasília, atuando sobre toda a região do Alto Acre:

Ficamos a duzentos quilômetros mais ou menos da capital Rio Branco e a cem quilômetros de Assis Brasil (Acre), que é a cidade que faz divisa com o Peru; então, nessa região nós temos divisa com a Bolívia e com o Peru. Parte da criminalidade ela é uma constância, é um trabalho que a gente vem desenvolvendo já todo esse tempo e são ciclos. Tem período que tem certo tipo crime em evidência, chegou uma época que a gente tinha muito crime de roubo, crime contra o patrimônio e teve uma atuação mais firme nesse tipo de crime. Então, fazendeiros, proprietários de caminhonete, eram alvos porque os carros e as caminhonetes que são muitos na nossa região, pela peculiaridade da região mesmo, eram moeda de troca no país vizinho (Bolívia) por drogas e por armas. Então teve um ciclo muito complicado de crimes contra o patrimônio; e também latrocínios, em alguns desses casos.

Por essa perspectiva, a paz que já foi muito presente no estado do Acre deixou de existir, e principalmente com essas questões de facções criminosas; eles estão cooptando muitos adolescentes, muitas pessoas. Aqui era uma questão de corredor da droga, depois da chegada das facções criminosas o consumo aumentou. A quantidade de pessoas que são usuários de drogas, que são cooptadas também pelas facções, aumentou demais e esse é o quadro que nós temos hoje.

Também temos uma alta incidência de crimes contra a criança e o adolescente, crime de abuso sexual, também é uma realidade nossa. Os índices infelizmente são muito altos, de vítimas de estupro, de crianças e adolescentes. Há também uma realidade, que também é nacional, de crimes de violência doméstica. Na nossa região também tem índices altos de crimes contra mulheres no ambiente da vida doméstica.

Crime de tráfico de drogas, que é uma realidade muito presente na nossa região e o crime de organização criminosa, que também é nossa realidade desde 2015, mais ou menos, quando foi o auge, que foi quando começaram a surgir os conflitos entre facções criminosas.

Aqui no nosso estado a gente pode apontar assim três facções mais solidificadas, mais estruturadas: o Comando Vermelho (CV), o Primeiro Comando da Capital (PCC), e o Bonde dos 13 (B13). O CV é do Rio de Janeiro, a base é lá; o PCC é de São Paulo e o B13 que é uma realidade nossa, é daqui do Acre mesmo. Todas essas facções têm membros em todo o estado e em todas as cidades há um conflito entre tais organizações.

No Acre, o PCC e o B13, em tese, têm uma certa união e o CV está só; então, nossos conflitos são de membros do CV contra os do PCC e B13 e aí nesses conflitos é onde acontecem as mortes, porque eles ficam se matando, ficam atingindo um contra o outro e por conquistar espaço territorial, conquistar bairros, e com isso mostrar força, mostrar poder.

Aqui em Brasília nós temos hoje o maior predomínio do CV. Todos os bairros de Brasília hoje estão sob o “domínio” do CV, domínio no sentido de possuir membros no bairro que são do CV, com exceção de um bairro que ainda está com o B13 e o PCC, então em apenas em um bairro moram pessoas que se identificam com o B13 e o PCC, e todos os demais bairros são membros que se identificam com o CV. Na linguagem criminal deles fala que é o domínio deles; então, quem é do B13 e do PCC não pode circular e nem ter acesso ao bairro que é do CV e vice-versa. Então eles têm essa divisa territorial e é claro que eles ficam em constante disputa para conquistar o espaço um do outro.

E a diferença da nossa realidade aqui é que nós temos a fronteira internacional, tem as suas regras internacionais do Brasil, da Bolívia, mas os membros de facção não têm isso. Eles circulam facilmente entre os

países, cometem crimes nos dois países, então é muito comum uma pessoa cometer um crime aqui em Brasília, que é onde a gente está, e fugir pra Bolívia.

Hoje, por exemplo, eu tive uma audiência que o cara roubou um celular e correu pra Bolívia pra trocar por droga. Então, essa circulação muito fácil e rápida dificulta muito o trabalho das polícias, porque a gente não tem esse poder de entrar lá (na Bolívia) de seguir numa perseguição e prender a pessoa lá. Então, ao longo do tempo, a gente tem tentado construir essa relação com as autoridades da Bolívia e do Peru. As polícias precisam conversar mais, infelizmente isso ainda é muito pouco, mas a gente está tentando aumentar essa relação, esse diálogo, entre as polícias do Brasil com a da Bolívia; as instituições com o Ministério Público (MP) e com o Ministério Público da Bolívia e com o judiciário. Nós estamos fazendo constantes reuniões e alguns eventos internacionais para diminuir essa distância e melhorar esse diálogo entre as instituições dos três países. No Brasil, no caso a gente falando de Brasília, na Bolívia e no Peru.

Tivemos, ano passado, algumas reuniões com as autoridades da Bolívia e do Peru, estamos construindo essa relação, afinando o discurso, porque eles (na Bolívia e no Peru) estão começando a viver essa realidade do crescimento das organizações criminosas lá. Eles não tinham isso, e acredito que de dois a três anos para cá está sendo muito forte lá também. Então eles estão começando a ter problemas de homicídio, porque as facções estão entrando lá, estão brigando por espaço; a questão dos presídios de lá também não tem tanta estrutura para esse tipo de situação e eles estão começando a viver essa realidade lá. E aí a gente está construindo mecanismos para estreitar a relação entre os países.

Ano passado nós tivemos duas extradições de líderes brasileiros do CV aqui no Brasil que também se tornaram líderes do CV na Bolívia. E lá eles estavam dentro dos presídios bolivianos determinando todos os crimes que deveriam ser praticados aqui em Brasília. Então, o líder do CV preso na Bolívia, determinava quem eles teriam que matar aqui (Brasil), e com isso nós tivemos uma onda de vários homicídios aqui na nossa região, a mando desse líder que estava na Bolívia. Nós conseguimos a extradição dele, e de outro comparsa, estamos agora realizando as audiências dele; nós fizemos na semana passada onze audiências só dessa pessoa, e desses onze processos dele, dois eram de roubo - que ele determinou a prática - e nove eram de homicídios que ele determinou que fossem praticados na nossa região e só que foram identificados dessa pessoa. E isso fora os outros processos que a gente julgou também. A questão do homicídio é onde eles mostram poder. O líder de uma organização determina quem mata da outra organização e isso, a pessoa que comete esse tipo de crime acaba ganhando um tipo de prestígio dentro da organização, mostra força, mostra que tem coragem". Então essa é a nossa realidade da fronteira, são muitos desafios, o Estado está buscando infraestrutura, está buscando parceria.

Essas situações provocadas pela alta fluidez de pessoas nessa fronteira apontam para o que Gudynas (2007) afirmou ao criticar a falta de atuação do Estado. É claro que os órgãos de segurança buscam estreitar laços e atuar conjuntamente para a defesa de seus territórios, entretanto sabe-se que essas crises são provocadas por agentes hegemônicos de intervenção nos usos do território, restando aos órgãos públicos trabalharem para controlarem e mitigarem

alguns dos possíveis danos. Na entrevista com o Juiz de Brasília fica clara a atuação hegemônica das facções criminosas do Brasil no território de fronteira em estudo, assim como os dramas e resistências árduas ao quais os agentes hegemônicos estão submetidos, visto essa perversa disputa territorial protagonizada pelas facções.

Por fim, afirma-se que a perda de jovens para o crime, é fruto dessa inexistência de atuação do Estado e do governo local, que prioriza políticas públicas que endossam desigualdades socioterritoriais. Não há que se normalizar a falta de oportunidades de educação e emprego nessa região, não se pode deixar que haja falta de saúde pública e investimentos que distribuem renda, oportunidades de emprego e de estudo e profissionalização. É importante refletir sobre isso, pois jovens que poderiam estar contribuindo para o avanço socioterritorial da região, acabam por sofrer com a falta de oportunidades, os colocando de frente aos recrutadores do crime organizado e adensando desigualdades socioterritoriais. Essas situações dramáticas atingem jovens indígenas, jovens que crescem dentro da reserva extrativista Chico Mendes e também os jovens que estão nos núcleos urbanos de Brasília, Eptaciolândia e Cobija.

2.6. Os Refugiados latino-americanos nas terras de fronteira do Alto Acre, a rota Pacífico – Atlântico como expressão da resistência latino-americana

Pela característica de ponto de passagem de migrantes que vem do norte e noroeste da América do Sul rumo a outras regiões do Brasil em busca de emprego e oportunidades, em Brasília e Eptaciolândia se torna comum à presença de imigrantes. Oriundos da Venezuela, Colômbia, Haiti e até do Vietnã são encontrados por ali, geralmente em famílias, se instalando temporariamente em casas de acolhimento ao imigrante até conseguirem alguma forma de transporte para as regiões que querem chegar no Brasil.

Em campo, conjuntamente ao professor e geógrafo José Alves da Universidade Federal do Acre (UFAC) – que realizava saída de campo com estudantes de graduação em Geografia da mesma instituição – entendeu-se com maior profundidade as motivações e fluidez de latino-americanos buscando melhores condições de vida no continente sul-americano.



Figura 11 - Roda de conversa com venezuelanos, colombianos e peruanos alojados num abrigo para refugiados em Epiaciolândia, Acre. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Nas falas dos cidadãos estrangeiros em trânsito na América do Sul, a máxima era a busca por emprego. Fugindo de seus países e das perversidades expressadas em seus territórios de origem, relatavam que no Brasil tinham condições melhores de apoio do Estado, no qual recebiam ao menos três refeições diárias, um abrigo para dormir, bem como apoio para a regularização de documentos. Entretanto, não tinham nenhum apoio para se locomoverem dentro do país, fazendo com que muitos ficassem aguardando alguma oportunidade ou ajuda financeira para conseguirem transporte para outros estados do Brasil. Muitos estavam a caminho de São Paulo, Brasília, Mato Grosso e Santa Catarina, relatavam que tinham amigos ou família por lá, e que teriam oportunidade de emprego nessas outras regiões do Brasil.

Nos relatos desses agentes hegemônicos que usam o território como abrigo, cabe destaque as percepções de xenofobia e racismo no Equador e no Peru, onde relatavam ter pouco ou nenhum apoio para refugiados; era unânime a opinião

de que o Brasil era um país mais amigável nessa questão. Diziam que conseguiam cartão de saúde, CPF e documentos, e que no Brasil se cumpria a lei.

Uma das refugiadas disse que trabalhou quatorze horas por dia no Peru e que tinha que aguardar de um a dois meses para receber o pagamento por esse trabalho. Diziam ser tratados de forma rude e humilhante e que apenas suportavam tais situações porque tinham filhos para alimentar e criar.

Outro ponto criticado se deve a dificuldade de validação de diplomas estrangeiros e de dificuldade de acesso à educação. Uma cidadã venezuelana era enfermeira, mas tinha dificuldade para revalidar seu diploma no Peru, o que a impedia de trabalhar como enfermeira por lá; resultando trabalhos informais em outras áreas. A educação para os filhos também era dificultada, no qual relatavam ter que esperar um ou dois anos para conseguir matricular os filhos nas escolas estrangeiras.

Eram três abrigos na região de fronteira, dois em Brasília e um em Epitaciolândia. Havia melhorias que poderiam ser adotadas nos abrigos, no qual os refugiados relataram que tinham pouca água para beber, pois o galão rapidamente esvaziava devido à quantidade de pessoas e também as instalações gerais dos abrigos. Relataram muitos casos de dengue e sempre finalizavam suas falas dizendo que queriam emprego, que não queriam pedir dinheiro na rua.

Por fim, questionou-se na roda de conversa se eles tinham mecanismos de defesa contra situações que pudessem coloca-los a situações análogas a escravidão e eles responderam que procuram alguém de confiança no Brasil para depois migrarem. Falavam que seria importante, também, terem um mapa do Brasil para melhor se locomoverem no país, assim como o acesso ao estudo da língua portuguesa, pois diziam ter dificuldades para entender a língua falada no Brasil.

Essas situações evidenciam, mais uma vez, o *continuum* de crises latino-americanas que dificulta o acesso a melhores condições de vida nos diversos países da América Latina (Costa, 2020). É preciso pensar o sul global de forma integrada e soberana perante um mundo perversamente globalizado, a fim de erradicar situações de desigualdade socioterritorial, como algumas dessas aqui relatadas.

Nesses confins do Brasil e da Bolívia há muita resistência e muita gente buscando formas de vida dignas. Em meio a maior floresta tropical do mundo é urgente superar modelos de desenvolvimento exógenos que apenas massacram os povos latinos que vivem na floresta amazônica.

2.7. A solidariedade Bolívia-Brasil-Peru perante a resistência às enchentes do Rio Acre

Outro fato observado em campo que aponta para a necessidade crucial de integração entre nações fronteiriças se deve as enchentes (ou alagamentos) do rio Acre, pois as mesmas afetam toda a região do Alto Acre dos três países: Peru, Bolívia e Brasil. Esse é um dos principais dramas pelo qual as cidades que margeiam o rio Acre passam, onde muitas famílias são acometidas, se refugiam em casas de amigos ou familiares ou em estruturas das prefeituras e governos locais e, sem ter para onde ir, voltam para suas casas após a enchente e têm que reconstruir e replantar tudo que se perde. As enchentes também afetam órgãos públicos, igrejas, comerciantes, sindicatos, enfim, todos tem que evacuar e subir para as partes mais altas do relevo das cidades para se proteger.

Os motivos das enchentes estão diretamente ligados aos usos do território na região. Essa análise desde o empírico é embasada por grandes intervenções na dinâmica natural da floresta amazônica, em que se citam como principais causas das enchentes: o crescimento urbano desordenado, bem como a retirada de vegetação florestal para pastagem de gado. Essas ações resultam na diminuição da capacidade de infiltração da água no solo, escoando-a para o leito do rio e adensando a cheia do mesmo.

Segundo Silva (2015, p. 1), rios são elementos vivos e o rio Acre tem uma vida intensa, sendo de suma importância compreender seu traçado meandrante que indica “a necessidade que tem o rio de aumentar o seu comprimento, quando a declividade que requer para transportar o líquido e os sedimentos é menor que a declividade geral do leito, no sentido do escoamento”. Assim, o crescimento desordenado e acelerado dos aglomerados humanos, bem como a ausência de um planejamento adequado, apresenta como consequência direta o surgimento de impactos socioterritoriais diversos, desencadeados por profundas modificações no uso e ocupação do solo.

Os impactos ambientais decorrentes dessa intervenção humana podem ser identificados quando da ocupação de áreas ambientais críticas, abordando em específico à ocupação das áreas marginais aos cursos de água, em específico do leito maior dos rios, aquele onde ocorrem as inundações nos períodos de cheia.



Figura 12 – Enchente do Rio Acre sobre a cidade de Brasília, no Acre. Fonte: Prefeitura de Brasília, 2024. **Fonte:** <https://www.brasileia.ac.gov.br/post/prefeitura-de-brasil%C3%A9ia-decreta-situa%C3%A7%C3%A3o-de-emerg%C3%Aancia>. Acesso em 15 de fevereiro de 2024.



Figura 13 - Enchente do Rio Acre com ponte entre Epitaciolândia e Brasília em evidência. **Fonte:** Marcos Vicentti/Secom, 2024. Disponível em: <https://agencia.ac.gov.br/brasileia-enfrenta-a-pior-cheia-ja-registrada-na-historia/>. Acesso em: 05 de julho de 2024.

A implantação de vias públicas e de bairros inteiros, neste leito, com o consentimento do poder público, bem como a execução de algumas obras hidráulicas fluviais que alteram significativamente o regime de escoamento do rio, permite identificar o mais completo desconhecimento das leis da hidráulica fluvial, ou seja, do funcionamento e dinâmica natural dos rios.

Rioja Ballivián, apoiado em estudos de Holmes (2012) e da Fundación Solón (2017) afirma que:

Las inundaciones en la Amazonia se han acrecentado¹⁷ al tiempo que el calentamiento global¹⁸ también se ha ido incrementando; concomitantemente con el crecimiento de la población y el cambio en el uso de la tierra. Estos procesos provocan la deforestación en inmensas extensiones de bosque amazónico, que a su vez generan importantes emisiones de gases de efecto invernadero. No es raro que en ocasiones las quemadas incontroladas provoquen incendios forestales que no se dan solamente en zonas boscosas sino también en tierras de uso agrícola y ganadero que incluyen pajonales, herbazales y matorrales. En Bolivia se puede afirmar que el 81% de las emisiones son por estas causas. (Rioja Ballivián, 2021, p. 13)

Esse entendimento é crucial para que não haja a banalização da motivação das causas das enchentes, que muitas vezes é reduzida a “mudanças climáticas”. Em verdade, essas catástrofes são resultado dos usos do território que, nesse caso, estão sobre a floresta amazônica. Rioja Ballivián (2021) também afirma que um dos efeitos mais prejudiciais causados pelo desmatamento é a redução do nível do rio em períodos de estiagem, bem como o aumento extremo do nível da água na época de chuvas e consequente cheia dos rios.

Cada vez mais fortes e mais frequentes, as secas e cheias se tornaram um verdadeiro drama vivido pelos povos de fronteira na região do Alto Acre, no qual no período da presente pesquisa (2022 a 2024) foram registradas duas enchentes em anos seguidos pela primeira vez na história (em 2023 e 2024), no qual a de 2024 bateu o recorde histórico de subida do rio.

¹⁷ “Los aumentos de sequías severas en la Amazonía han recibido mucha atención por parte de los investigadores. Sin embargo, lo que realmente destaca es a largo plazo es el aumento en la frecuencia y severidad de las inundaciones. Con algunas excepciones menores, ha habido inundaciones extremas en la cuenca del Amazonas cada año entre 2009 y 2015” (Barichivich, J. 2018).

¹⁸ “Comprender los efectos directos del cambio climático en relación con los peligros naturales es fundamental para identificar y predecir los peligros, y estimar los impactos para el desarrollo de estrategias de manejo adaptativo” (Holmes, R.R., et al. 2012).

Um ponto positivo que pode ser observado nessa questão das enchentes diz respeito à necessária ação social de defesa civil integrada entre as instituições públicas dos três países banhados pelo Rio Acre, no qual necessitam agir conjuntamente na defesa de suas respectivas populações para alertar e evacuar as populações ribeirinhas dos municípios ali instalados. Mais a montante do rio Acre está o município de Iñapari, pertencente à Madre de Dios (Peru), e é por lá que o respectivo rio é monitorado, a fim de alertar e dar tempo de organizar e executar ações de prevenção de perdas e de evacuação das populações dos municípios mais a jusante do Rio Acre.

Esse ano (2024) o recorde de 2015 foi batido e a recorrência e maior aumento do nível de água apontam para ações humanas (usos do território) contraditórias ao funcionamento natural da floresta, que perde sua capacidade de infiltração da água do solo e conseqüentemente (e abruptamente) enche o rio Acre com velocidade.

Em entrevista com moradores da região, constatou-se grandes dificuldades em lidar com as enchentes. É muito difícil ter que evacuar anualmente para sobreviver a isso, e muitos relataram que apesar dos esforços da defesa civil, devem se virar como podem para proteger seus bens materiais da água do rio.

A desigualdade socioterritorial que faz com que os moradores à hinterlândia dos rios não consigam se mudar para pontos mais altos da cidade esbarra na vulnerabilidade socioeconômica da região. Muitos moradores relataram não se mudarem dali por não terem outro lugar pra morar, logo permanecem submetidos as conseqüências de usos predatórios do território, tornando mais desafiadora a resistência nesse território. Esse é “apenas” mais um drama vivido pelas populações de fronteira residentes as margens do Rio Acre.

No próximo e último capítulo o foco será nos usos do território, como recurso e como abrigo, na fronteira. Serão demonstrados os diversos usos, bem como a sobreposição de usos do território ulteriores. Outro ponto a ser abordado no próximo capítulo, diz respeito às diversas resistências dos agentes hegemônicos no território fronteiriço, no qual unido às questões regionais apresentadas neste capítulo, caracterizar-se-á os usos do território na escala do lugar – a vida em movimento sob a perspectiva do agente hegemônico que sobrevive no território de fronteira (Santos, 2000).

CAPÍTULO III – USOS DO TERRITÓRIO NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA (BRASILÉIA, EPITACIOLÂNDIA E COBIJA): A CONSTITUIÇÃO DOS LUGARES FRENTE OS MOVIMENTOS DO MUNDO GLOBALIZADO

Ao refletir acerca dos fatos socioterritoriais observados em duas saídas de campo (2022 e 2024) para essa fronteira Brasil–Bolívia na Amazônia, recorre-se novamente aos ensinamentos de Milton Santos sobre a aplicação do conceito de território usado. Santos (2000) assegura que os distintos atores não detêm o mesmo poder de comando, levando a uma pluralidade de ações advindas da coexistência dos atores hegemônicos com os hegemonzados. Desta trama, tem-se a disposição única dos lugares (Santos, 2000, p. 12).

Os atores hegemonzados têm o território como um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares. É neste jogo dialético que podemos recuperar a totalidade (Santos, 2000, p. 12-13).

Segundo Santos (2000), o território usado tem sua historicização específica em função das dinâmicas das formações socioespaciais, constitui-se, em outras palavras, de um complexo enredo de relações complementares e conflitantes que se conectam dialeticamente. Aí reside a consistência do conceito, pois faz pensar processualmente as correlações entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo, afirma o autor.

O complexo enredo das relações socioespaciais observadas empiricamente na fronteira em estudo, aponta para uma singularidade-mundo única. Usam-se os territórios amazônicos com base em comandos exógenos oriundos do capital internacional, pois têm maior poder de comando, articulando-se na esfera política e usufruindo de maior capital financeiro para investimentos em grandes empreendimentos financeiros; o que gera lugares repletos de contradições socioterritoriais em prol do lucro concentrado, fruto do uso do território estranho e exógeno ao lugar.

Há também aqueles que usam os territórios de formas pensadas de dentro para fora, melhor se adaptando a dinâmica natural da floresta e dos rios, e adquirindo renda com isso; é a esperança que vem dos extrativistas-agricultores.

A grande questão é que esses produtores extrativistas e agricultores geralmente são minoria, e acabam por ter que se adaptar aos usos vorazes e a psicoesfera amesquinhada do grande capital para resistir no território; sem se deixar levar pelas voracidades de usos do território comandados pela burguesia articulada ao mercado agropecuário. Os trabalhadores extrativistas e pequenos agricultores que vendem nas feiras locais e que vivem nos ramais que demarcam antigas colocações seringalistas esperam alternativas de usos do território mais harmoniosas e íntimas a dinâmica natural da floresta.

Se de um lado há o uso do território comandado por agentes hegemônicos externos que mercantilizam o território o usando de forma vertical, predatória e articulada político-financeiramente aos usos da burguesia regional interessada no lucro a qualquer custo – afinal desmatam para o plantio de pastagem ou de monocultura e canalizam, poluem e provocam assoreamento dos rios e igarapés para seus fins econômicos. Por outro lado há os usos da classe trabalhadora local empreendedora, que resiste no território usando-o de forma a manter a floresta amazônica de pé e exportando suas produções com valor agregado de produtos oriundos da reserva extrativista; ou seja, da floresta saudável, de rios e igarapés limpos.

As contradições de usos do território podem ser observadas quando se caracterizam e se analisam as diversas formas de uso do mesmo, é isso que será apresentado nesse terceiro capítulo. Assim, por meio da caracterização dos usos do território e analisando as estratégias de sobrevivência no mesmo, compreender-se-á a constituição dos lugares nessa fronteira Bolívia-Brasil, o dito jogo dialético que possibilita recuperar a totalidade, como afirma Santos (2000).

Outro ponto de necessária relevância a ser considerado nos resultados de campo, se refere à psicoesfera e a tecnoesfera reinante no território neste espaço-tempo presente ao qual se dá a presente pesquisa. É claro que, desde a hipótese, aponta-se para a agropecuária, sobretudo a pecuária, como principal atividade econômica de uso do território nos municípios transfronteiriços em questão; o que foi se confirmando ao se analisar os resultados dos usos do território nas margens da estrada do pacífico. Portanto, é necessário dialogar sobre uma objetiva abordagem conceitual acerca da psicoesfera e da tecnoesfera, conceitos resultantes do enorme legado do professor Milton Santos.

3.1. Tecnoesfera e Psicoesfera, a configuração das mentes para os usos do território nos municípios transfronteiriços em estudo

A tecnoesfera resumidamente se refere à esfera técnica do território, isto é, os objetos construídos e fixados sobre o território para usos do mesmo, como por exemplo, o asfaltamento da BR-317, a estrada do pacífico. O asfalto é um objeto técnico construído pelos seres humanos e fixado sobre o território que, neste caso, é de característica florestal úmido; especificidade que implica a necessidade de construção de várias pontes ao longo da estrada que perpassa sobre rios, as pontes são outra técnica humana. Portanto, a esfera técnica é tudo isso que o ser humano faz e fixa sobre o território, de modo a usá-lo para acelerar o fluxo de mercadorias e pessoas, para fixar usos para moradia e comércio, ou seja, outras técnicas humanas construídas sobre o território, sobre antecessores usos do mesmo, no qual se sobrepõem usos do território ao longo do tempo humano na Terra (Santos, 2006). É por isso que existem rugosidades espaciais – que são objetos técnicos que evidenciam antigos usos do território num tempo-espaço anterior ao atual, são rugas espaciais presentes no território (Santos, 2006; Souza, 2019).

Para Santos (2006), a tecnoesfera é dependente da ciência e da tecnologia e se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio, se instalando no território de forma a traduzir interesses distantes. Em suma, para Milton Santos, a tecnoesfera é o mundo dos objetos e a psicoesfera é a esfera da ação; ambas constituem a base operacional de novos automatismos sociais, afirma o autor.

A psicoesfera é a esfera psicológica-psíquica-subjetiva humana embrincada aos efeitos perversos da globalização, ou seja, em relação dialética que resulta na singularidade do ser contemporâneo na Terra usando o território. A individualidade humana, em constante relação de ação e reação a totalidade do mundo, resulta no consumo da esfera técnica impulsionada pela propaganda, pelo marketing e pelas ideologias humanas no mundo (Santos, 2006). É por isso que fortes embates histórico-geográfico-ideológicos são travados, no qual a tendência – no espectro do capitalismo – é a de preponderância da narrativa e concepção de desenvolvimento dos países dominantes no capitalismo. Esses não estão dispostos a perder tudo que conquistaram ao longo de séculos de exploração, logo, querem adequar todo o território global a seus interesses, de forma a manter esse abismo secular, reservando aos países em desenvolvimento mais exploração e mais usos vorazes e

predatórios em prol do lucro financeiro. Para isso, precisam configurar as mentes do povo para aceitar a atual forma de uso do planeta, o atual modelo de desenvolvimento neoliberal capitalista, que nos empurra goela abaixo profundas crises socioterritoriais desde a chegada dos europeus.

Na América Latina sempre se esteve em meio à pobreza após a chegada da dita “modernidade” europeia: genocídio indígena, escravização de africanos, afro-brasileiros, inexistência de distribuição de terras, falta de moradia, racismo, xenofobia, fome, poluição e inúmeras outras mazelas trazidas, num primeiro momento, pelo modelo europeu escravocrata de desenvolvimento, e contemporaneamente (desde o pós-guerra segunda guerra mundial) pelas ditaduras militares estadunidenses e pelas frequentes tentativas e êxitos de golpes de estado que visam à continuidade do modelo neoliberal de desenvolvimento; estratégias essas que nos reservam a pobreza, ao endividamento, a insegurança social, a divisão de classes, ao mero fornecimento de matéria-prima [muitas vezes roubada, como afirmam Porto-Gonçalves (2005) e Galeano (2020)] e o aprofundamento de abissais problemas socioterritoriais.

O modelo de uso do território desencadeado pela fórmula neoliberal capitalista mantém o que é perverso, massacrante e padecedor, e os resultados de pesquisa servem para comprovar isso. A totalidade mundo, a pobreza mundial, os graves problemas ecológicos, a formação de facções criminosas e de organizações paramilitares, a perpetuação de guerras e muitas outras dores da atualidade desvelam todo esse modelo desumano e ganancioso de acumulação capitalista que nos autodestrói e nos desumaniza.

A transformação do ser humano cidadão em um ser humano consumidor, ou seja, moldado para um pensamento de mercantilização e consumo de tudo que há na Terra, para um pensamento que não questiona o sistema em que se vive e que não questiona os usos do território que apenas visam o lucro a qualquer custo, resulta no consumismo exacerbado e destrutivo (Santos, 2014). Milton Santos (2014), brilhantemente aponta para o que se chama de mutilação da cidadania, que é essa transformação do cidadão em consumidor. Esse é um indivíduo da classe trabalhadora amansado pelo sistema capitalista, é um não-cidadão configurado para ser aceitador de tamanhas mazelas e empobrecimentos em prol do consumo; é aquele que acredita que quem consome e ostenta é legítimo, merecedor. Mesmo que esteja em meio as piores catástrofes socioterritoriais provocadas pelo

capitalismo, mesmo que veja moradores de rua, crianças trabalhando e crimes bárbaros acontecendo, o consumidor continua a defender fervorosamente o sistema capitalista, foi configurado para isso desde a educação primária, foi cooptado. A depender de quem nos comanda, a história sempre é triste na América Latina, salvo a resistência dos cidadãos que enxergam a fábula da globalização e esperanças possibilitando outras formas de pensar e usar o mundo.

Todo um controle é necessário para continuar fazendo os ricos ficarem cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, pois o dito cidadão moderno é aquele que não faz nada em face de injustiças, é o pacífico destituído de memória; essas rédeas também são necessárias para justificar a poluição dos rios e mares, o desmatamento e queimadas, o agrotóxico na comida, a falta de saneamento básico, enchentes e secas, bem como todas as outras mazelas que se vê no território.

A fluidez das mercadorias que transitam no sistema capitalista precisa disso, pois é preciso pensar que o presente e o futuro é desmatar e criar gado, pois “quem vive bem faz isso mesmo, então que façamos também”. Essa ironia é um exemplo de como se dá a psicoesfera, isto é, como um pensamento já solidificado e inquestionável, como uma concepção engessada, como uma verdade absoluta; assim se mantém as perversidades frente aos usos do território e a mutilação da cidadania no mundo. Diuturnamente bombardeando os cidadãos com propagandas, marketing e estilos de vida consumistas. Massificam-se as concepções ideológicas ortodoxas de se pensar o mundo que colocam o norte global como avançado, normalizando a subalternização e a humilhação na América Latina.

Para Santos (2006), a psicoesfera é concebida como o “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido”, sendo entendida como uma nova codificação das mentes que modifica as imposições do presente; um conjunto de fés, desejos, hábitos, linguagem e sistemas de trabalho associados ao espírito de uma época. Isto é, o espírito dessa época é o do desmatamento e pastagem, é o da plantação de soja, é o das queimadas, enchentes e secas. Tudo isso em prol do lucro de específicos mandatários que em nada reverbera para a felicidade e segurança de um povo; muito pelo contrário, a classe dominante se cerca em condomínios residenciais, enquanto o povo resiste como pode nas ruas, florestas e campos da Amazônia, e nos diversos territórios do mundo.

Milton Santos entende que a psicoesfera funciona como uma nova configuração das mentes que se adaptam as exigências do presente,

proporcionando concepções que apontam para uma redutibilidade entre si, qual seja a psicoesfera e a tecnoesfera. Essa redutibilidade constitui o meio técnico-científico informacional, requisito para o uso do território pelas grandes corporações, completa Souza (2019).

“considerando a natureza do espaço geográfico como um conjunto de sistemas de objetos indissociável dos sistemas de ações e tomando o conceito de território como dimensão política do espaço geográfico, poderíamos definir “psicoesfera” muito mais como um fator em duplo sentido: ela não é isolável e acha-se entretecida à esfera técnica do território e, portanto, a um momento nodal histórico e, sem nenhum romantismo de nossa parte, poderíamos dizer, - é o espírito de uma época (Zeitgest). “Psicoesfera” é paráfrase virtuosa de Milton Santos para o conjunto de crenças, desejos, hábitos, linguagem, sistemas de trabalho, associados ao espírito de uma época” (Kahil, 2010, p. 477).

Para Kahil (2010), partindo da ideia miltoniana de que o espaço geográfico é um conjunto de sistemas de ações inseparável dos sistemas de objetos, pode-se realizar a análise do espírito de nossa época, e claro, sem retroceder a visão entre essência e aparência, entre o que é real e o que é imaginado, entre objetos e ações, entre o lugar e o mundo. Para a autora, este exercício de análise permite compreender que o que é o real não é a teoria, sendo, na verdade, a interpretação do real pela experiência de que orientam os conceitos construídos. Isso é muito importante para entendermos esses “cidadãos” que defendem um sistema econômico autodestrutivo, interpretando o real a partir de óticas delirantes.

Sabe-se que em Milton Santos (2006), psicoesfera e tecnoesfera se complementam mutuamente, por isso a esfera técnica, ainda que considerada sistema de objetos técnicos, não poderia ter utilidade ou significado em si. Para o autor, os objetos (naturais ou artificiais) têm independência de existência devida à sua constituição material, todavia, não têm autonomia de significação; tendo, portanto, existência relacional (a relação entre sujeito-objeto). É nesse sentido que Costa e Scarlato dizem que, por meio do método, “a singularidade geográfica é revisada pelo empírico”. Nesse viés, os conceitos resultam de levantamentos teóricos e empíricos da análise do território usado, que convoca questões sobre o real, refazendo os passos do pensamento que possibilita endossar o espaço geográfico como categoria (Kahil, 2011; Costa e Scarlato, 2019).

Assim, após uma objetiva conceituação da psicoesfera e da tecnoesfera, utilizar-se-á da análise do espaço geográfico como categoria para caracterizar os usos do território na fronteira em estudo.

3.2. Agentes hegemônicos e agentes hegemonzados: os usos do território como recurso e como abrigo na fronteira Brasil-Bolívia no Alto Acre

Após os ciclos da borracha, os seringueiros (e as seringueiras, e os indígenas “caboclados”), passam a ser reconhecidos como povos que vivem na e da floresta. Todo o processo de conquista da fronteira passa a ser um processo de resistência seringueira-castanheira e indígena a novos atores hegemônicos que compram os antigos seringais “abandonados” pelos seringalistas (Costa, 1998; Martins, 1982).

Sant’Ana Júnior (2011) afirma que os desflorestamentos e expulsões de seringueiros estavam diretamente ligados ao projeto do Governo Federal, endossado pelo Governo do Acre, de *pecuarizar* a economia acreana. O autor diz que os governos militares fizeram fortes propagandas no centro-sul do Brasil, a fim de incentivar a compra de terras na Amazônia; e que Slogans como “Amazônia: uma terra sem homens para homens sem terra” ou “Produza no Acre e exporte pelo Pacífico” resultaram na chegada de fazendeiros oriundos de outras regiões do país, ficando popularmente conhecidos pelos acreanos como “paulistas”.

Sant’Ana Júnior (2011) também afirma que esse projeto de governo fez com que houvesse consequentes derrubadas de trechos da floresta, chamadas de “limpeza de áreas”, para inserção de pastagens; essas ações sobre o território expulsaram seringueiros que sobreviviam nas e daquelas florestas, pois retiravam árvores, animais e pessoas; o que gerou movimentos de resistência por parte dos seringueiros e sucedeu-se em acentuados conflitos pelo controle e uso de territórios.

Segundo Martins (1982), a partir de 1970 os seringais do Acre mudaram de mãos, pois passaram dos antigos seringalistas para os empresários do Sul e do Sudeste do Brasil e para grupos privados multinacionais – isso sob pressão do governo. O autor relata a fala de João Maia – membro da Contag (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura) – ao relatar que o ano de 1976 foi marcante; a jagunçada queimava casas de seringueiros, violentava posseiros, praticava violências generalizadas, mortes e expulsões arbitrárias. Nessa ocasião, ou se ocupava a periferia de Rio Branco, Tarauacá, Sena Madureira, formando profundos cinturões de miséria, ou emigrava para os seringais da Bolívia; daí o grande êxodo para esse país vizinho.

Martins (1982) afirma que com a compra dos seringais brasileiros pelos investidores do Sul, o seringueiro foi expulso de suas terras, donde vivia há 10, 20,

30 anos, lhes restando migrar para a Bolívia. Estima-se que foram desalojadas no mínimo cinco mil famílias somente no Estado do Acre, totalizando ao menos 25 mil pessoas, afirma o autor. Esse é o enredo específico e emblemático de historicização dos usos do território na fronteira Brasil – Bolívia no Alto Acre da Amazônia.

3.2.1. Pecuária, uso do território como recurso

Atualmente, a pecuária é um dos principais usos do território nos municípios de Brasiléia e Epitaciolândia, pertencentes ao Alto Acre, sub-região que aponta para esses usos desde o município de Rio Branco, capital do estado do Acre, e segue ao longo da estrada do pacífico até Assis Brasil, na tríplice fronteira com Bolívia (Bolívia) e Iñapari (Peru). Esse trajeto passa por Epitaciolândia e Brasiléia, que não fogem a “regra” de uso do território para pastagens e criação de gado, ou de outros animais. O desmatamento que margeia a estrada aponta para isso (ver figura 14).

Observou-se que ao longo da grande maioria do trajeto citado, a paisagem que a vista alcança vê pastagens e gados sobrepondo à floresta amazônica. Vê-se claramente que a psicosfera da população acreana se configura para a percepção de que quem trabalha com a criação e comercialização de gado vive melhor, se moderniza e se adapta economicamente. Nesse caso, os usos do território estão voltados para o acúmulo de capital advindo deste ramo de atividade econômica, sendo disseminado por entre grandes e pequenos pecuaristas.

As imagens indicam que o pasto é um tipo de uso corporativo do território em que o mesmo é usado como recurso (Santos, 2000). O território como recurso é uma constante proposta do mercado para a Amazônia, no qual no Acre a economia pecuarista usa o território para criação e abate de animais com vistas à comercialização para municípios brasileiros e para exportação.

É importante notar que por onde passa a estrada interoceânica, ou estrada do pacífico, uma marca de desmatamento a acompanha. Os rebanhos estão localizados justamente nas margens da estrada que interliga ramais¹⁹, por entre as glebas de terra dos pecuaristas, agricultores e extrativistas.

¹⁹ Estradas de terra vicinais utilizadas para fluidez e mobilidade por entre os territórios florestais e rurais.



Figura 14 - Rota da Estrada do Pacífico (BR-317) de Rio Branco (capital do Acre) até Assis Brasil (tríplice fronteira). **Fonte:** Google Earth, 2024.



Figura 15 - Pastagem, rebanho bovino e floresta amazônica (ao fundo); foto retirada em trecho da estrada do pacífico em Brasileia. **Fonte:** acervo do autor, 2022.



Figura 16 - Trecho da BR-317 entre Brasiléia e Assis Brasil. Demonstra a constante paisagem que margeia a estrada do pacífico: usos do território para pastagem, criação e abate de rebanhos bovinos. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

As *figuras 14, 15 e 16* deixam bem claro que a fluidez da estrada é também a fluidez para o desmatamento, no qual a sobreposição de usos do território mais observada é a de criação de gados bovinos: para produção de derivados, ou para futuro corte em abatedouros.

Em entrevista de campo realizada com servidores públicos dos órgãos de defesa do meio ambiente, como o ICMBio²⁰ e IMAC²¹, por exemplo, compreendeu-se que o abate dos animais é feito por outras empresas especializadas nesse serviço. Em Brasiléia há dois abatedouros e em Eitaciolândia há um, isso é recente, afirmou o agente do ICMBio.

Antigamente, o abate era feito apenas em outros municípios acreanos, principalmente na capital Rio Branco. Atualmente, vacas e ovelhas são abatidas localmente, em Brasiléia ou Eitaciolândia mesmo. Esses Bovinos e Ovinos atendem as demandas internas de carne e derivados animais, abastecendo o mercado local que compra nos municípios de fronteira.

²⁰ Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, autarquia pública federal do Brasil vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

²¹ Instituto de Meio Ambiente do Acre.

Já bois e bezerros geralmente são mandados para fora de Brasiléia e Eпитaciolândia pra fazer o corte. Quem fica com bezerro e o cria até ficar apto ao abate, vende para fora do Acre também: costuma-se vender para a JBS²², localizada em Rio Branco, afirmou o agente do ICMBio. Por fim, segundo entrevista em campo, investigou-se que apenas uma empresa é credenciada para trabalhar com o corte e posterior exportação. Essa única empresa de corte para exportação opera em Rio Branco e exporta, principalmente, para a China.

No período de investigação da presente dissertação, o aumento do número de abatimentos de bovinos no estado do Acre entre 2022 e 2023 foi de 38,2%, segundo o IBGE. O rebanho de bovinos no estado acreano já ultrapassa 4,6 milhões de cabeças de gado, superando em quatro vezes a população humana do estado.

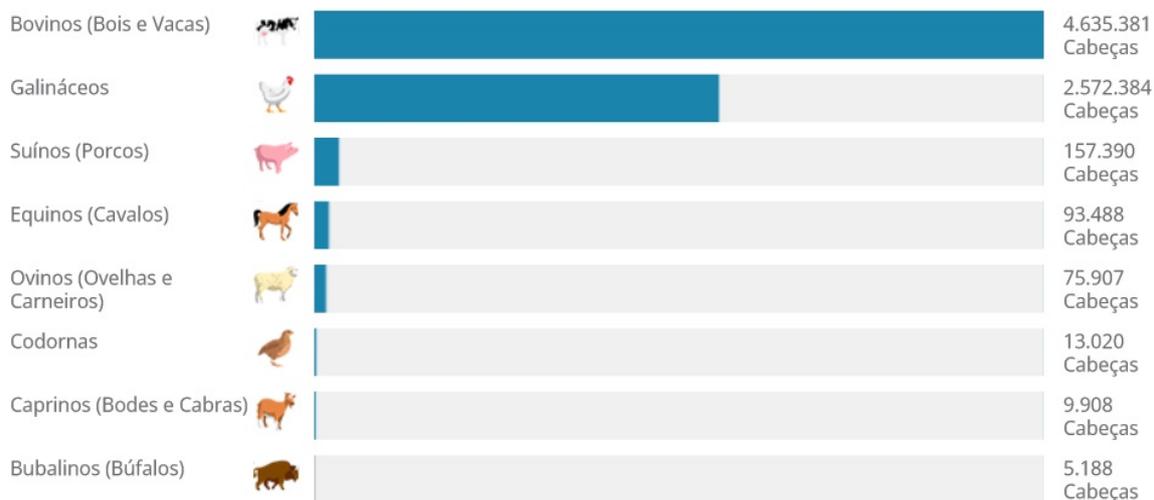
No período da presente pesquisa (2022 a 2024) o Acre teve o reconhecimento internacional de zona livre de febre aftosa sem vacinação, conquista lembrada pelos funcionários do IDAF em entrevista feita em saída de campo. Com a adesão ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal no Estado do Acre [SIE] ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal [Sisbi-POA], abrem-se possibilidades para a expansão das exportações.

Segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM) organizados e apresentados pelo IBGE, dos bovinos produzidos no Acre, Brasiléia totaliza 352.222 cabeças de gado, e Eпитaciolândia contabiliza 173.534 cabeças de gado. Já os galináceos totalizam 30.185 cabeças em Brasiléia e 19.996 em Eпитaciolândia.

Os maiores produtores são Rio Branco (619.876 cabeças), Sena Madureira (486.021 cabeças), Senador Guiomard (392.960) e Porto Acre (367.660). Senador Guiomard é o município de maior produção de galináceos do estado acreano, contando com 209.330 cabeças em 2022.

²² JBS é uma multinacional de origem brasileira, reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos. Com sede na cidade de São Paulo, a Companhia está presente em mais de 20 países. É uma empresa brasileira do setor de alimentos fundada em 1953 em Goiás. A companhia opera no processamento de carnes bovina, suína, ovina, de frango, de peixe e *plant-based*, além de atuar no processamento de couros.

Ranking IBGE – Pecuária – Rebanhos do estado do Acre (2022)



Fontes

PAM: Valor da produção, Quantidade produzida, Área colhida, Rendimento médio, Maior produtor

PPM: Tamanho do rebanho, Maior produtor

Figura 17 - Ranking da produção pecuária no estado do Acre, rebanhos em 2022. **Fonte:** IBGE, <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/ac>. Acesso em julho de 2024.

Produção Pecuária de Galináceos no Estado do Acre em 2022

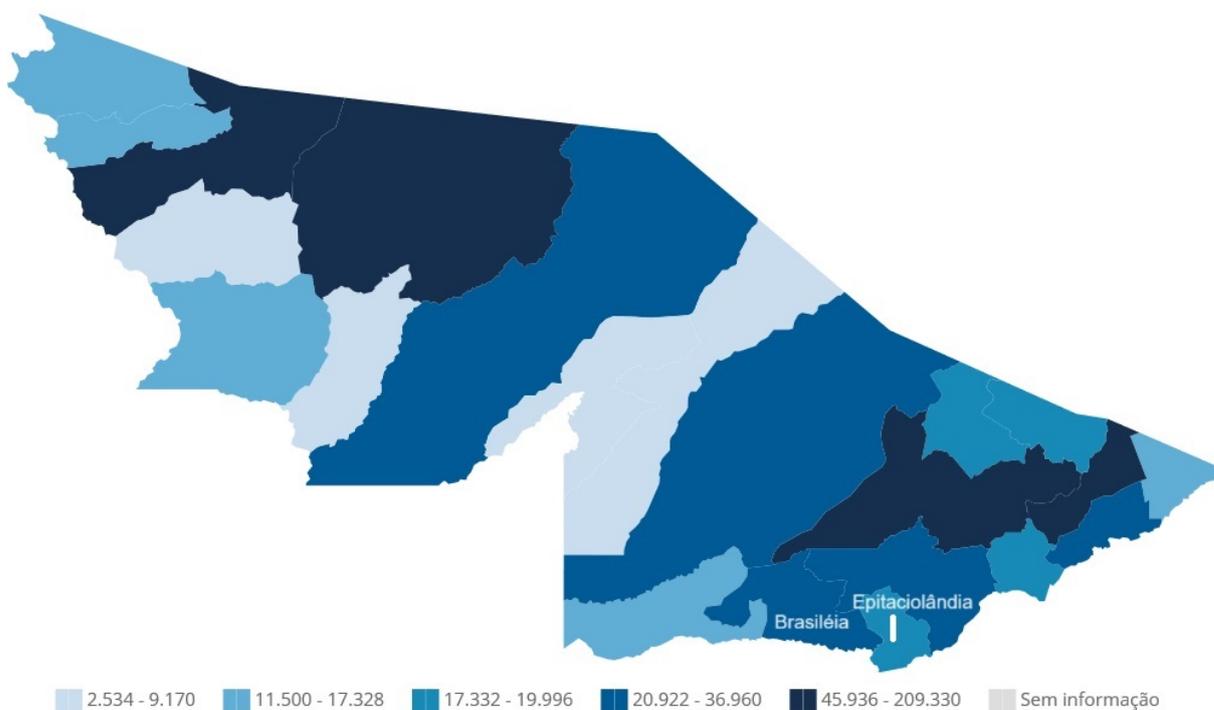


Figura 18 - Produção pecuária de Galináceos no estado do Acre. **Fonte:** IBGE, <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/galinaceos/ac>.

Produção Pecuária de Bovinos (Bois e Vacas) no Estado do Acre em 2022

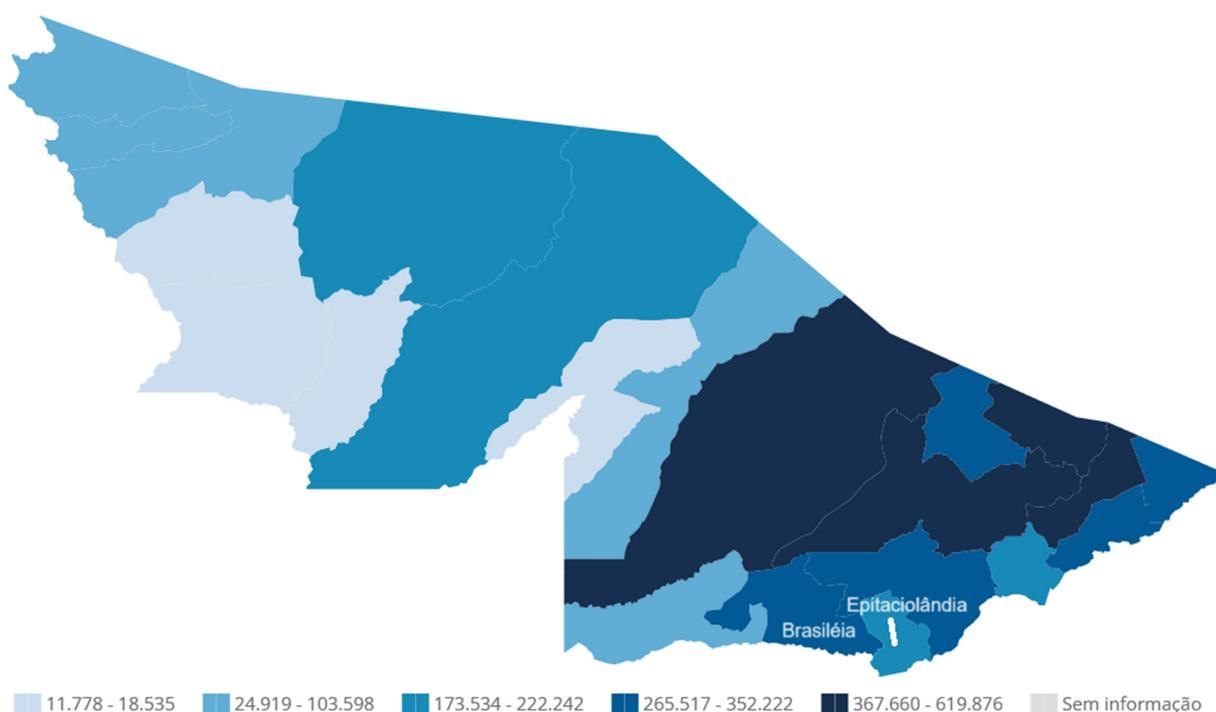


Figura 19 - Produção Pecuária de Bovinos (Bois e Vacas) no Estado do Acre em 2022. **Fonte:** IBGE, <<https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/bovinos/ac>>.

No território de fronteira em estudo, no que tange a produção de galináceos, percebeu-se a relevante atuação da empresa *Acreaves*. Já na produção de suínos, a empresa *Dom Porquito* se destaca. As duas empresas citadas estão localizadas em Brasiléia e usam o território para a criação e abate de aves e suínos. Observou-se que ambas estão conectadas à estrada do pacífico no trecho entre Brasiléia e Assis Brasil, na tríplice fronteira Bolívia-Brasil-Peru; o que acaba por reiterar a importância da esfera técnica (estradas, pontes etc) para a consequente fluidez econômica na região. Sem a estrada interoceânica, dificilmente haveria a criação, comercialização e exportação de carne e de derivados de animais.

As teorizações de Milton Santos acerca da necessidade da propaganda, da configuração das mentes para o consumo, são ativadas pela percepção empírica. Aliado a essa configuração da psiquê, é preciso, concomitantemente, viabilizar a fluidez através de densas espessuras técnicas que tornem lucrativos os fluxos financeiros no atual mundo capitalista; ou seja, é preciso consumir a esfera técnica.



Figura 20 - Fábrica de ração da empresa Acreaves. **Fonte:** Acervo do autor, 2024.



Figura 21 - Fábrica da empresa Dom Porquito (suínos). **Fonte:** Acervo do autor, 2024.

As empresas demonstradas são claros exemplos de fixos²³ que se utilizando dos fluxos²⁴, usando o território, proporcionam a lucratividade e o uso do território de forma corporativa, o território como recurso. Entretanto, há grandes desigualdades na distribuição de ferramentas técnicas, bem como aperfeiçoamento e acompanhamento técnico-científico para empreendimentos de menor porte; os empreendedorismos horizontais, que partam de agentes hegemônicos. Os negócios agropecuários vistos em campo sempre apontavam para estímulo de desenvolvimento sustentável, entretanto o que se viu sempre foi sobreposição do uso florestal por usos exógenos como o da pecuária e também o de monoculturas agrícolas (ver subcapítulo 3.2.3.), o que é totalmente contraditório com a ideia de desenvolvimento econômico e social que use o território sem agredi-lo vorazmente.

A grande reflexão aqui é a de endossar que essa configuração para a produção e consumo exógenos ao lugar amazônico acaba por manter ou agudizar grandes desigualdades socioterritoriais. A quantidade de hectares de terra é completamente desigual, a renda também, assim como o acesso a crédito em bancos que financiam projetos agropecuários. O acesso a maquinário e a ferramentas que aperfeiçoem a produção também são seletivos e cada vez mais do domínio político, os fluxos não são iguais para todos (Santos, 2014).

Observam-se diferentes seletividades espaciais, no qual os fluxos são selecionados politicamente, os empreendimentos pecuários são preteridos em detrimento de outras possibilidades de empreendimento econômico que usem o território de maneira a não sobrepô-lo de forma predatória. Não é difícil encontrar nos noticiários acreanos o posicionamento do atual governo estadual (2022 – 2026), que é o de ampliar o cultivo de soja, bem como fortalecer o mercado bovino. Assim, afirma-se que a disputa pelos usos do território continua a antagonizar desigualmente extrativistas-agricultores versus agropecuaristas.

²³ Entendem-se como fixos, de acordo com Santos (1994), os objetos materiais, isto é, aquilo que é concreto, material, que sofreu um processo de transformação ou criação humana e passou a adquirir uma função, um sentido. O espaço é o maior conjunto de objetos existentes, e é construído por estes fixos, que são as casas, portos, armazéns, plantações, fábricas, dentre outros, diferenciando-se entre fixos públicos e fixos privados (Santos, 2014, pág. 141-142).

²⁴ Santos (2008, p. 62), afirma que “os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modifica”. Importante destacar que “os fluxos não tem a mesma rapidez. A velocidade de uma carta não é a de um telegrama, um telex, um fax. Os homens não percorrem as mesmas distâncias no tempo, dependendo dos meios com que contam.” (Santos, 2008, p.104). Os fluxos estabelecem ligações entre os fixos, no qual a definição dos fluxos deriva da sua qualidade e do seu peso políticos (Santos, 2014, p.142).

A disputa de poder também é outra consequência do conflito territorial, que é um conflito sobre como usar o território. É latente e se entrelaça a disputas ideológicas acerca de moldes de desenvolvimento socioterritorial e econômico que antagonizam o modelo agropecuário de sobreposição à floresta frente aos modelos de coleta extrativista, plantio de policulturas e manejo florestal, que usam o território de forma a manter a floresta amazônica de pé, e tornam rentáveis outros tipos de uso do território mais harmoniosos e endógenos à dinâmica natural da floresta úmida tropical.

3.2.2. Pecuária, território como recurso (e como abrigo): o pequeno produtor de gado

Com base na análise do espaço geográfico, em dados quantitativos, em mapas cartográficos e em entrevistas e percepções dos agentes hegemônicos que resistem no território, percebeu-se a forte influência e configuração das mentes para o uso do território com a finalidade de acumulação de capital financeiro a partir do lucro advindo da criação e abate de animais. Seja pela comercialização em grande escala, ou de média e pequena escalas, a ideia do criador de animais, do fazendeiro, é uma realidade inegável na cultura acreana atual; é a psicosfera dominante, o espírito de desenvolvimento econômico e de status social desse período de tempo-espaço analisado nessa pesquisa.

Em campo foram vistos muitos símbolos que remetem ao gosto cultural local por gado, como: rodeios (evento cultural que usa e comercializa o boi e o touro), muitas lojas de roupa “*cowboy/cowgirl*”, agropecuárias, uso de coletes de grupos de boiadeiros locais, lojas de automóveis para o campo/floresta (camionetes, quadriciclos), forte presença das músicas sertaneja e estilo musical piseiro, consumo do chá de tererê, ou seja, a região do Alto Acre atualmente possui forte influência cultural de uma identidade fazendeira, vaqueira, das regiões do interior do centro-sul do Brasil. Na própria opção política das últimas eleições na região, percebeu-se a força dessa psicosfera de pensamento desenvolvimentista centralizada na pecuária, no qual os candidatos mais votados são os que defendem esse modo de desenvolvimento econômico ruralista.

Segundo Hoelle (2020), a chegada da Cultura Caubói no Acre é perceptível ao se considerar aspectos da cultura rural/urbana no Acre. O autor afirma que esses processos foram desenvolvidos durante o processo recente de reocupação da região por paulistas interioranos e sulistas, trazidos por diferentes grupos migrantes que se apropriam do gado bovino, do boi, como insígnia da vida nesse novo local. A cultura *country* é moldada ao modo amazônico com roupas, músicas, danças, sendo apropriada por pessoas que são ex-seringueiros. É como se fossem cooptadas pelo modo de vida urbano com economia rural, o que relembra o conceito de cidades na floresta (Trindade Júnior, 2010) que aborda a racionalidade extrarregional das relações econômicas na Amazônia.

“Para se viver bem no Acre, hoje, é preciso trabalhar com gado, com touro ou com vaca”. Essa afirmação foi colhida de uma conversa com um pequeno produtor de gado (e ex-seringueiro), localizado em um ramal de Brasiléia. Ele vendia bezerros, litros de leite e cabeças de gado para abate; havia essa diversidade de produção. Tamanha a necessidade de resistir financeiramente no território rural acreano, comercializava com empresas, com atravessadores e com toda possibilidade de negócio que surgia, afirmou o pecuarista.

Esse pequeno produtor explicou que todos cuidavam das terras de todos na região, para que não perdessem animais. Ele tinha uma casa, seus filhos estudavam e possuía carro e moto; um típico trabalhador classe média do Brasil. Observou-se em suas falas uma percepção de que trabalhar “cortando seringa” já não valia mais a pena e dava muito trabalho; afirmando estar feliz no negócio do gado. Ele também explicou que os animais eram uma espécie de reserva financeira para emergências hospitalares, já que os hospitais mais estruturados estão distantes de Brasiléia.

A criação do gado como reserva de emergência financeira para saúde e outros imprevistos é uma realidade do pequeno pecuarista na Amazônia. Assim, caso haja a necessidade de pagar todo e qualquer imprevisto (como gastos com saúde, por exemplo), criam-se gados, galinhas e porcos para comercializá-los e adquirir renda em curto prazo. Percebeu-se que as estratégias de resistência são variadas e que elas contam com diversas artimanhas para usar o território e adquirir renda dele. Ainda que em moldes exógeno-predatórios (considerando que a criação de gado gera desmatamento, canalização de rios e igarapés, e uso de agrotóxicos para manter a pastagem), observa-se a objetividade em sobreviver e prosperar no

território florestal desigual. Viver num mundo perversamente globalizado, e em território distante dos comandos político-econômicos do Brasil, exige forte capacidade de adaptação econômica da classe trabalhadora (Santos, 2000). E é o que esse e outros produtores de gado fazem: resistem no território inserindo-se no mercado local ao alcance, precisam de renda financeira para (sobre)viver.

O pequeno produtor de gado é o registro mais claro da cultura que se dissemina desde a chegada dos migrantes “paulistas” na região. Ou seja, a partir de um encaixe econômico externo naquela parcela de território no mundo, produz-se de forma a atender demandas de consumo de carne regionais, ou a venda de bezeros para outros estados do Brasil; já que o grande produtor foca na exportação da carne para fora do Brasil. É perceptível que adentra, também, a soja no território acreano, principalmente devido à influência de uma burguesia regional de Rondônia, que também se instala no estado do Acre e traz as técnicas e modelos de cultivo agrícola da soja. Entretanto, isso se restringe a grandes produtores, os pequenos trabalham com gado e outros animais, ou são agricultores familiares camponeses.

Observa-se que os usos do território a partir do pequeno produtor pecuarista são, ao mesmo tempo, usos contraditórios ao lugar na Floresta Amazônica. Entretanto, em entrevista, percebeu-se que essa forma de uso do território é consequência da esfera técnica construída ao longo do processo de migração e sobreposição dos “antigos” usos do território voltados para a economia da borracha e da castanha. Como a estrada é articulada de forma a suprir a fluidez desse tipo de negócio na região de fronteira do Acre, caracteriza-se como emblemática e específica a forma de resistência no território desses agentes hegemonzados.

Em campo, in loco, relatos de cooperação entre os pequenos criadores de gado foram registrados: cada um cuida do seu terreno, do seu rebanho, mas também ajuda o vizinho pecuarista a cuidar das cabeças de gado, da mercadoria.

O uso do território se dá de forma mútua entre os pequenos produtores, no qual conjuntamente: criam e encaminham para corte o gado, delimitam, cercam e controlam suas glebas de terra, fazem a manutenção das estradas de terra do ramal de suas terras, se organizam e reivindicam as prefeituras a necessidade de construção ou manutenção das pontes e negociam com diferentes compradores.



Figura 22 - Criação de gado bovino de um pequeno produtor de gado em Brasiléia – Acre. **Fonte:** acervo do autor, 2022.



Figura 23 - Casa de um pequeno produtor de gado, touro, vaca e bezerro. Ao fundo as plantações para subsistência. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Essas situações desveladas pelo conjunto: território usado pela agropecuária, psicoesfera ruralista para consumo das técnicas e produtos do ramo agropecuário, bem como posicionamento político popular voltado para o uso agrário do território, evidenciam o poder da configuração das mentes embrincada a pressão econômica exógena que se articula com as burguesias locais.

Critica-se esse molde de desenvolvimento, devido ao mesmo perpetuar grandes desigualdades de distribuição e uso da terra, que são históricos problemas de gestão dos usos e da distribuição de terras no Brasil. É nítido que nenhum dos diversos sintomas ativados pela manutenção dessa forma de desenvolvimento econômico são considerados, e as políticas públicas de desenvolvimento são traçadas pelo próprio mercado financeiro, ou seja, visando o lucro e não o bem-estar social, a diversidade de produção econômica e a distribuição de terra e renda.

É preciso mais investimento nas universidades locais, valorização dos saberes tradicionais dos povos da floresta, bem como projetos de desenvolvimento rural e urbano íntimos a mesma, protagonizando-a. Não se veem bons resultados socioterritoriais, o que aponta para a necessidade de mudança. Posiciona-se dessa forma, pois os resultados negativos estão aí, quais sejam: zonas urbanas carentes de melhor infraestrutura urbana, pontes precárias, poluição do solo e das águas, falta de abastecimento de água para a população na estiagem, falta de polos industriais e de desenvolvimento tecnológico, mudança drástica na dinâmica de cheias e secas do rio Acre e seus afluentes – sim o uso do território influencia nisso, não são meras “mudanças climáticas”, são resultado dos usos do território –, perda de jovens para o crime organizado, conflitos territoriais, desmatamento e ocupação irregular de reserva extrativista, enfim, os atuais usos do território desvelam os problemas crônicos do sistema capitalista em meio à especificidade transfronteiriça na Amazônia. O *continuum* de crises continua e a falácia do desenvolvimento concentrado no agropecuarismo distancia os cidadãos transfronteiriços de verdadeiras soluções socioterritoriais e econômicas para sua região; repleta de possibilidades a partir da abundância e diversidade biológica da floresta e da proximidade de dois grandes países latino-americanos, a Bolívia e o Peru.

A grande questão é que, em campo, se observaram outras ideias de uso do território que pouco ou nada são selecionadas, não são estimuladas e/ou não possuem investimento. De fato, há fluidez territorial diferente para os agentes

espaciais que usam o território, há uma clara seletividade espacial (Santos, 2006). Os projetos políticos de governo (municipal e estadual) voltados para agricultura familiar estavam parados, os agricultores que vendiam nas feiras locais não tinham apoio do Estado ou do Governo do Acre; no máximo recebiam Bolsa família do governo Federal, não havendo nenhuma ajuda quanto a técnicas de cultivo, crédito para investimento em novas culturas ou qualquer outro tipo de incentivo creditício ou técnico. O único fomento observado foi o de uso do território das feiras de Brasília e Epitaciolândia como fixos de comercialização da produção agrícola, no qual os agricultores tinham suas barracas na feira cedidas pelas prefeituras locais para venderem suas produções agrícolas (assunto aprofundado no próximo subcapítulo).

Nas feiras também era comum encontrar a comercialização de suínos e galináceos, assim como se percebeu a presença de silvicultores que criavam peixes em cativeiro. Portanto, afirma-se que o desmatamento para pastagem e criação de animais para abate é uma crescente em constante crescimento no estado do Acre, se reproduzindo essa lógica de produção animal para abate nos municípios de fronteira em investigação.

Em Cobija também foram observadas criações de bovinos, ainda que não tão massivamente quanto no lado brasileiro da fronteira. Nesse assunto em específico, acredita-se que esse mesmo mercado tende a aumentar no lado boliviano, pois já são registradas críticas a esse modelo econômico nos artigos da revista científica *mapiense* (2015). As *ganaderías*, juntamente as plantações de coca trazida pelos migrantes bolivianos, já são uma realidade concreta dos usos do território na parcela florestal boliviana da região transfronteiriça em análise.

Por fim, afirma-se que a partir de análise dos usos do território, o que se vê são trabalhadores resistindo de diversas formas, buscando, em meio à totalidade mundo voraz global, soluções para viver melhor. Entretanto, nada justifica a falta de investimentos e de projetos de desenvolvimento que usem o território de forma mais harmoniosa as características naturais da floresta. É notável que a vontade política atual direcione seus esforços para a continuidade do mercado bovino na região, bem como pela instalação e/ou massificação do plantio de monoculturas que vem adentrando o estado do Acre desde a divisa com o estado de Rondônia. Monoculturas usando o território em plena floresta tropical-úmida é inexoravelmente um tipo de uso do território estranho e perverso ao lugar.

3.2.3. Monocultura e policulturas, usos do território como abrigo e recurso na região transfronteiriça do Alto Acre

Estar na Amazônia e ver uma castanheira isolada, cercada por pastagem, como espécie arbórea que testemunha o que fora a floresta um dia, é uma paisagem contraditória e, infelizmente, comum de se ver – fruto dos atuais usos do território. A pastagem para criação de animais é uma realidade muito presente na produção econômica na região do Alto Acre do Brasil, como visto anteriormente. No entanto, o que chama atenção agora são os esforços para viabilizar o plantio de monocultivos na região. Não é difícil encontrar notícias e posicionamentos públicos do atual governador do Acre acerca da questão, no qual o mesmo é favorável às economias da agropecuária – tanto a pecuária, quanto a agricultura intensiva de soja.

A soja vem se espalhando desde o estado de Rondônia, e tem adentrado esse tipo de plantio no Acre justamente pelo sudeste acreano, que faz divisa com o estado rondoniense, nos municípios de Senador Guimard, Plácido de Castro, Capixaba, Rio Branco, Porto Acre, Xapuri e Epitaciolândia, ao longo da rodovia federal BR-317. Os dois últimos municípios citados fazem parte da sub-região do Alto Acre e estão numa espécie de fase de adaptação ao plantio de monocultura, principalmente a da soja. Essa “adaptação” é justamente por ser uma espécie exógena, sendo necessário verificar se alguma praga de insetos afeta a produção, ou se alguma outra intempérie inviabiliza a produção monocultora em larga escala.

Assim, afirma-se que a produção de soja na região de fronteira em estudo é embrionária. Entretanto, na região que divide o Amazonas, Acre e Rondônia, já se tem caracterizado o que vem a ser uma espécie de “Matopiba²⁵” da Amazônia, chamada de Amacro²⁶. Resta saber se ao passar do tempo chegará com força a monocultura de soja no Alto Acre, e se continuará avançando esse tipo de uso do território como recurso; acredita-se que vontade política parece não faltar.

As monoculturas são claramente territórios usados como recurso, não se vê famílias residindo, nem criação animal e nem espécies leguminosas ou hortaliças. Toda a produção é de uma espécie só, toda a produção é para venda e lucro.

²⁵ Sigla para Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Bahia, o Matopiba representa a mais recente frente de expansão da fronteira agrícola brasileira.

²⁶ Sigla para Amazonas, Acre e Rondônia.



Figura 24 - Monocultura de milho financiada pelo Banco da Amazônia; localizada às margens da BR-317 entre Brasiléia e Assis Brasil. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Outras culturas puderam ser observadas em saída de campo em Brasiléia, como milho e plantio de eucaliptos, por exemplo. Algumas dessas plantações vistas em campo possuíam uma placa informando que ali era um empreendimento sustentável com financiamento do Banco da Amazônia (figura 24). Novamente o uso do termo “sustentável” é usado de forma banalizada pelo setor financeiro, pois o que há de sustentável numa monocultura cercada de pasto e que sobrepõe uma floresta tropical úmida repleta de multiculturas e de alta diversidade de espécies animais? Porto-Gonçalves (2005) já criticava, ao afirmar que o banco de desenvolvimento da Amazônia mais parece financiar projetos que destroem a Amazônia.

Souza (2009; 2019) já criticava o termo desenvolvimento sustentável, caracterizando esse termo como uma metáfora do capitalismo. Equilíbrio ecológico e meio ambiente são ideias questionadas pela ilustre geógrafa, que defende que analisemos o meio técnico-científico-informacional que usa os territórios e constitui os lugares nesse mundo globalizado e perverso em que se vive no presente. Em

meio às rédeas do capitalismo, entretecido a usos do território totalmente desequilibrados e guiados pela luz da alta produtividade que abastece o alto consumo, traduzem o que Santos (2020) chama de fábula da globalização. É uma verdadeira enganação achar que medidas mitigadoras, créditos de carbono ou reflorestamentos “para inglês ver” irão reequilibrar a dinâmica natural do planeta.

A busca por melhores usos do território é uma necessidade de vida ou morte para a sociedade global, é preciso pensar de forma totalizante e sistêmica. No entanto, o que se tem hoje são oligopólios e grandes conglomerados comandados pela burguesia global, que em nada sofrem as consequências de suas ações verticais vorazes nos diversos territórios do mundo. A extração desenfreada de petróleo continua, a manutenção de guerras e a manutenção da pobreza também, assim como as crises do sistema capitalista e as enormes desigualdades socioterritoriais no mundo.

Por mais que o termo “desenvolvimento sustentável” esteja em alta, seu entendimento e sua prática ainda estão a passos lentos, considerando-se uma psicoesfera do desenvolvimento que banaliza grandes ações destrutivas de territórios naturais no mundo. Se a classe trabalhadora realmente tivesse consciência de como o sistema capitalista funciona e de tudo que é destruído para alcançar esquizofrênicos índices de produtividade, certamente densas revoltas populares aconteceriam.

Os desastres causados por humanos continuam a acontecer, o sistema (através da mídia) continua falando que são catástrofes naturais do clima, e a população continua sem entender nada, carregada de argumentos articulados pelos setores neoliberais que fazem a propaganda do agro, do petróleo e de demais formas de acumulação capital destrutivas se perpetuarem. Recentemente, no governo federal brasileiro de 2018 a 2022, o ministro do meio ambiente argumentava que precisava “passar a boiada” já que a pandemia mundial desviava a atenção da população mundial, ou seja, os setores neoliberais querem é mais, e vão continuar querendo, descaradamente. Infiltram-se na política, nas estruturas públicas e continuarão usando armamento para ameaçar e/ou assassinar quem denuncia, se mobiliza ou se contrapõe a seus projetos maléficos de acumulação financeira. Toda essa reflexão é para que se pensem os problemas do mundo de forma sistêmica, a fim de unificar o desenvolvimento socioterritorial a melhores usos do território.



Figura 25 - Uso do território para plantio de vegetais: agricultoras familiares que plantam e vendem nas feiras de Brasília e de Epitaciolândia. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Em saída de campo pode-se conhecer o plantio da agricultora Rosemira, auxiliada por sua mãe. Rosemira apresentou um pouco de suas plantações enquanto ia trabalhando na terra. Ela explicou que era seringueira quando mais jovem, que cortava seringa na Bolívia, mas que hoje em dia trabalha apenas com a produção e venda de produtos agrícolas produzidos em sua terra, em sua casa. Ela vende em ambas as feiras da região, em Brasília e em Epitaciolândia, e possui clientes brasileiros, bolivianos e peruanos. Rosemira usa o território como abrigo e como recurso, reside em sua casa e também retira renda de sua produção agrícola.

Em conversa com integrantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Brasília, um dos membros afirmou que “é necessário plantar, pois na mata ciliar não dá seringueira e nem castanheira”. Isso revela que o plantio é intrínseco ao modo de vida extrativista, indicando que se perpetuam costumes adquiridos desde os primórdios da colonização seringueira. A subsistência dos trabalhadores que residiam nos barracões requeria o plantio dentro das colocações seringalistas, demonstrando que “a mulher extrativista não é apenas doméstica, ela tem que coletar da floresta e tem que plantar”, são triplas jornadas de trabalho.

O conjunto desses relatos e vivências colhidos em campo resulta na constituição de lugares de resistência aos moldes verticais de produção. Rosemira estava próxima de pastos, mas optava pelo plantio porque se sentia mais feliz nesse ramo. A agricultora revelou que foi seringueira até os vinte e oito anos de idade, e que hoje em dia, após casar, ter filhos e se tornar viúva, tem orgulho de adquirir renda de sua produção. Ela critica o governo, pois diz que apenas recebe um auxílio de seiscentos reais, e que problemas burocráticos para conseguir crédito rural, assim como atrasos no pagamento, impedem que haja uma maior produção de suas leguminosas e hortaliças.

Ainda acerca dos dados coletados em campo no STTR de Brasília, adquiriu-se outra percepção dos agentes hegemônicos, no qual um dos agricultores presentes me perguntou se eu conhecia a banana comprida, uma espécie de banana típica da Amazônia, e eu disse que sim, conhecia. Ele argumentou que essa banana é mal paga pelos atravessadores, mas que o produto tem potencial para ser vendido para fora, por sua qualidade, sabor e aproveitamento na culinária. Esse fruto se assemelha a banana da terra, e pode ser usado para fazer mingau, vitamina, frito no prato de comida, enfim, é consumido de muitas formas.

Se há atravessador, há clientes, há mercado consumidor. A falta de vontade política em abarcar produtores agrícolas camponeses é um sério problema ao desenvolvimento socioterritorial dos cidadãos transfronteiriços. Considerando a proximidade a outros países, a venda de legumes, frutas e hortaliças poderia ser muito melhor aproveitada; assim como o escoamento dessas produções para outros estados do Brasil, para países próximos sul-americanos e para outros continentes.

Outro ponto de destaque se deve a problemas de saúde desencadeados pela compra de comida industrializada nas zonas urbanas dos municípios. Um outro agricultor, na mesma conversa dentro do sindicato, disse que os extrativistas compram comida na cidade e adquirem câncer com o passar do tempo. Ou seja, os novos usos do território totalmente voltados para a sobreposição da floresta por usos pecuaristas também prejudicam o fornecimento de alimentação saudável não industrializada e/ou ultra processada. Vende-se a ideia da boa vida criando gado, mas em realidade isso mascara forte queda na qualidade da alimentação dos amazônidas, historicamente acostumados a abundância de alimentos e a água limpa, algo cada vez mais raro na atualidade regida pelo sistema capitalista.



Figura 26 - Feira do Agricultor Empreendedor de Brasília. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

As feiras de Brasília e Epitaciolândia reuniam muitos desses produtores, e se percebeu uma forte camaradagem entre os agricultores nos dias de feira, no qual vendiam seus produtos, socializavam entre si e com os clientes. Havia os produtores de legumes, frutas e hortaliças, os que vendiam pamonha de milho, bolo de milho e outros derivados do milho. Havia os que vendiam produtos farmacêuticos naturais, os que vendiam peixe criado, os que vendiam mudas de plantas, os que vendiam produtos industrializados (em sua maioria bolivianos), enfim, uma verdadeira diversidade de comercialização ocorria nas feiras.

A feira é um fixo que possibilita a fluidez da produção agrícola familiar. É uma tradicional forma de uso do território nos municípios transfronteiriços em estudo, no qual o escoamento da produção de agricultores familiares locais é feita. Nas feiras dos municípios transfronteiriços encontram-se muitos bolivianos que entram no Brasil para comprar os produtos alimentícios vendidos por ali. Em verdade, a clientela boliviana é crucial para a subsistência financeira dos agricultores brasileiros e todos os entrevistados afirmavam ter clientes bolivianos toda semana. Observou-se a venda de diversas espécies como: queijo, farinha, mudas de plantas, frango

caipira, peixe (tambaqui e pirapitinga), banana comprida, castanhas, temperos, pimentas, alface, couve-flor, cheiro verde, salsinha, pamonha, uva verde, mel, macaxeira, ovos, abóbora massa de tapioca, chuchu, melancia, limão e quiabo.

Outra agricultora, a Lêu, também era figura ilustre da feira de Eptaciolândia (na visão do presente autor). Lêu também era ex-seringueira, e relatava com precisão a forma como se coletava e defumava o látex, aprendeu tudo ainda criança. Ela era a típica amazônida apaixonada pela floresta, mostrava vídeos e fotos de macacos indo comer fruta em sua casa, dizia que eles sempre estavam por lá e que tinha uma das maiores castanheiras da região na rua da sua casa.

Lêu plantava banana, tangerina, araçaboi, cupuaçu, graviola, castanha, macaxeira e amendoim. Ela relatou que vendia polpa de cupuaçu para os Bolivianos, e que apenas ia para a feira de Eptaciolândia vender, não usava a feira de Brasília. Ela também relatou as dificuldades com incentivos do governo, no qual passou a receber ajuda apenas após sua aposentadoria. Disse que antes vivia apenas da produção, sem nenhum apoio financeiro ou técnico do governo brasileiro.

Ela relata que da castanha “arreia” em novembro, logo entendi que ela coletava castanha no período de safra da mesma. Era uma típica extrativista coletora e agricultora e dizia que “não quer enriquecimento, quer viver bem”. Ela produzia tudo no seringal fazenda e explicou, também, como era feita a compra e venda de terra nas colocações. Por meio de sua explicação compreendeu-se claramente a importância da luta por terra dos seringueiros, pois ela comprou uma parcela de terra justamente das colocações fruto dessa luta. Muitas dessas colocações, com o tempo, eram fracionadas pelos filhos dos seringueiros; e que esse movimento ia constituindo os lugares de moradia e produção dessas famílias que viviam da (e para) a floresta, em harmonia com a mesma, com os rios e animais.

Por fim, afirma-se que esses dois modelos de produção agrícola (a monocultura e a policultura familiar-camponesa e coletora florestal) antagonizam moldes de uso do território altamente distintos, no qual o primeiro usa o território apenas como recurso e o segundo como abrigo e recurso ao mesmo tempo. Da relação entre esses e em meio à totalidade mundo globalizada, constituem-se os lugares não urbanos dos municípios transfronteiriços da região do Alto Acre, expressando essas, e outras faces, dos usos do território na região em estudo.

3.2.4. Agroextrativismo²⁷, território como abrigo e como recurso: o extrativista-agricultor e as cooperativas de beneficiamento e industrialização da Castanha da Amazônia

Após percorrer cerca de cem quilômetros de asfalto, mais vinte quilômetros de estrada de terra, adentrou-se na Reserva Extrativista (RESEX) Chico Mendes, localizada dentro do município de Brasiléia, Acre. Visitou-se a agroextrativista Francisca, membra organizada, filiada e ativa da COOPERACRE e cidadã-moradora no território da Resex. Em entrevista, ela explicou como funciona a cooperativa, bem como quais foram os impactos na produção e valorização da castanha produzida dentro da RESEX para os produtores agroextrativistas.

Francisca disse que conheceu a cooperativa em 2012 e de lá pra cá foi aumentando sua participação junto à associação de extrativistas. Ela disse que em 2013 começou a comprar castanha para a cooperativa, que posteriormente industrializa e vende/exporta. Ela comprava de coletores de castanha locais e disse que pagava adiantado, para garantir a safra do produto, mas que muitas vezes não o obtinha, visto que o castanheiro vendia para o marreteiro²⁸ e a deixava sem a produção comprada e paga antecipadamente. Francisca disse que essa modalidade quase inviabilizou a cooperativa, o que fez com que mudassem o formato de compra e venda da castanha.

Atualmente, não se fazem pagamentos adiantados, a fim de tornar as relações econômicas equânimes entre os extrativistas. Ela diz que é necessária a filiação a cooperativa para a obtenção de benefícios de sócio, a fim de que os coletores possam vender para a COOPERACRE e assim serem pagos com um melhor e justo valor de mercado; relação comercial completamente diferente do que ocorria com os marreteiros, pois esses pagavam mal pelas latas de castanha, o que tornava desigual e desvalorizada a renda dos agroextrativistas.

²⁷ O agroextrativismo pode ser definido como a combinação de atividades extrativas com técnicas de cultivo, criação e beneficiamento; é orientado para a diversificação, consórcio de espécies, imitação da estrutura e dos padrões do ambiente natural, e uso de técnicas geralmente desenvolvidas a partir dos saberes e práticas tradicionais, do conhecimento dos ecossistemas e das condições ecológicas regionais (MAPA, 2020, Portaria n. 160).

²⁸ Espécie de atravessador e intermediador do mercado extrativista de Castanhas da Amazônia. Ele compra dos castanheiros e revende para consumidores finais.

Francisca esclareceu que todos podem se filiar à cooperativa, não sendo necessário ser pessoa jurídica para isso, basta ser cidadão com CPF que já pode vender para a COOPERACRE. A associação à cooperativa custa mil reais, é uma filiação vitalícia que garante benefícios ao filiado junto a COOPERACRE. Ela explica que se a lata de castanha custa, por exemplo, 38 reais para o não associado, para o associado ela vai ser valorizada e a cooperativa vai pagar 45 reais para cada lata de castanha. Ela diz que esse é apenas um dos benefícios, havendo outros e todos no sentido de valorizar os agroextrativistas filiados à cooperativa, de forma a fortalecer a cooperação entre os coletores de castanha e agricultores de frutas, assim como de outros produtos endógenos da floresta ou plantados na floresta.

A entrevistada explica que a COOPERACRE executa o trabalho de industrialização da produção de castanhas, de forma a agregar valor ao produto, por ser oriundo de reserva extrativista, logo da melhor qualidade. Ela explicou que a COOPERACRE desenvolveu um recipiente de metal que acondiciona a castanha e o preserva por um ano, sem a necessidade de refrigeração; apenas a temperatura da latinha já é suficiente para a manutenção da qualidade do produto (ver figura 28).

Para além da castanha, a cooperativa também industrializa polpa de frutas, borracha, palmito de pupunha e café, de forma a empreender negócios agroextrativistas aliados à preservação da diversidade natural e cultural da Amazônia. Ela nos informou que a cooperativa tem uma empresa de sapatos francesa como cliente, que compra as pranchas de borracha comercializadas pela COOPERACRE. Outros clientes internacionais também chamam a atenção: Estados Unidos, China, Chile e Alemanha compraram o mais recente produto industrializado pela cooperativa, o café, e gostaram muito. Francisca disse que compraram uma tonelada cada para “provar” e o resultado foi muito positivo, no qual dez toneladas já foram encomendadas e serão entregues na safra de café vindoura.

Francisca valoriza os membros da cooperativa e saúda Manoel Monteiro, que segundo ela é um cara muito inteligente, é o superintendente da cooperativa e um dos principais responsáveis pelo sucesso da COOPÉRACRE. Francisca também afirma que a mudança na vida dos agroextrativistas é enorme, que já houve tempos em que uma lata de castanha valia meros três reais e que hoje em dia a situação é muito melhor, pois conseguem se organizar e comercializar os produtos extraídos e plantados na floresta com valor justo, com dignidade e lucratividade.



Figura 27 - Plantio de Café dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 28 - Lata de Castanha do Brasil Fatiada, produto industrializado e comercializado pela COOPERACRE. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 29 - Sede da COOPAEB dentro da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasília. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 30 - Sede da COOPERACRE localizada na área central de Brasília, Acre. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Essa iniciativa de produção cooperada desmistifica a falácia de que a produção agroextrativista não gera lucro. É claro que existem desafios, como a fluidez no território que, muitas vezes, dificulta o escoamento da produção. Entretanto, de forma cooperativa solucionam-se os desafios relacionados a esse tipo de entrave também; assim como outras questões como ameaças por parte de fazendeiros próximos que não concordam com o agroextrativismo. A seletividade dos objetos técnicos para fluidez, como o asfaltamento, não contempla os extrativistas-agricultores; que sempre têm que contornar as dificuldades de fluidez territorial impostas pelas estradas de terra dos ramais.

Por fim, afirma-se que essa forma de uso do território é única no mundo, portanto de relevante caracterização. Por residir dentro da reserva extrativista, que é uma concessão de uso da terra fornecida pelo Estado brasileiro para moradia e produção extrativista, tem-se um tipo de uso do território como abrigo concomitantemente ao uso do território como recurso. Ou seja, ainda que os residentes da reserva extrativista sejam cidadãos e usem o território como abrigo para morar e viver; usam o território, também, como recurso; devido às atividades comerciais de extração de látex e coleta de castanhas, assim como a sobreposição da floresta por plantios de café, ou de outras agriculturas.

Certamente a experiência dessa cooperativa deve servir de orientação para novos usos do território na América Latina, sobretudo nos territórios de floresta tropical úmida. É preciso estimular usos do território que sejam pensados de dentro pra fora, que tenham a base da comunidade em sua formação, e que valorizem e dignifiquem a vida dos povos hegemonzados vivendo na floresta. Distribuir oportunidades de moradia e de inserção e equilíbrio no mercado financeiro, de forma a manter a floresta amazônica sem desflorestamentos, deve representar o tipo de desenvolvimento socioterritorial que os povos latino-americanos descendentes de povos originários indígenas e africanos querem. Aliar distribuição de terras ao desenvolvimento socioterritorial econômico endógeno, precisa ser uma máxima no Brasil, na Bolívia e em toda a América Latina.

3.2.5. Agroextrativismo e turismo ecológico em Cobija, usos do território no meio florestal-rural boliviano

No caso da Bolívia também há pouca atividade pecuária, que eles chamam de *ganadería*. Foram notadas algumas delas em saída de campo realizada no território não-urbano do interior do município de Cobija. Relatou-se em entrevistas que há brasileiros que criam e comercializam animais do lado boliviano.

Em saída de campo para o interior de Cobija, auxiliada pela socióloga Silvia Oliva Avaroma (Docente na Universidad Amazónica de Pando – UAP), obtiveram-se informações extremamente relevantes, bem como percepções empíricas acerca dos usos do território em Cobija. Silvia pesquisou interculturalidades fronteiriças na fronteira Bolívia-Brasil em Guayaramerín em sua trajetória acadêmica e possui larga experiência com estudos de fronteira.

Em entrevista, ela destacou a bilinguidade fronteiriça, a origem indígena dos povos bolivianos e brasileiros, e, principalmente, a identidade amazônica-seringueira-castanheira dos dois povos de fronteira. Também enfatizou a culinária que mescla pratos típicos dos dois países, bem como outras características referentes a ambos os povos. A docente também destacou as diferenças culturais relacionadas às diferenças entre os povos bolivianos florestais e andinos, enfatizando que as políticas adotadas pelos governos nacionais andinos historicamente invisibilizam as demandas e a identidade amazônica dos povos bolivianos pandinos e benianos.

A socióloga criticou as políticas que separam os povos bolivianos entre si, destacando que cerca de 60% da Bolívia é amazônica, se posicionando contrariamente ao andinocentrismo boliviano. Silvia apontou que existe uma espécie de preconceito com os bolivianos mestiços, no qual as questões étnicas são usadas como argumento político para favorecer um ou outro povo, um ou outro território. Ela destacou que a fonte da identidade é o território e que todos são bolivianos, independentemente de serem indígenas andinos, indígenas amazônicos ou mestiços. Lembrou que os geoglifos são encontrados nos dois países e que são provas cabais da mesma ancestralidade entre brasileiros e bolivianos da Amazônia. Por fim, argumentou sobre a importância do sentimento de pertencimento ao território, pois a falta dele influenciou na perda de territórios bolivianos, visto que os governos andinos não se identificavam com as parcelas amazônicas do país.

Ilustração das Regiões Ecológicas da Bolívia



Figura 31 - Ilustração das regiões ecológicas da Bolívia com foco na Amazônia. **Fonte:** Sínodo Pan-Amazônico - Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica. Disponível em: <<http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/a-pan-amazonia/bolivia.html>>. Acesso em agosto de 2024.



Figura 32 - Empreendimento turístico Pascana Etsawa Teje. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 33 - Estrada Siringuera del Curupirá (trilha histórico-ecológica-cultural em Cobija). **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 34 - Guia da trilha da estrada seringueira demonstrando o tradicional corte na seringueira *hevea brasiliensis* para extração do látex. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

A cerca de treze quilômetros do centro de Cobija, se encontra o território “Pascana Etsawa Teje”, um empreendimento turístico que valoriza o Patrimônio Natural e Cultural Amazônico através de três temas: histórico, cultural e ambiental. Por lá, objetiva-se fazer uma retrospectiva do processo histórico do ciclo da borracha, no qual “Don Nicolás Suárez Callaú”, também conhecido como o Rei da Borracha (com suas luzes e sombras), foi um dos principais protagonistas das transformações socioeconômicas e geopolíticas da região amazônica da Bolívia.

Pascana significa “parada ou ponto de descanso, durante uma viagem ou trajeto, seja de carroça, a cavalo ou a pé” e Etsawa Teje significa “para a costa (Tacana)”. Esse empreendimento é direcionado aos usos do território para o turismo ecológico, no qual no interior do sítio, tem-se a catalogação de diversas espécies endógenas da região amazônica que são encontradas ao longo da trilha da “Estrada Siringuera del Curupirá”, que também resgata a memória de antigos mitos amazônicos do imaginário coletivo regional. Ao visitar a Pascana, todos os visitantes plantam uma espécie nativa da floresta – vivência pelo qual tive o privilégio de participar ao plantar uma muda de seringueira.



Figura 35 - Estradas de difícil locomoção no trajeto entre o centro de Cobija e o sítio Pascana Etsawa Teje. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

No que tange a percepções empíricas em campo, observa-se que os usos do território nesse trajeto ao qual se teve acesso, apontam para alguns poucos usos voltados para a pecuária, pois se observaram algumas pastagens e rebanhos de gado ao longo da estrada de terra, usos do território voltados para a moradia foram caracterizados – e a presença de agriculturas não foi percebida, exceto as plantações de espécies endógenas do empreendimento *Pascana Etsawa Teje*, bem como de milho e outras espécies alimentícias em modelo policultor.

Outro ponto relevante foi o das condições da estrada, em que no dia em que passamos por ela estava consideravelmente “seca”. Os relatos de Silva e do motorista Fernando, diziam que se houvesse chuva quase nenhum automóvel passaria por ali, pois a camada de lama fica muito espessa e escorregadia. Essa pequena amostra de estrada de terra foi esclarecedora quanto à problemática da desconexão do território de Cobija ao restante do departamento de Pando; de fato é um grande desafio construir estradas adaptadas àquelas condições, sendo um desafio impetrado tanto aos bolivianos, quanto aos brasileiros localizados no Alto Acre. Esse fato é uma especificidade e não um entrave, isso significa que devem ser

estimulados projetos de desenvolvimento de estradas adequados àquelas qualidades.

Notou-se também a presença de brasileiros morando e trabalhando na “zona rural” de Cobija, endossando todos os relatos que relembram que existem brasileiros nas faixas florestais-rurais de Pando, chegando até ao município de Porvenir.

Ressalta-se que a Bolívia é grande produtora e exportadora de castanhas da Amazônia e que até hoje brasileiros atravessam a fronteira para coletar castanha no território boliviano. No período de safra da castanha, essa é uma forma clássica de resistência no território. Em conversas informais dentro do carro, ao longo do trajeto, foi relatado que há plantações de coca em Pando, sendo uma forma de uso do território como recurso pelo narcotráfico boliviano. Por fim, esclarece-se que a maior percepção de usos do território na zona não urbana de Cobija aponta para usos do território como abrigo e como recurso no tangente ao comércio estimulado pela zona franca de livre comércio.

3.3. Usos do território no meio urbano fronteiriço: o continuum urbano formado por Brasiléia, Epitaciolândia e Cobija

A gênese seringueira é notável em ambos os lados da fronteira, o mercado da borracha é responsável pelas primeiras migrações entre estados-nação, entre Pando e Acre, sendo muito comum atravessar a fronteira para “cortar seringa na Bolívia”, como disseram vários ex-seringueiros brasileiros entrevistados em campo. Nessa situação se torna notável a fluidez fronteiriça entre os agentes hegemônicos que resistem e persistem no território, movimentando o espaço geográfico²⁹ ao transitarem pela fronteira, caracterizando-a como uma fronteira porosa (Gudynas, 2007). Assim, os atuais usos do território certas vezes se distanciam dessa identidade, e em outras se aproxima. No entanto, ver-se-á que as políticas de desenvolvimento para a região buscam uma espécie de modernização dos fluxos financeiros pautada por orientações econômicas internacionais exógenas.

²⁹ A compreensão do espaço geográfico como sinônimo de *espaço banal* obriga-nos a levar em conta todos os elementos e a perceber a inter-relação entre os fenômenos. Uma perspectiva do *território usado* conduz à ideia de *espaço banal*, o espaço de todos, todo o espaço. Trata-se do espaço de todos os homens, não importa suas diferenças; o espaço de todas as instituições, não importa a sua força; o espaço de todas as empresas, não importa o seu poder. Esse é o espaço de todas as dimensões do acontecer, de todas as determinações da totalidade social” (Santos, 2000, p. 2-3).



Figura 36 - *El Carreton*: homenaje al esforzado carretero y su histórico carreton cargado de goma y castanha. Localizado na avenida principal de Cobija, em frente ao parque piñata. **Fonte:** acervo do autor, 2022.



Figura 37 - Imagens em arte grafite dos rostos de Chico Mendes (esquerda) e Wilson Pinheiro (direita), localizada na rua do comércio em Brasiléia - Acre. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

A paisagem do centro da cidade de Cobija traz à tona “la identidad cauchera y siringueira” como memória na totalidade urbana da capital norte-boliviana, indicando-a como síntese dialética da natureza do urbano (Scarlatto e Costa, 2017).

Segundo Machado (2005), indivíduos, comunidades, corporações, organizações, redes de solidariedade e redes de informação, baseados nos interesses mais diversos, constituem hoje uma teia em escala planetária difícil de ser manipulada ou mesmo controlada por cada estado, por mais poderoso que seja. Por ora, o que é interessante nessa teia é que ela não é só econômica, no sentido estrito do termo, mas inclui intercâmbio de símbolos e imagens que competem com a iconografia do estado-nação, afirma a autora.

No caso do Brasil, a identidade seringueira no Acre é ideologicamente combatida, como algo que “ficou no passado” e precisa ser “atualizado”. Os históricos seringueiros Wilson Pinheiro e Chico Mendes, que lutaram pela causa trabalhista seringueira e desencadearam um aguerrido movimento de luta pelo direito a terra (e pelo direito de uso da mesma), muitas vezes são invisibilizados ou até menosprezados pelos cidadãos de Brasiléia e de Epitaciolândia por estarem ligados a ideologias críticas ao sistema capitalista, de esquerda. Por outro lado, a burguesia regional crê na economia pecuarista e no agronegócio exportador de commodities como modelos econômico-territoriais mais avançados e lucrativos para o território da Amazônia acreana, criticando e atuando politicamente de forma a disputar a narrativa histórica da luta dos seringueiros, os invisibilizando e difamando.

3.3.1. Usos do território no município de Cobija

Ao analisar os usos do território na capital pandina, observou-se que o território como abrigo é uma máxima, no qual há casas e apartamentos espalhados por toda a cidade. A esfera técnica da cidade de Cobija é mais densa que a das cidades brasileiras conurbadas, visto que há maior população, bem como aeroporto, estádio de futebol, universidades, hospital e um considerável espraiamento de moradias populares periferizadas em relação ao centro histórico da cidade boliviana.

A presença de fixos públicos na cidade também foi perceptível. Em Cobija há a presença de monumentos históricos e arquitetônicos, usa-se o território para materializar em arte a história da cidade por meio de um conjunto de técnicas. Hospital, Universidade Pública e escolas de ensino básico também foram identificados no território.

Imagem aérea dos Núcleos Urbanos de Cobija, Brasiléia e Epitaciolândia

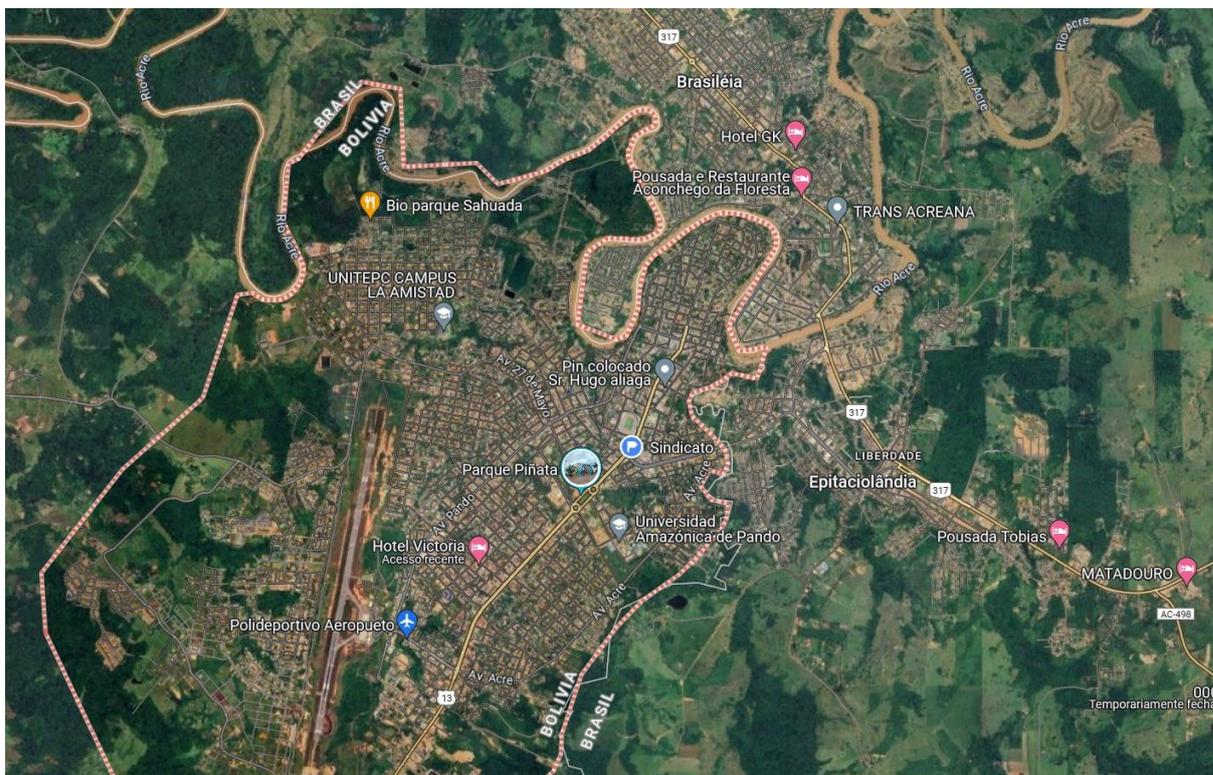


Figura 38 – Núcleos Urbanos de Cobija (sudoeste), Brasiléia (Norte) e Epitaciolândia (sudeste).
Fonte: Google Maps, imagens Airbus, CNES / Airbus, Landsat / Copernicus, Maxar Technologies, Dados do mapa, 2024.

Utilizando-se da figura 38 para comparação, a cidade de Cobija (sudoeste) é claramente mais populosa do que os núcleos urbanos de Brasiléia (norte) e Epitaciolândia (sudeste). Como dito anteriormente, a população de Cobija contabilizava 78 mil habitantes no último censo boliviano de 2020 e a percepção empírica adquirida em saída de campo indica que os usos do território na zona urbanizada da cidade são majoritariamente caracterizados por *território como abrigo* dos habitantes da capital de Pando, é a morada dos habitantes *cobijeños*.

Outros usos do território se voltam para o comércio da cidade que possui a comercialização de produtos industrializados e importados estrangeiros, e a comercialização de produtos vegetais, legumes e frutas nas feiras. Observou-se que o circuito inferior de economia urbana é muito presente em vários pontos da cidade, sendo muito comum que os habitantes utilizem as feiras para a compra e venda de diversos produtos; desde industrializados a produtos naturais. Entretanto, a compra de arroz, feijão, carne e demais alimentícios é feita nos mercados brasileiros.



Figura 39 - Mercado Abasto, aglomerado de comerciantes vendendo produtos industrializados e naturais. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 40 – Rua principal de Cobija (Ruta Nacional 13) e Estádio de Cobija ao fundo. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 41 – Desfile de bandas escolares em frente ao Parque Piñata, parque urbano poliesportivo de Cobija. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

A fluidez territorial é dinamizada pelo uso de motocicletas, carros e caminhões. As primeiras são as mais utilizadas, são econômicas, ágeis e solucionam a dificuldade de caminhar sob forte sol tropical. O transporte público é inexistente, assim a mobilidade urbana é feita pelas cooperativas de mototaxistas e táxi de carros. No que tange ao combustível boliviano, existe um protecionismo do Estado aos cidadãos da Bolívia; sendo proibida a venda de combustível para brasileiros e demais estrangeiros. Antigamente era comum que carros brasileiros aproveitassem os menores preços do combustível boliviano para abastecerem seus veículos, entretanto hoje em dia a fiscalização não permite tal prática, sob pena de multa e retenção do veículo.

Outros usos do território são os do lazer, destacando-se o parque piñata, parque urbano de Cobija, e o Estádio Roberto Jordan Cuellár. Esse parque é muito utilizado pela população, muitas pessoas praticam esportes nas estruturas do parque. Eventos como circos ou atividades comerciais para venda de motos ou outros produtos também ocorrem em frente ao parque urbano.



Figura 42 - Centro histórico da cidade de Cobija, Plaza Principal Germán Bush Becerra. Sede do Governo Departamental de Pando. **Fonte:** acervo do autor, 2022.



Figura 43 - Rua principal que interliga os principais objetos técnicos da cidade. Observa-se a presença de moradias verticalizadas. Foto retirada sob o Mercado Central de Cobija. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 44 - Universidad Amazónica de Pando - UAP. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Para a prestação de serviços educacionais de nível básico e superior, Cobija conta com escolas públicas, com uma universidade pública e algumas privadas, muito ocupadas por estudantes estrangeiros. É comum que brasileiros estudem medicina nas faculdades de Cobija, pois sai mais barato tal prática – apesar da exigência da revalidação do diploma para trabalhar fora da Bolívia. Mesmo com a moeda boliviana mais valorizada em relação ao real (\$1 boliviano = \$ \$0,80 centavos de real em 2024), ainda se observa tal prática.

Observam-se os usos do território para a prestação de serviços públicos, no qual na praça principal (Plaza Principal Germán Bush Becerra) encontram-se as sedes do Governo Autónomo Departamental de Pando e do Governo Autónomo Municipal de Cobija. Por ali há muitas esculturas que homenageiam figuras históricas da Bolívia, bem como se encontra a Igreja *Nuestra Señora del Pilar* e outros objetos técnicos culturais-históricos da cidade de Cobija.

Ao se comparar Cobija a outras capitais departamentais da Bolívia, revelam-se densidades técnicas desiguais, assim como falta de oportunidades de emprego mais variadas e maior acesso a educação básica e superior universalizada. Nesse município, notou-se clara indignação com a falta de fluxos financeiros e oportunidades de emprego mais bem estruturadas e que combatam o desemprego.



Figura 45 - Comércio tradicional boliviano de Cobija, circuito inferior de economia urbana. **Fonte:** acervo do autor, 2024

Há grande quantidade de trabalhadores nas feiras e mercados da cidade e notou-se que a grande maioria dos produtos vendidos eram importados da China (industrializados e tecnológicos em geral), do Brasil e do Peru (produtos alimentícios em geral). Essa observação leva a percepção de que faltam empreendimentos por parte dos bolivianos, mas não porque não queiram, e sim porque sofrem com a falta de projetos de desenvolvimento endógenos e de crédito financeiro para avançar. Os salários atrasados, o desemprego e a constante instabilidade política no país apontam para esse tipo de dificuldade ao qual a classe trabalhadora é atingida frontalmente.

Por fim, o isolamento geográfico desde a inconexão direta com Pando e com o restante do país se revela como um desafio a ser superado. As possibilidades de usos do território com fins ao desenvolvimento socioterritorial seriam muito maiores caso houvesse uma conexão com os municípios localizados no interior de Pando. No tanjente a produção industrial e agroextrativista, os avanços econômicos poderiam ser surpreendentes; visto as possibilidades de uso do território amazônico.

3.3.2. Usos do território no município de Brasília



Figura 46 - Praça Hugo Poli, praça central de Brasília, próxima à ponte binacional sobre o Rio Acre.
Fonte: acervo do autor, 2022.

Brasília é um município onde os objetos técnicos urbanos construídos no território estão migrando, pouco-a-pouco, para as glebas mais altas da cidade. Isso está acontecendo devido as constantes cheias do Rio Acre que acabam por destruir muitos objetos técnicos mais próximos ao leito do rio, logo de altimetria mais baixa. Isso é perceptível ao se observar que o histórico centro da cidade, bem próximo ao rio, anda mais esvaziado. No entanto, como um município que se vira de frente para a estrada e se volta de costas para o rio, na parte alta da cidade os fixos e fluxos são pujantes.

Assim, afirma-se que os usos do território na parte urbana de Brasília estão passando por mudanças, no qual a prevenção perante as fortes enchentes do Rio Acre se torna um fator importante na escolha da morada, do território como abrigo. Em saída de campo, observou-se que os cidadãos que continuam a morar bem próximos ao rio o fazem por não terem outro lugar para onde ir.



Figura 47 - Ruínas do antigo hospital de Brasília, localizado as margens do Rio Acre e atualmente desativado. **Fonte:** acervo do autor, 2022.



Figura 48 - Ruínas do antigo posto do Ministério da Fazenda e ponte binacional Brasil-Bolívia ao fundo. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Vender as casas próximas ao rio Acre também se torna uma tarefa difícil, pois à especulação imobiliária desvaloriza as casas próximas ao corpo hídrico. Lidar com a necessidade de transportar todos os bens pessoais na eminência de enchentes é uma árdua tarefa aos quais esses habitantes transfronteiriços devem ultrapassar para resistir no território. Essa mesma ação de refugiar-se da cheia do rio deve ser feita pelos órgãos públicos em suas sedes ou pelos pacientes do hospital, isso gera enormes transtornos e consequentes perdas de materiais, documentos e equipamentos. Assim, devido ao advento das enchentes que estão cada vez mais densas, e que são resultantes de contraditórios usos do território ao longo da drenagem do rio Acre, tem-se cambiado o território como abrigo nesse município.

As ruínas do antigo hospital e do posto do Ministério da Fazenda são claros exemplos de rugosidades espaciais, ou seja, de usos do território passados e que deixaram suas marcas na paisagem do território, constituindo um lugar com significado. O símbolo que dali se abstrai é justamente esse da necessidade de refúgio das catastróficas enchentes, é uma forma geográfica herdada pela reprodução dos usos do território historicamente produzidos (Souza, 2019).

Os usos do território para fornecimento de atendimento hospitalar ocorrem nos postos de saúde urbanos e rurais de Brasiléia e no Hospital Regional do Alto Acre, um fixo público construído na saída da cidade rumo Assis Brasil pela estrada do pacífico. Já os usos do território para fornecimento de educação à população ocorrem de forma a abastecer as crianças e jovens de Brasiléia no meio urbano e no meio florestal-rural. Antigamente, as escolas brasileiras recebiam muitos jovens bolivianos, mas hoje em dia essa prática pouco acontece. Estudantes indígenas também são uma realidade do corpo estudantil transfronteiriço, no qual as secretarias de educação devem se articular para integrar.

No que tange ao ensino superior, existem os cursos fornecidos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB) polo Brasiléia. Nessa opção de ensino superior público, as universidades federais brasileiras ministram cursos à distância. Em 2024, a lista de cursos era majoritariamente de licenciaturas fornecidas pela UFAC, UFAM e UnB. Há também o polo avançado da UFAC campus fronteira. A época da presente pesquisa estava desativado, se reorganizando para começar a funcionar. Esse campus é necessário e estratégico, visto sua localização geográfica e a necessidade de projetos de desenvolvimento socioterritorial transfronteiriços.



Figura 49 - Universidade Federal do Acre, Campus Fronteira do Alto Acre. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 50 - Hospital Regional do Alto Acre. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Há também o Núcleo de Educação Profissional de Brasília do SENAC³⁰ e pouco mais de cinco faculdades privadas que ministram cursos de ensino posterior e de pós-graduação. Esses são os principais usos do território para o fornecimento de serviços educacionais no município.

Outro serviço prestado em Brasília se deve aos consultórios de tradução português-espanhol. Em entrevista com Gislene, uma antiga moradora da cidade e professora aposentada, ela explicou que sempre fez esse tipo de serviço para Bolivianos e Brasileiros que necessitassem regularizar documentos para trabalho, ou documentos para cursos de medicina, bem como demais papeladas e requerimentos em geral. Ela disse que há muito serviço nessa área de tradução na fronteira.

Na cidade de Brasília há também usos do território voltados para o lazer da população, onde um parque público chamado “parque centenário” é bastante utilizado pelos habitantes da cidade para a prática de exercícios físicos. Na Praça Hugo Poli também existe uma programação de dança que geralmente ocorre no fim da tarde, assim como uma estrutura de pista de skate para a prática do esporte.

A feira de Brasília também é uma tradicional forma de uso do território na cidade, no qual o escoamento da produção de agricultores familiares locais é feita. Na feira do município encontram-se muitos bolivianos que entram no Brasil para comprar os produtos alimentícios vendidos por lá.

O caso dessa agricultora é importante para se analisar a dicotomia rural-urbano, no qual a produção e a venda entrelaçam o rural ao urbano, demonstrando que um não existe sem o outro e que, portanto, essa separação não existe, pois o urbano é a extensão do rural (Alvarado & Costa, 2019).

Outro parâmetro analisado em campo diz respeito à migração pendular feita por trabalhadoras colhas bolivianas que vendem no Brasil e residem na Bolívia. É muito comum encontrá-las vendendo na feira de Brasília e também nas ruas da cidade. Elas vendem tanto produtos naturais, quanto produtos industrializados, relembrando a porosidade fronteira dos usos do território na fronteira em estudo.

³⁰ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

Quanto aos usos do território em Brasília, observa-se a atuação do IMAC³¹ na contenção de ilícitos ambientais. Esse órgão estadual desenvolve ações de Controle (licenciamento, monitoramento e fiscalização), Educação Ambiental e Prevenção e Incentivo a preservação do meio ambiente. Os desafios são enormes, visto a dificuldade de controlar um território tão grande quanto o da Resex Chico Mendes, sendo necessário fiscalizar a produção dos moradores da reserva – que se restringem a atividades agroextrativistas.

Em entrevista com a engenheira florestal e servidora pública do IMAC, relatou-se que ao usar o território da Resex, o morador-agroextrativista não pode desmatar mais do que 20% de suas terras, sendo lei a manutenção de ao menos 80% da terra intactas. Na prática ocorrem diversos ilícitos como, por exemplo, a criação de gado na reserva, que é “limpo” posteriormente ao ser registrado em outra gleba de terra que não esteja dentro da Resex. A engenheira explicou que qualquer retirada de espécie vegetal da floresta deve ser solicitada por requerimento ao IMAC antecipadamente.

O aval do IMAC é uma exigência para a solicitação de financiamentos creditícios, portanto, se configura como uma forma de controle dos usos do território a partir da atuação do governo estadual do Acre. No caso desse órgão estadual, tem-se o controle do território justamente baseando-se em seus usos e quando um morador desmata mais do que 20% de suas terras, o IMAC deve agir de forma a isolar a área desmatada até que a mesma se regenere.

Afirma-se que uma das formas de pressionar os moradores a cumprir a lei de usos da terra na RESEX Chico Mendes se volta para a execução de embargo da terra para aqueles que não cumprem as regras, seja por desvio de função ou por desmatamento. Essa ação impossibilita que o morador agroextrativista solicite empréstimo financeiro ou qualquer outro tipo de financiamento para uso da terra. Assim, só é possível pleitear financiamentos caso haja o cumprimento dos limites de desmatamento e uso do território. Portanto, além de aplicar multas e sanções, há o embargo da terra para quem descumpra a lei de uso da mesma em reservas extrativistas.

³¹ O Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, Autarquia Estadual, foi criada através da lei nº 851, de 23 de outubro de 1986 e tem como princípio básico ser o executor da política ambiental do Estado do Acre, dentro dos preceitos estabelecidos pela Lei nº 1117/94.

Por fim, ressaltam-se: o INCRA, órgão responsável por executar a regularização fundiária de terras rurais, bem como fiscalizar a sua função social de acordo com artigo 186 da Constituição Federal do Brasil; e o IBAMA, que também atua regionalmente no Alto Acre, de forma a ser executor de licenciamentos ambientais de competência da União, bem como atua conjuntamente aos órgãos ambientais estaduais no que compete a essa autarquia federal ligada ao Ministério do Meio Ambiente do Brasil.

3.3.3. Usos do território no município de Epitaciolândia



Figura 51 - Ponte que divide Epitaciolândia e Brasília. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Os usos do território em Epitaciolândia são semelhantes aos usos em Brasília, entretanto, possuem suas especificidades. Talvez uma das grandes diferenças se deva ao caráter comercial de Epitaciolândia, que está mais estruturalmente interligada à Cobija devido a ser a rota de entrada e saída de mercadorias em carretas no país boliviano. Na rua em que se conectam os dois países, há apenas o Igarapé Bahía dividindo as nações.



Figura 52 - Galpão de estoque de produtos vendidos no supermercado em frente a esse galpão. **Fonte:** acervo do autor, 2022.



Figura 53 - Caminhões de carga estacionados em Epitaciolândia. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Em Eitaciolândia há maior presença de supermercados, sendo muito comum avistar bolivianos fazendo compras neles também. Na rua principal da cidade há pelo menos três grandes supermercados localizados na Avenida Santos Dumont. A presença de carretas na cidade também é maior, sendo marcantes os fluxos de caminhões dentro da cidade que, muitas vezes, são caminhões que irão percorrer a estrada do pacífico para posteriormente voltar para dentro do território boliviano.

Em Eitaciolândia os usos do território são para moradia, território como abrigo, e ao analisar as parcelas mais distantes do centro da cidade, observam-se ramais repletos de agricultores familiares, como por exemplo, o “ramal da torre” (Km 27 da BR-317). Alguns dos produtores que conheci na feira moravam e plantavam por lá, garantindo suas rendas e subsistências a partir do uso do território para o plantio e comercialização de leguminosas e hortaliças.

Em Eitaciolândia há projetos que visam o turismo na cidade, sobretudo o turismo ecológico. Há o parque Wilson Pinheiro em Eitaciolândia que, até o momento, carece de maior acompanhamento e estrutura, porém é um projeto para o próximo período de governo municipal, segundo a entrevista realizada por ali. Esse parque possui cerca de 67 hectares e está localizado no quilômetro 9, saindo de Eitaciolândia rumo à Rio Branco. Pretende-se colocar placas nas espécies nativas da Amazônia, bem como adicionar informações técnicas no que tange as espécies presentes, de forma a estruturar o parque em parceria com o corpo docente e discente da UFAC – Universidade Federal do Acre.

Outro exemplo de uso do território ativado pelo turismo é o do doutor da borracha: um produtor de objetos técnicos artesanais a partir da borracha, visto como um ótimo exemplo de projeto que estimula a produção a partir de recursos naturais da floresta, assim como proporciona o que a Secretaria de Meio ambiente e Turismo de Eitaciolândia denomina por turismo sustentável. O doutor fabrica calçados, bolsas e muitos outros produtos artesanais com o látex, demonstrando opções de renda a partir de produtos construídos com a borracha nativa.

Essa secretaria municipal enaltece que Eitaciolândia está presente no “top 100 de destinos turísticos” ranqueados por uma associação alemã, e que em abril de 2024 essa associação irá efetuar intervenções no parque Wilson Pinheiro em parceria com a UFAC, para assim estimular o turismo ecológico no município.



Figura 54 - Ponte sobre o Igarapé Encrenca, em Eptaciolândia. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Ao caminhar pela cidade observou-se o bairro José Hassem, um bairro considerado perigoso pela população local devido a crimes e disputa de facções criminosas em Eptaciolândia. O acesso ao mesmo se dá pela ponte sobre o igarapé encrenca, conforme imagem acima. Esse igarapé é responsável pelo abastecimento de água de toda a população de Eptaciolândia.

O bairro José Hassem está muito próximo do igarapé Bahía, ponto em que há a divisão entre os dois países, sendo utilizado como rota de fuga por criminosos ou para mercadorias ilícitas, conforme relato dos servidores do fórum. Observou-se ruas com buracos na estrada, falta de saneamento básico, bem como criação de gado, escola e um posto de saúde nesse mesmo bairro de Eptaciolândia.



Figura 55 - Pasto à esquerda e escola Porvir à direita. **Fonte:** acervo do autor, 2024.



Figura 56 – Estação de tratamento e fornecimento de água da Saneacre - Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Uma visita técnica realizada a Saneacre foi de grande importância para o entendimento da questão dos usos do território voltados para o abastecimento e tratamento de águas residuais em Epitaciolândia. O Departamento Estadual de Água e Saneamento do Acre (Depasa) atualmente se chama Serviço de Água e Esgoto do Estado do Acre (Saneacre). Por lá se observaram grandes dificuldades de infraestrutura para o tratamento da água para consumo, bem como inexistência de planos de contingência para o caso de desabastecimento de água.

Em entrevista foi relatado que em setembro 2023 faltou água em Epitaciolândia por mais de uma semana, situação grave. Devido à água que abastece a cidade vir do igarapé Encrenca, no período de estiagem o mesmo veio a baixar muito seu nível de água, resultando na falta da mesma para o consumo da população. Observou-se que apenas a cabeceira de drenagem do igarapé é protegida, mas ao longo de seu leito essa situação muda e há lixo, bem como assoreamento desse corpo hídrico tão importante para a população do município.



Figura 57 - Equipamentos para tratamento da água para consumo da Saneacre. **Fonte:** acervo do autor, 2024.

Faltam equipamentos e melhor infraestrutura para o tratamento da água. A verdade é que a quantidade de coagulantes, bem como demais produtos químicos utilizados para o alcance de boa qualidade de água para consumo são feitos por aproximação, situação que desvela uma forte carência na região. É extremamente contraditório faltar água para abastecer a população em meio a uma floresta tropical úmida. É preciso refletir sobre a forma com que o sistema capitalista usa o território.

Outra questão é a falta de tratamento da água residual. Esse é um problema crônico em praticamente toda a Amazônia brasileira. A lógica da acumulação capitalista só enxerga gastos no que tange ao despejo adequado da água utilizada por nós seres humanos, resultando no despejo direto do esgoto no rio Acre. Esses são usos vorazes do território, pois há a poluição do principal corpo hídrico da região, uma ação verdadeiramente ilógica, visto a importância ímpar da água para o consumo da população.

Em visita ao conselho tutelar de Eptaciolândia conversou-se com alguns funcionários da casa. Eles falaram sobre o histórico trabalhista na região, explicaram como funcionava a relação patrão-empregado com o “meieiro”. Esse retinha metade da renda de todo o trabalho de coleta da castanha ou do látex. Isso ocorria muito na Bolívia, então era comum brasileiros irem coletar castanhas no lado boliviano do alto acre (o que foi possível comprovar com entrevistas a trabalhadores feirantes ex-seringueiros e/ou ex-castanheiros). Hoje em dia está diferente, não é mais tão comum que brasileiros trabalhem na coleta extrativista boliviana, mas ainda há quem trabalhe dessa forma nas safras da castanha da Amazônia.

Nesse modo de trabalho extrativista, o trabalhador colhia cerca de duas mil e quinhentas latas em média, mas ficava só com a metade da venda. O mesmo esquema de trabalho com o meieiro também acontecia nas colocações seringalistas, já que nesse caso metade da renda do látex ficava com o “patrão” meieiro.

Ainda no Conselho Tutelar da cidade, conheceu-se o coletivo varadouro, um coletivo de jovens da reserva extrativista (RESEX) Chico Mendes. O referido coletivo se organiza para vociferar as demandas de jovens que vivem dentro da reserva. Eles possuem cadeira no conselho da RESEX e também no CNS (Conselho Nacional dos Seringueiros), se somando as lutas para melhores condições de vida e de desenvolvimento para àqueles que nascem e crescem dentro da reserva federal.

Os desafios são gigantescos, visto a fuga de atividades extrativistas dentro da reserva, que usam esse território extrativista para outros fins proibidos por lei. As ameaças e riscos que os moradores que cumprem a lei correm (devido a simplesmente não criarem gado ou não desmatarem) são preocupantes. Há conflitos com fazendeiros ou criadores de gado que insistem em usar o território da reserva para fins pecuaristas e/ou madeireiros. Como dito anteriormente, é um grande desafio para o Estado brasileiro essa façanha de controlar os usos do território na Resex. São recorrentes as solicitações de maior pessoal para trabalhar, por mais concursos públicos e por mais investimento em fiscalização e apoio técnico aos moradores da Resex, e dos ramais florestais-rurais.

A feira de Eptaciolândia também é bastante frequentada pela população da região. Por lá também se encontram vendedoras bolivianas e também os agricultores familiares que vendem na feira de Brasília (conforme figuras 58 e 59).



Figura 58 - Feira Livre Municipal de Epitaciolândia. **Fonte:** acervo do autor, 2022.



Figura 59 - Migrantes bolivianas andinas vendendo produtos industrializados na feira brasileira de Epitaciolândia. **Fonte:** acervo do autor, 2022.

Os usos do território em Eptaciolândia reiteram a máxima vista ao longo dos capítulos: a de usos do território que integram os três municípios transfronteiriços. A porosidade fronteiriça revela fluidez diferenciadas para os agentes espaciais que utilizam o território para resistir e se abrigar; e para gerar lucro a partir do uso do território como recurso. Foi um enorme desafio à tarefa de caracterizar os usos do território numa realidade transfronteiriça, altamente dinâmica e que “brinca” com as escalas local, regional e nacional a todo tempo; isso exige grande capacidade de abstração e caracterização dos fluxos no território transfronteiriço.

Acerca das reflexões sobre fluidez na Amazônia, afirma-se que o debate sobre os modais rodoviários está totalmente embrincado a configuração das mentes para consumir as técnicas que, majoritariamente, são voltadas para um modo de transporte, também, estranho ao lugar (Souza, 2019). Num jardim de águas (Rodrigues, 2011), o transporte fluvial não é mais possível no Alto Acre. Por ali, naturalmente, os rios são mais estreitos; estamos falando de uma região alta para os “padrões amazônicos”, logo os rios são estreitos. Assim, próximo às cabeceiras de drenagem, e sofrendo com os usos vorazes de seu corpo hídrico, o rio Acre continua a perder ainda mais vazão ao longo do tempo; situação endossada pelas grandes secas do rio no período de estiagem que acontecem no meio do ano.

Além disso, como são perceptíveis, as agriculturas extensivas, desmatamentos e pastagens estão sempre ligadas a estradas (asfaltadas ou não). Isto é, ao refletir profundamente sobre a questão dos transportes e da fluidez no território (Santos, 2014), percebe-se que através da estrada vem à destruição da floresta, sobreposta por usos do território ancorados na voracidade da acumulação capitalista e no desconhecimento (ou na negligência proposital) do funcionamento das dinâmicas naturais da floresta amazônica.

Assim, na Amazônia, com a ampliação da malha rodoviária e a construção de pontes sobre inúmeros igarapés e rios, vem certa dignidade no que tange ao acesso aos lugares, ou seja, a conexão com outras vilas e cidades. Entretanto, vem também a destruição; pautada no desflorestamento para fins de instalação de outros usos do território, ideologicamente e estruturalmente pautados na mercadorização do lugar floresta. Quesitos financeiros de acumulação de capital regem as mentes ao ponto de subverter completamente qualquer vocação intrínseca ao lugar para, por cima dele, empreender por meio das contraditórias produções agropecuárias brasileiras.

Nos ramais, onde se encontram diversas colocações (resquícios dos antigos seringais), escondem-se essas contradições, ameaças e conflitos territoriais a sangue. A penetração do capital nas reservas extrativistas tem a marca da pastagem e engloba pequenos e grandes pecuaristas. Driblar o controle do uso do território sugerido/imposto por leis de controle do uso da terra vai de encontro ao desvelamento do poder que o capital privado possui sobre os extremos amazônicos - seu interior e fronteiras. Com estruturas do Estado enfraquecidas e gangorras ideológicas nos poderes executivo e legislativo, o terreno se torna fértil para a desordem.

A historicização dos usos do território não mente e os indígenas e seringueiros foram assassinados por essa outra psicoesfera. Aqui, percebe-se a Geografia prima-irmã da política, pois toda a totalidade em movimento por ali grita, apontando para tais interpretações desses lugares no mundo.

Os direitos fundamentais novamente são negados àqueles que na floresta estão. Resta saber e refletir: será invisibilidade, incompreensão, vulnerabilidade ou projeto? Pois, o povo é forte e vive, soluciona muitos de seus desafios se adaptando, se organizando e se solidarizando uns com os outros. Entretanto, em meio a essa resistência no território, os agentes hegemônicos se impõem e o povo é diminuído, invisibilizado. Como agentes hegemônizados, resta ao povo a resistência no território, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, de forma a recriar estratégias que garantam suas sobrevivências nesses lugares constituídos, recheados, de fábulas globalizadas que mascaram a perversidade sistêmica totalizante na América Latina e no mundo (Santos, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de valorizar a significativa e densa contribuição da Geografia Renovada, sem abrir mão dos contextos teóricos e da trajetória do presente autor: brasileiro, brasiliense-cerradeiro, convictamente latino-americano e de posicionamento político-científico-ideológico calcado nas lutas de nosso povo latino-americano, formulou-se a presente pesquisa de caráter crítico do espaço visto do dito “sul global” aplicado a totalidade-mundo na fronteira Brasil-Bolívia nos municípios de Brasília, Eпитaciolândia e Cobija.

Afirma-se que as hipóteses da pesquisa se confirmaram, visto que, de fato, os usos do território na fronteira Brasil–Bolívia se modificaram ao longo do tempo e criaram novas relações socioespaciais desiguais no território. Entretanto, a ideia de que essas relações desiguais eram fruto de uma negligência estatal foi superada, pois se observou que a totalidade mundo, comandada desde interesses distantes e articulada pelas burguesias internacional e regional num mundo perversamente globalizado, é que de fato gestaram as atuais contradições socioterritoriais nos usos do território.

A constituição dos lugares se deu de forma a perpetuar a fábula do desenvolvimento guiado pelos usos do território focados no mercado pecuarista de comercialização de carnes, sobretudo bovinas e galináceas. Em verdade, não é uma negligência estatal, e sim um jogo econômico-político que usa as esferas políticas para concretizar interesses econômicos de acumulação capital em detrimento do desenvolvimento socioterritorial com características florestais endógenas no território transfronteiriço-amazônico e latino-americano brasileiro-boliviano.

Assim, reiteram-se os conceitos e metodologia miltonianas e de seus seguidores para a caracterização dos usos do território nessa fronteira em estudo; o que não nega outras diversas contribuições de outros geógrafos e cientistas de outras ciências que se propuseram a interpretar criticamente a Amazônia e o território de fronteira latino-americano na grande floresta.

No que tange aos objetivos da pesquisa, afirma-se que os mesmos foram contemplados, pois foi possível analisar a dinâmica dos atuais usos do território frente ao processo histórico de ascensão e declínio da economia da borracha na

fronteira Brasiléia, Epitaciolândia (Brasil) – Cobija (Bolívia). Assim como se cumpriram os objetivos específicos, no qual: se caracterizou o conceito de território usado à luz da fronteira Brasil-Bolívia, compreenderam-se os processos de urbanização, bem como os dramas urbanos, nos municípios florestais em estudo, caracterizaram-se os fluxos de migração, comércio, trabalho, saúde e educação entre os municípios transfronteiriços e também se caracterizaram os processos de ocupação e uso do território de fronteira analisado – onde a simbiose campo-cidade (e floresta) foi problematizada, revelando usos do território que misturam o rural-florestal e o urbano cotidianamente.

É importante considerar, também, que houve diversos desafios no que tange a execução da pesquisa, no qual algumas ressalvas metodológicas devem ser pontuadas. Foi dificultoso realizar pesquisas de campo nas parcelas florestais e rurais dos municípios transfronteiriços em estudo, vista as barreiras impostas a melhor fluidez e mobilidade no território. É claro que isso já era esperado, pois pesquisar um território de fronteira na América Latina na Amazônia é um desafio científico louvável para a ciência geográfica. Percorrer muitos quilômetros de terra em territórios de difícil acesso demandou grande capacidade de articulação e organização do presente autor junto a apoiadores locais que foram fundamentais para a conclusão dessa pesquisa. Entretanto, afirma-se que as saídas de campo logradas e as percepções empíricas resultantes disso foram crucias amostras dos usos do território na região do Alto Acre e que em nada inviabilizaram a concretização da presente dissertação.

O desafio de pesquisar esse território transfronteiriço se justifica pela força que nossos ancestrais tropicais/equatoriais/subtropicais indígenas, africanos, afro-brasileiros, brancos e miscigenados nos fornecem. É pelos que pensavam o Brasil, a Bolívia e a América Latina livre, soberana, descolonizada, abolicionista e antirracista que a presente luta em formato de dissertação de mestrado se materializa; propondo debater e analisar a realidade, o espaço geográfico ao qual a vista alcança, de forma crítica, enxergando as belezas e injustiças do homem sobre o homem, e deste sobre o próprio planeta em que vive e depende.

Entendendo que nada levita no ar e que tudo acontece no território, utilizou-se de conjuntos teóricos liderados pela obra de Milton Santos para analisar os usos do território na floresta amazônica, no qual quatro deles são de fundamental ênfase e

diálogo: o espaço como instância social, os circuitos da economia urbana, a globalização e o meio técnico-científico-informacional, bem como o espaço como condição de cidadania. Esse último, de bela sensibilidade do grande mestre, ao qual inspira a qualquer um que lute pela igualdade dos povos no mundo. Viva Milton Santos, viva a Geografia!

A necessidade de espulgar as mazelas trazidas pelo norte global de forma a reconectar nosso povo a suas origens e identidades – descolonizando o pensamento e se apropriando orgulhosamente de nossas origens –, é de suma importância para o alcance de autonomia política na execução de projetos de desenvolvimento socioterritorial na América Latina.

Eles [os do norte global, dito ocidental] discursam que nos desenvolvem, creem que trazem tecnologia, modernização, desenvolvimento tecnológico-informacional e que criam empregos, entretanto o sofrimento de nosso povo, dos animais, dos rios e da floresta demonstra que não é essa a realidade.

Em verdade, percebe-se que perversamente nos massacram, assassinam povos, saberes, animais, rios e plantas para unicamente mercadorizar tudo que puderem. Provocam crises políticas, golpes de estado e conflitos bélicos; roubam-nos os minérios que a terra forjou em milhares de anos, e usam os territórios do mundo em prol de particulares acumulações capitalistas que geram desigualdades socioterritoriais violentas e inescrupulosas nos territórios em que atuam.

Não mais aceitaremos que enganem e violentem o povo latino-americano para lhes retirar a alegria e gratidão de viver em meio à abundância da vida no planeta. Cabe a nós, humanos, lutar pela humanidade e aprender com cada indivíduo desse planeta acerca de como viver e usá-lo de forma consciente e distributiva. Que viva a beleza da diversidade de saberes que cada ser possui! Ousemos lutar pela cidadania e pela liberdade de ser e de pensar no mundo, já basta de nos restar à sobrevivência no território perante os processos econômicos vorazes comandados pelo oligopólio financeiro mundial que recruta e se articula a pequenas burguesias locais para usar destrutivamente os territórios do mundo em prol do lucro exacerbado.

Incubem-se a nós, geógrafos, pertencentes a uma ciência crítica e humana, apontar cada contradição no mundo, a cada oportunidade de pesquisa ao qual

tivermos oportunidade de nos debruçar, pois assim como Milton Santos e tantos outros heróis latino-americanos que cumpriram suas missões aqui na terra e nos deixaram legados que nos orientam e acalentam por meio de suas ideias, sonhos, conceitos e acúmulos acadêmicos; podemos também continuar tocando essa roda e assim transformar nossas duras realidades e a de todos que virão depois de nós.

Sonhar com a ruptura do contínuo de crises ao qual vivemos é o que deve nos mover, afinal, é o problema nosso e das nossas soberanias, dos nossos povos originários [nossos problemas], que tem que ser colocados sobre a mesa. Essa imposição dos de fora, que fere de morte as nossas soberanias, deve acabar. Os europeus fizeram isso, e os americanos estadunidenses continuam fazendo até hoje. Até quando? E por que se embrenham tanto em nossas formações educacionais, culturais e sociais, de forma a desviar o foco que necessitamos ter. É claro que tudo está interligado e planejado por eles, é nítido que nos prendem fazendo acreditar que somos livres, já basta.

Acontece que a fluidez territorial desvela as intenções de quem comanda e gerencia os usos que se dão sobre o território amazônico de fronteira, confirmando-se que esses usos são comandados por agentes externos, exógenos aos lugares. Não é de interesse dos cidadãos transfronteiriços que haja falta de água, falta de saneamento básico, falta de segurança, falta de educação básica e superior universalizada, falta de acesso à saúde, falta de distribuição de terra, enchentes e secas severas.

A grande questão é que a percepção crítica dos usos, bem como a forma de se organizarem coletivamente para propor novos usos (logo, novos projetos de desenvolvimento) esbarra num conjunto de ações verticais que induzem ao pensamento amesquinhado de desenvolvimento do sistema capitalista; não enxergam outras possibilidades de vida que não sejam as delineadas de forma hegemônica-exploratória.

É como se os trabalhadores hegemonzados usassem o território baseado em moldes de fora, e fazem o uso econômico de forma a se adaptar a demandas internacionais que nada se importam com a exploração e massacre dos povos da floresta e de seus territórios. Assim, com a educação rarefeita (ideológico e propositalmente) e com os projetos político-econômicos direcionados a atender o

modelo internacional, agudiza-se a situação dos agentes hegemônicos. Esses não se entendem enquanto classe e estão submetidos à disputa perversa da psicoesfera do modelo de desenvolvimento socioterritorial a que necessitam. Essa realidade incumbe ao cidadão o consumismo, mutila sua identidade cidadã, reservando ao mesmo a árdua adaptação a esses modelos perversos de usos do território, salvo as alternativas apresentadas ao longo da pesquisa, como a das cooperativas de castanha e de plantação de café, por exemplo. Essas últimas são a possibilidade da globalização, a esperança, a flor no lixão.

Por fim, espera-se apresentar uma teoria dos usos do território na América Latina em um vindouro doutoramento. Com o objetivo de aprofundar o entendimento das emblemáticas questões socioterritoriais latino-americanas na Amazônia. Buscar-se-á investigar a necessidade tênue de novos rumos e de novos usos do território na América Latina, calcados e orientados pela diversidade de nosso rico território e de nossos valiosos povos e saberes científicos e ancestrais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. **Exportações das Tensões Sociais na Amazônia; Brasivianos, brasuelanos e brajolas – Identities construídas no conflito**. Travessia – Revista do Migrante CEM, ano VIII, nº 21, janeiro-abril. São Paulo, 1995, p. 28-36.
- ALPIRE VACA, Elsy. **Historia de Pando: la guerra del Acre**. La Paz – Bolivia. 2011.
- ALVARADO-SIZZO, Iliá; COSTA, Everaldo Batista da. **Situación geográfica turística en la era urbana y devenir campo-ciudad en América Latina**. Investigaciones Geográficas, n. 99, 31 jul. 2019. Disponível em: [<http://www.investigacionesgeograficas.unam.mx/index.php/rig/article/view/59792>]. Acesso em: 06 nov. 2020.
- APARICIC CALLAÚ, Alfredo. **Recuperación de la identidad cultural del Pueblo indígena Tacana: una aproximación preliminar etnohistórica**. Universidad Amazônica de Pando DIC y T – ACS. Bolívia, 2008.
- BECKER, Bertha K.. **Geopolítica da Amazônia**. Estud. av. [online]. 2005, vol.19, n.53, pp.71-86. ISSN 1806-9592. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP, 2005. Disponível em: [<https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>]. Acesso em: 15 out. 2020.
- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre – de Território a Estado – um olhar social...** São Paulo: USP, 2005. 383 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – SP.
- BLANCHARD, S. **Être “colla” à Santa Cruz: identités et territoires des migrants andins à Santa Cruz de la Sierra (Bolívie)**. Thèse de Doctorat, Géographie. Paris, 2005.
- BOSCARIOL, Renan Amabile. **Região e regionalização no Brasil: uma análise segundo os resultados do índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM)**. In: **Territórios em números: insumos para políticas públicas a partir da análise do IDHM e do IVS de municípios e Unidades da Federação brasileira, livro 1** / organizadores: Bárbara Oliveira Marguti, Marco Aurélio Costa, Carlos Vinícius da Silva Pinto. – Brasília : IPEA : INCT, 2017. 340 p. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/170828_territorios_em_numeros_1.pdf>. Acesso em julho de 2024.
- BRASIL, Presidência da República do. **Cria a Reserva Extrativista Chico Mendes**. Casa Civil: Decreto Nº 99.144, de 12 de Março de 1990.
- CHANDLESS, William. **Ascent of the River Purus**. Journal of the Royal Geographical Society, v.36, p. 86-118, 1866a.
- CHANDLESS, William. **Notes on the river Aquiry, the principal affluent of the river Purus**. Journal of the Royal Geographical Society of London, v. 36, p. 119-128, 1866b.

COSTA, Craveiro. **A conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre**. Fundação Cultural do Estado do Acre. Rio Branco, Acre. 1998.

COSTA, Everaldo B. da. **Riesgos y potenciales de preservación patrimonial en América Latina y el Caribe**. Investigaciones Geográficas, n. 96, 31 jul. 2018.

COSTA, Everaldo B. da; SCARLATO, Francisco C. **Geografia, método e singularidades revisadas no empírico**. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 23, n. 3, p. 640-661, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.161552. Acesso em: 26 nov. 2020.

COSTA, Everaldo B. **Patrimonio-territorial y territorio de excepción em América Latina, conceptos decoloniales y praxis**. Revista Geográfica Venezolana, v. 62, n.1, p. 108-127, 2021. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/handle/123456789/47523/Articulo7.pdf?sequence=16&isAllowed=y>>. Acesso em: 04 set. 2023.

COSTA, Everaldo Batista da; TIRAPELI, Percival; MONCADA, José Omar. **Decolonialidad originaria, barroco mestizo y territorio en América Latina** (del Rosario de Puebla a Tonantzintla de Cholula, México). Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, São Paulo, v. 30, p. 1–44, 2022. DOI: 10.1590/1982-02672022v30e26. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/192814>>. Acesso em 14 jun. 2024.

DUSSEL, Enrique. **O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade; conferências de Frankfurt**. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ. Vozes, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e terra, 1972. 224 p.

FOOTE-WHYTE, William; E. E. Evans-Pritchard; Lévi-Strauss. **Desvendando máscaras sociais**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1980. 264p.

FUNDACIÓN SOLÓN. Tunupa, Boletín N° 102. (2017). Recuperado de <<https://funsolon.files.wordpress.com/2017/12/tunupa-102-final.pdf>>. Acesso em julho de 2024.

GALEANO, Eduardo H., 1940-2015. **As veias abertas da América Latina** / Eduardo Galeano; tradução de Sergio Faraco, – 14ª reimpressão – Porto Alegre, RS: L&PM, 2020. 392p.

GONÇALVES, A, & COSTA P.E.B. **Mais borracha para a vitória**. Brasília: Ideal Gráfica; 2008.

GUDYNAS, Eduardo. **El MAP entre la integración regional y las zonas de frontera en la nueva globalización**. In Revista Mapiense, 2007. Realização: Universidade Federal do Acre (UFAC – Brasil) & HERENCIA (BO). Disponível em: <https://www.herencia.org.bo/webdocs/publicaciones/mapiense_1.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2024.

HOLMES, R.R., et al. Natural hazards science strategy: U.S. Geological Survey Open-File Report 2012-1088. (2012). Acesso em julho de 2024. Recuperado de <<https://pdfs.semanticscholar.org/34ba/b9942e30d3ecad2df2e4394f32b04f55962d.pdf>>.

KAHIL, Samira Peduti. **Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo**. Sociedade & Natureza, v. 22, n. 3, 18 mar. 2011. Acesso em: 20 out. 2020. Disponível em: [<http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/11332>].

LUC, Melissa Janet. **Recursos naturales y delimitación de fronteras en América Latina en la primera globalización: una aproximación desde la Guerra del Acre**. Universidade Nacional de Córdoba, Argentina, 2014. Acesso em julho de 2024. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.12010/735>>.

MACHADO, Lia Osório. **Estado, territorialidade, redes. Cidades-gêmeas na zona de fronteira sul-americana**. Artigo publicado em: M.L.Silveira (org.). Continentes em Chamas. Globalização e Território na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Pg. 246-284, 2005.

MARTINS, Edilson. **Amazônia a última fronteira**. – 2ª ed. – Rio de Janeiro: Codecri, 1982.

MEDEIROS, Magaly da F. S. T. de; SOUZA, Conceição Marques de. **Guia para o uso da terra acreana com sabedoria: Resumo educativo do Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre: fase II (escala 1: 250.000)** Rio Branco: Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre, 2010. 152p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. – 5ª ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291 p.

NARINS, Tom. **Are Chinese Economic Actors Poised to Dominate Latin American Economies?: A View from Bolivia and Chile**. In: New Global Studies, 2016. p. 19-39. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/309619692_Are_Chinese_Economic_Actors_Poised_to_Dominate_Latin_American_Economies_A_View_from_Bolivia_and_Chile> Acesso em: 26 jul de 2024.

O'DWYER, Eliane Cantarino. **Seringueiros da Amazônia: dramas sociais e o olhar antropológico**. Niterói: EdUFF, 1998. 231 p.

OLIVEIRA, José Aldemir de; SCHOR, Tatiana. **Das cidades da natureza à natureza das cidades**. In Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior; Maria Goretti da Costa Tavares (orgs.). Belém: EDUFPA. 2008.

PIMENTA, J. **Povos indígenas, desenvolvimento e integração fronteiriça: o caso do Acre e da fronteira Brasil-Peru**, in Etnologia indígena e Indigenismo. Editado por J. Pimenta e M. I. Smiljanic, pp. 75-99. Brasília: Positiva: Brasília. 2012.

PIMENTA, José. **O amazonismo acriano e os povos indígenas: revisitando a história do Acre**. Universidade de Brasília. Brasília – DF. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, amazônias**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005. 178p.

RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. **La “Construcción” de la Región Trinacional MAP – Madre de Dios, Acre e Pando**. In Revista Mapiense, 2007. Realização: Universidade Federal do Acre (UFAC – Brasil) & HERENCIA (BO). Disponível em:

<https://www.herencia.org.bo/webdocs/publicaciones/mapiense_1.pdf>. Acesso em 29 de julho de 2024.

RIOJA BALLIVIÁN, Guillermo. **Una región en movimiento: Región Trinacional MAP – Madre de Dios, Acre e Pando**. In Revista Mapiense nº 2, Cobija-BO, 2015. Realização: HERENCIA (BO).

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e Soberania na Globalização: Amazônia, Jardim de Águas Sedento** – (Tese de Doutorado USP), São Paulo, 2010. Disponível na biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) do programa de pós-graduação em Geografia Humana da USP e publicado pela Revista Confins (Revista franco-brasileira de geografia). Disponível em: [https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22112010-164131/publico/2010_EdmilsonBritoRodrigues.pdf]. Acesso em: 14 out. 2020.

ROSS, Jurandyr. L. S. **Compartimentação do relevo da América do Sul**. Revista Brasileira de Geografia. v. 61, n. 1, p.21-58, 2016 Disponível em: [<https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/28>]. Acesso em: 09 mai. 2024.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania: a saga acreana e os povos da floresta**. Rio Branco: EDUFAC, 2004.

SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. **Acre, desenvolvimentismo e reservas extrativistas**. In: FIGUEIRA, Ricardo Rezende.; PRADO, Adonia Antunes (Orgs.) Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos** – 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1982a.

SANTOS, Milton. **Novos rumos para a Geografia brasileira**. In: SANTOS, Milton (org). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982b. p. 209-219.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **O papel ativo da Geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis. Julho de 2000. Disponível em: [<http://miltonsantos.com.br/site/de-milton-santos/>]. Acesso em: 15 set. 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção** – 4ª ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão** – 7ª ed. 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176p.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** – 6. ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal** - 31ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCARLATO, Francisco Capuano; COSTA, Everaldo Batista da. **A natureza do urbano.** Revista *Confins*, nº30, 2017. Acesso em 05 março de 2023. URL : <http://journals.openedition.org/confins/11676> ; DOI : <https://doi.org/10.4000/confins.11676>.

SOUCHAUD Sylvain, BAENINGER Rosana. **Collas e cambas do outro lado da fronteira: aspectos da distribuição diferenciada da imigração boliviana em Corumbá, Mato Grosso do Sul.** Rev bras estud popul [Internet]. 2008. p. 271–286. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-30982008000200005populacional>> Acesso em: 12 de julho de 2024.

SILVA, S. S. da. **O desenvolvimento acreano em questão: contexto histórico e especificidade microrregião.** In: REBOUÇAS, F.; ALMEIDA, L. F. de; SILVA, S. S. da. **ACRE: uma visão temática de sua geografia.** Rio Branco: EDUFAC, 2008. p. 214-244.

Silva Pedro J. **Rio Acre, o rio das ferraduras, um rio bandido que serpenteia no limite entre duas nações.** São Paulo: XXVI Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente - Encontro Técnico AESABESP, A crise da água e suas consequências no século XXI, 2015. [Acessado em 09/07/2024]. Disponível em: <<http://www.evolvedoc.com.br/aesabesp/detalhes-639-rio-acre-o-rio-das-ferraduras-um-rio-bandido-que-serpenteia-no-limite-entre-duas-nacoes>>.

SILVA, L. L. S. da. **As redes e as interdependências assimétricas: a análise das relações Brasil e Bolívia através das cidades gêmeas de Brasília, Epitaciolândia e Cobija.** Revista Formação (Online) Vol. 2; n. 23, 2016. 175-203. ISSN: 2178-7298.

SILVA, Giovani José da. **A Bolívia, a Chiquitania e as populações indígenas em um mosaico étnico e cultural.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 102–126, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/19517>>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Território usado, rugosidades e patrimônio cultural: ensaio geográfico sobre o espaço banal.** PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, v. 2, n. 4, 1 out. 2019. 1-17. Disponível em: [<https://doi.org/10.26512/patryter.v2i4.26485>]. Acesso em: 12 set. 2021.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. As metáforas do capitalismo.** Revista Cronos, v. 10, n. 2, 17 jan. 2009. Disponível em: [<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3289>]. Acesso em: 06 nov. 2020.

TOLEDO JUNIOR, R. de; SALES, L. F. R. de. **O Estado Plurinacional da Bolívia e as garantias constitucionais à reafirmação das horizontalidades geográficas.** *Redes*, v. 25, p. 2640-2667, 18 dez. 2020.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; TAVARES, Maria Goretti da Costa (orgs.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências.** Belém: EDUFPA. 2008.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades na floresta: os "grandes objetos" como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico.** *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, [S. l.], n. 51, p. 113-150, 2010. DOI: 10.11606/issn.2316-901X.v0i51p113-150. Disponível em: [https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34662]. Acesso em: 20 nov. 2020.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Cidades e Centralidades na Amazônia: dos diferentes ordenamentos territoriais ao processo de urbanização difusa.** *Revista Cidades*, v. 12, n. 21, 2015. Dossiê: Urbanização Difusa e Cidade Dispersa. Disponível em: [https://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/view/4872]. Acesso em: 06 nov. 2021.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da; LEITE, Gabriel Carvalho da Silva; OLIVEIRA, Helbert Michel Pampolha de. **O pensamento de Milton Santos e a Amazônia.** Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021. 200 p.

VALCUENDE, José Maria (Coord.); ARRUDA, Rinaldo (Ed.). **História e memórias das três fronteiras: Brasil, Peru e Bolívia.** São Paulo: EDUC, 2009. 278p.

VALCUENDE DEL RÍO, José M^a; CARDIA, Lais M. **Etnografia das fronteiras políticas e sociais na Amazônia Ocidental: Brasil, Peru e Bolívia.** *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de junio de 2009, vol. XIII, núm. 292 <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-292.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

VIRTANEN, Pirjo Kristiina. **Redes terrestres na região do Rio Purus que conectam e desconectam os povos Aruak.** In: SANTOS, Gilton Mendes dos; APARICIO, Miguel (Orgs.) *Redes Arawa: ensaios de etnologia do médio Purus.* Manaus: EDUA, 2016. p. 41-61.